

DELIBERAÇÕES EM REUNIÃO DE CÂMARA

ANDRÉ VALENTE MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SETÚBAL:

FAZ PÚBLICO, nos termos do n.º 1 do art.º 56.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Setúbal, em reunião ordinária realizada em 17 de agosto de 2022, tomou as seguintes deliberações:

1. Deliberação n.º 2641/2022 – Proposta n.º 23/2022 – GAP – Atribuir as seguintes Medalhas Honoríficas – Setúbal 2022:

Medalha de Ouro da Cidade

- Santa Casa da Misericórdia de Setúbal

Medalha de Prata da Cidade

- Miguel Frasquilho
- Eugénio da Fonseca
- Grupo Desportivo Setubalense “Os 13”

Medalhas de Honra da Cidade

Classe Atividades Culturais

- Maria Luísa Perienes Ribeiro
- Lurdes Pólvora da Cruz
- Albano Almeida
- José Alberto Raposo
- Custódio Magalhães
- Vítor Pereira
- Joaquim Gouveia
- Jorge Salgueiro
- Nuno David

Classe Ciência e Tecnologia

- Escola Básica Barbosa du Bocage
- Maria da Conceição Quintas
- Emília Vaz Pereira
- Paulo Quintino

Classe de Desporto

- Eduardo Guilherme
- Arlindo Roda
- José Martinez
- Luís Monteiro
- Centro Cultural e Desportivo de Brejos de Azeitão

Classe de Associativismo e Sindicalismo

- Núcleo de Poesia de Setúbal
- Associação Casa da Poesia de Setúbal
- Clube de Campismo de Setúbal
- União Desportiva Casal das Figueiras
- Moto Clube de Setúbal
- Centro Social Paroquial de S. Sebastião de Setúbal
- António Henrique Quaresma Rosa (a título póstumo)
- Carlos Calçada da Cunha

Classe Paz e Liberdade

- Anita Vilar

Classe Comércio

- Casa Negrito

2. Deliberação n.º 2642/2022 – Proposta n.º 1747/2022 – DAF/DICOR – Aprovar a proposta de Norma de Controlo Interno da Câmara Municipal de Setúbal de 2022, adequada às novas exigências legislativas, às novas atribuições e competências da autarquia, e ainda às modificações organizacionais ocorridas, dar conhecimento ao Tribunal de Contas e Inspeção Geral das Finanças e dar conhecimento à Assembleia Municipal, no âmbito das competências de fiscalização e acompanhamento da atividade da Câmara Municipal, de acordo com o n.º 2, alínea a), do Artigo 13.º, do Regimento de Assembleia Municipal de Setúbal.

3. Deliberação n.º 2643/2022 – Proposta n.º 1896/2022 – DAF/DICOR – Aprovar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Setúbal, em face da Recomendações do CPC, e, mais recentemente, da Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024, publicada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/2021, e o Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) constante em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, o qual estabelece que todos os serviços da Administração Pública elaborem planos de prevenção e os monitorizem, com o objetivo de identificar processos e procedimentos potenciadores de riscos de corrupção e de infrações conexas, assim como adotar medidas preventivas e corretivas que conduzam à eliminação desses riscos ou minimizem a probabilidade da sua ocorrência, e submeter/comunicar, nos termos previstos no n.º 8 do Artigo 6.º - Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, do anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021.

4. Deliberação n.º 2644/2022 – Proposta n.º 1897/2022 – DAF/DICOR – Aprovar o Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal – 2023, para submissão a consulta pública e posterior submissão à apreciação da Assembleia Municipal.

5. Deliberação n.º 2645/2022 – Proposta n.º 1901/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Quinta da Lancha, Pote de Água ou Peixe Frito, Rua Libânio Braga, n.º 12 – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 110 000,00€.

6. Deliberação n.º 2646/2022 – Proposta n.º 1902/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito na Rua Henrique de Barros, n.º 13 – 2.º Esq., em Azeitão, pelo valor de 196 000,00€.

7. Deliberação n.º 2647/2022 – Proposta n.º 1903/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “U”, do imóvel sito na Rua de Badajoz, n.ºs 5 5A e 5B (Quinta do Paraíso) – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 260 000,00€.

8. Deliberação n.º 2648/2022 – Proposta n.º 1904/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito na Rua Silva Porto, n.º 13 – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 117 500,00€.

9. Deliberação n.º 2649/2022 – Proposta n.º 1905/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito na Rua José António Januário da Silva, n.º 24, tornejando para a Travessa de São Cristóvão, n.ºs 13, 15 e 17, em Setúbal, pelo valor de 400 000,00€.

10. Deliberação n.º 2650/2022 – Proposta n.º 1906/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito na Alameda dos Plátanos, n.º 30, em Setúbal, pelo valor de 160 000,00€.

11. Deliberação n.º 2651/2022 – Proposta n.º 1907/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito na Rua Central da Azeda, n.º 92 A – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 36 500,00€.

12. Deliberação n.º 2652/2022 – Proposta n.º 1908/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “J”, do imóvel sito na Rua de Brancanes, n.º 13 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor 106 000,00€

13. Deliberação n.º 2653/2022 – Proposta n.º 1909/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “U”, do imóvel sito Largo Cesário Verde, n.ºs 50 a 50 - C, 51 a 51 - B tornejando para a Estrada dos Ciprestes, n.ºs 148 a 154 – 2.º A, em Setúbal, pelo valor de 165 000,00€.

14. Deliberação n.º 2654/2022 – Proposta n.º 1910/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “V”, do imóvel sito em Urbanização Vale do Cobro, Praceta Pero Vaz de Caminha, n.º 6 – 3.º A, em Setúbal, pelo valor de 152 000,00€.

15. Deliberação n.º 2655/2022 – Proposta n.º 1911/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em, Rua Dr. Fernando Vale, n.ºs 4 e 4A, em Azeitão, pelo valor de 400 000,00€.

16. Deliberação n.º 2656/2022 – Proposta n.º 1912/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em, Rua António Manuel Gamito, n.ºs 21, 21 - A e 21 - B - GAR., n.º 6, em Setúbal, pelo valor de 11 368,01€.

17. Deliberação n.º 2657/2022 – Proposta n.º 1913/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AG”, do imóvel sito em Vale de Cerejeiras ou Montebelo, Praceta Afonso Paiva, n.º 3 – 8.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 149 900,00€.

18. Deliberação n.º 2658/2022 – Proposta n.º 1914/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua do Alecrim, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 86 000,00€.

19. Deliberação n.º 2659/2022 – Proposta n.º 1915/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Mitrena - Moinho Novo, Lote 11, em Setúbal, pelo valor de 50 000,00€.

20. Deliberação n.º 2660/2022 – Proposta n.º 1916/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “Q”, do imóvel sito na Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 109 – 4.º D., em Setúbal, pelo valor de 106 000,00€.

21. Deliberação n.º 2661/2022 – Proposta n.º 1917/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Carcavelas e Nabais – Lagos, Rua Vinha da Sardenha, n.ºs 31 e 31 A, em Azeitão, pelo valor de 345 000,00€.

22. Deliberação n.º 2662/2022 – Proposta n.º 1918/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Praceta dos Cedros, n.º 10 - C/V Esq., em Setúbal, pelo valor de 85 000,00€.

23. Deliberação n.º 2663/2022 – Proposta n.º 1919/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua Francisco José da Mota, n.ºs 8 e 10 – 1.º Andar, em Setúbal, pelo valor de 130 000,00€.

24. Deliberação n.º 2664/2022 – Proposta n.º 1920/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Praceta Joaquina Guerreiro, n.º 5 - R/C Esq., em Setúbal, pelo valor de 116 000,00€.

25. Deliberação n.º 2665/2022 – Proposta n.º 1921/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua António José Batista, n.º 156, em Setúbal, pelo valor de 220 000,00€.

26. Deliberação n.º 2666/2022 – Proposta n.º 1922/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer

o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Bairro Santos Nicolau, Rua Dr. Fernando Garcia, n.º 5, em Setúbal, pelo valor de 115 000,00€.

27. Deliberação n.º 2667/2022 – Proposta n.º 1923/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Pinhal de Negreiros, Brejos de Azeitão, Praceta Fonte de Negreiros, Lote 175, em Azeitão, pelo valor de 495 000,00€.
28. Deliberação n.º 2668/2022 – Proposta n.º 1924/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AG”, do imóvel sito em Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 3 – 5.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 140 000,00€.
29. Deliberação n.º 2669/2022 – Proposta n.º 1925/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “V”, do imóvel sito em Praceta Sertório Pereira, n.º 5 e Rua Nelvim Jones, n.º 3 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 220 000,00€.
30. Deliberação n.º 2670/2022 – Proposta n.º 1926/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Areias, Avenida Belo Horizonte, Lote 4 - R/C Esq., em Setúbal, pelo valor de 128 500,00€.
31. Deliberação n.º 2671/2022 – Proposta n.º 1927/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Camarinha, Rua do Alecrim, n.º 11 – 3.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 97 500,00€.
32. Deliberação n.º 2672/2022 – Proposta n.º 1928/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Urbanização Monte da Vinha, Lote 17 – Aldeia de Irmãos, em Azeitão, pelo valor de 355 000,00€.
33. Deliberação n.º 2673/2022 – Proposta n.º 1929/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “BD”, do imóvel sito em Rua Cidade de Leiria, n.º 1, tornejando para a Rua Cidade de Pau, n.ºs 6, 8 e 10 – 5.º C, em Setúbal, pelo valor de 185 000,00€.
34. Deliberação n.º 2674/2022 – Proposta n.º 1930/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua António Gedeão, n.ºs 25 e 25 - A, em Azeitão, pelo valor de 560 000,00€.
35. Deliberação n.º 2675/2022 – Proposta n.º 1931/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “V”, do imóvel sito em Rua Dona Gertrudes Ligeiro, n.º 1, 1 - A e 1 - B, tornejando para a Rua Moinho do Frade, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 175 000,00€.
36. Deliberação n.º 2676/2022 – Proposta n.º 1932/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua Gama Braga, n.º 18 – C e 18 – D – 2.º andar, em Setúbal, pelo valor de 232 000,00€.
37. Deliberação n.º 2677/2022 – Proposta n.º 1933/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito em Praça Professor Hernâni Cidade, n.º 1 – 2.º D, em Setúbal, pelo valor de 41 000,00€.
38. Deliberação n.º 2678/2022 – Proposta n.º 1934/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AQ”, do imóvel sito em Rua Engenheiro Henry Perron, n.º 1, 1A, 1B, 1C e 1D e Rua Engenheiro Armando Madeira, n.º 2 – 6.º A, em Setúbal, pelo valor de 275 000,00€.
39. Deliberação n.º 2679/2022 – Proposta n.º 1935/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “F”, do imóvel sito em Rua Romão Dias, n.ºs 11, 13 e Travessa da Bombarralha, n.ºs 4, 6 e 8 – 1.º, em Setúbal, pelo valor de 167 000,00€.
40. Deliberação n.º 2680/2022 – Proposta n.º 1936/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “J”, do imóvel sito em Rua Cidade da Beira, n.ºs 5, 7 e 9 – 2.º A, em Setúbal, pelo valor de 185 000,00€.
41. Deliberação n.º 2681/2022 – Proposta n.º 1937/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AR”, do imóvel sito em Rua Dr. José Brás, n.ºs 16 e 16 A, tornejando para a Rua Jacob Azambuja, n.ºs 39 e 39 A, Bloco B – 2.º FRT., em Setúbal, pelo valor de 152 500,00€.
42. Deliberação n.º 2682/2022 – Proposta n.º 1938/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “V”, do imóvel sito em Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 3.º B, em Setúbal, pelo valor de 120 000,00€.
43. Deliberação n.º 2683/2022 – Proposta n.º 1939/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Avenida Dom Pedro V, n.º 12 - C/V D., em Setúbal, pelo valor de 48 000,00€.
44. Deliberação n.º 2684/2022 – Proposta n.º 1940/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Estrada dos Ciprestes, n.º 141 – 1.º FRT., em Setúbal, pelo valor de 139 000,00€.
45. Deliberação n.º 2685/2022 – Proposta n.º 1941/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Avenida Bento de Jesus Caraça, n.º 69 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 88 000,00€.
46. Deliberação n.º 2686/2022 – Proposta n.º 1942/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Várzeas, Rua Dr. Fernando Vale, n.º 72, em Azeitão, pelo valor de 305 000,00€.
47. Deliberação n.º 2687/2022 – Proposta n.º 1943/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “6ª”, do imóvel sito em Urbanização Torres do Sado - Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 8, 6.º A, em Setúbal, pelo valor de 28 000,00€.
48. Deliberação n.º 2688/2022 – Proposta n.º 1944/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “T”, do imóvel sito em Rua São João de Deus, n.º 131 – 5.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 116 570,00€.
49. Deliberação n.º 2689/2022 – Proposta n.º 1945/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Estrada da Graça, em Setúbal, pelo valor de 1 000 000,00€.
50. Deliberação n.º 2690/2022 – Proposta n.º 1946/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua Roberto Ivens, n.º 8 – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 195 000,00€.
51. Deliberação n.º 2691/2022 – Proposta n.º 1947/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua de São Joaquim, n.º 5 - C/V Dta., em Setúbal, pelo valor de 118 000,00€.
52. Deliberação n.º 2692/2022 – Proposta n.º 1948/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua de Lisboa, n.º 381 – 1.º Esq., em Azeitão, pelo valor de 112 000,00€.
53. Deliberação n.º 2693/2022 – Proposta n.º 1949/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “M”, do imóvel sito em Avenida República da Guiné Bissau, n.ºs 4, 6, 8 e 10 – 6.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 155 050,00€.
54. Deliberação n.º 2694/2022 – Proposta n.º 1950/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel

sito em Cevedeira – Urbanização de Vila Maria, Avenida Natália Correia, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 95 000,00€.

55. Deliberação n.º 2695/2022 – Proposta n.º 1951/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua das Cegonhas, n.º 12, em Setúbal, pelo valor de 225 000,00€.
56. Deliberação n.º 2696/2022 – Proposta n.º 1952/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua da Brasileira, n.ºs 17, 19 e 21 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 182 500,00€.
57. Deliberação n.º 2697/2022 – Proposta n.º 1953/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “3- B”, do imóvel sito em Urbanização Torres do Sado, Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – 3.º B, em Setúbal, pelo valor de 75 000,00€.
58. Deliberação n.º 2698/2022 – Proposta n.º 1954/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Travessa Vale de Cerejeiras, n.º 8 – R/C Dto., em Setúbal, pelo valor de 175 000,00€.
59. Deliberação n.º 2699/2022 – Proposta n.º 1955/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “H”, do imóvel sito em Rua Oliveira Martins, n.º 19 – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 197 500,00€.
60. Deliberação n.º 2700/2022 – Proposta n.º 1956/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AM”, do imóvel sito em Rua Fernão Mendes Pinto, n.º 2 – 7.º B, em Setúbal, pelo valor de 138 000,00€.
61. Deliberação n.º 2701/2022 – Proposta n.º 1957/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Rua São João de Deus, Lote 78 – 2.º A, em Setúbal, pelo valor de 202 500,00€.
62. Deliberação n.º 2702/2022 – Proposta n.º 1958/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Dr. Luís Teixeira de Macedo e Castro - Centro Residencial Marcelo Caetano, n.º 16 - R/C Esq., em Setúbal, pelo valor de 85 000,00€.
63. Deliberação n.º 2703/2022 – Proposta n.º 1959/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “BB”, do imóvel sito em Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 17 e 18 – 6.º C, em Setúbal, pelo valor de 74 000,00€.
64. Deliberação n.º 2704/2022 – Proposta n.º 1960/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Largo Francisco António Pinhão, n.º 4 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 63 000,00€.
65. Deliberação n.º 2705/2022 – Proposta n.º 1961/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 14 – R/C A, em Setúbal, pelo valor de 73 000,00€.
66. Deliberação n.º 2706/2022 – Proposta n.º 1962/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Travessa da Marateca, n.ºs 2 e 4 - Moradia A, em Setúbal, pelo valor de 195 000,00€.
67. Deliberação n.º 2707/2022 – Proposta n.º 1963/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Alto do Faralhão, Rua Jerónimo Marques Cavaco, n.º 25, em Setúbal, pelo valor de 180 000,00€.
68. Deliberação n.º 2708/2022 – Proposta n.º 1964/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “O1”, do imóvel sito em Avenida de Angola, n.º 29 – 6.º C, em Setúbal, pelo valor de 105 000,00€.
69. Deliberação n.º 2709/2022 – Proposta n.º 1965/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “K”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º B, em Setúbal, pelo valor de 247 500,00€.
70. Deliberação n.º 2710/2022 – Proposta n.º 1966/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 - R/C A, em Setúbal, pelo valor de 295 000,00€.
71. Deliberação n.º 2711/2022 – Proposta n.º 1967/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – R/C B, em Setúbal, pelo valor de 285 000,00€.
72. Deliberação n.º 2712/2022 – Proposta n.º 1968/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – R/C C, em Setúbal, pelo valor de 190 000,00€.
73. Deliberação n.º 2713/2022 – Proposta n.º 1969/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º A, em Setúbal, pelo valor de 275 000,00€.
74. Deliberação n.º 2714/2022 – Proposta n.º 1970/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º B, em Setúbal, pelo valor de 300 000,00€.
75. Deliberação n.º 2715/2022 – Proposta n.º 1971/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “F”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 1.º C, em Setúbal, pelo valor de 185 000,00€.
76. Deliberação n.º 2716/2022 – Proposta n.º 1972/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º A, em Setúbal, pelo valor de 260 000,00€.
77. Deliberação n.º 2717/2022 – Proposta n.º 1973/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “H”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º B, em Setúbal, pelo valor de 265 000,00€.
78. Deliberação n.º 2718/2022 – Proposta n.º 1974/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 2.º C, em Setúbal, pelo valor de 200 000,00€.
79. Deliberação n.º 2719/2022 – Proposta n.º 1975/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º C, em Setúbal, pelo valor de 200 000,00€.
80. Deliberação n.º 2720/2022 – Proposta n.º 1976/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Madalena Claro, Lote 29 - GAR. n.º 1, em Setúbal, pelo valor de 40 000,00€.
81. Deliberação n.º 2721/2022 – Proposta n.º 1977/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Carcavelas e Nabais - Lagos, Rua Manuel d'Aguiar, Lote 15, em Azeitão, pelo valor de 115 000,00€.
82. Deliberação n.º 2722/2022 – Proposta n.º 1978/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.ºs 12, 14 e 16 – R/C Dto., em Setúbal, pelo valor de 60 000,00€.
83. Deliberação n.º 2723/2022 – Proposta n.º 1979/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Parque Dr. Manuel Constantino Gois, n.º 7 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 105 000,00€.
84. Deliberação n.º 2724/2022 – Proposta n.º 1980/2022 – DAF/DICONT/SERGEP – Não exercer

o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua da Brasileira, n.ºs 29 e 31 – 2.º, em Setúbal, pelo valor de 148 000,00€.

85. Deliberação n.º 2725/2022 – Proposta n.º 1981/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Praceta Armando Martins, n.º 1 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 164 900,00€.

86. Deliberação n.º 2726/2022 – Proposta n.º 1982/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Rua Dr. Álvaro Gomes, n.º 6 – 4.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 60 000,00€.

87. Deliberação n.º 2727/2022 – Proposta n.º 1983/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Serra da Arrábida, n.º 19 (Urbanização Rua da Florex, Lote 34) – Galeotas, em Azeitão, pelo valor de 485 000,00€.

88. Deliberação n.º 2728/2022 – Proposta n.º 1984/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “Q”, do imóvel sito em Rua do Antigo Olival, n.º 7 – 1.º D 22, em Setúbal, pelo valor de 35 000,00€.

89. Deliberação n.º 2729/2022 – Proposta n.º 1985/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “N”, do imóvel sito em Rua António José Batista, n.º 122 a 132 – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 198 900,00€.

90. Deliberação n.º 2730/2022 – Proposta n.º 1986/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “CK”, do imóvel sito em Rua António José Batista, n.º 122 a 132 – Garagem., n.º 57, em Setúbal, pelo valor de 6 100,00€.

91. Deliberação n.º 2731/2022 – Proposta n.º 1987/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “J”, do imóvel sito em Avenida Quinta da Amizade, Lote 88 – 3.º A, em Setúbal, pelo valor de 241 000,00€.

92. Deliberação n.º 2732/2022 – Proposta n.º 1988/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “N”, do imóvel sito em Avenida Mestre Lima de Freitas, n.º 35 – 4.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 258 000,00€.

93. Deliberação n.º 2733/2022 – Proposta n.º 1989/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “V”, do imóvel sito em Rua Maria Adelaide Rosado Pinto, n.º 1, 1A, 1B, 1C, traseiras para a Quinta da Saboaria – 6.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 260 000,00€.

94. Deliberação n.º 2734/2022 – Proposta n.º 1990/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “F”, do imóvel sito em Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 77 – 2.º D, em Setúbal, pelo valor de 146 000,00€.

95. Deliberação n.º 2735/2022 – Proposta n.º 1991/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Jacinto João, n.º 7A, em Setúbal, pelo valor de 340 000,00€.

96. Deliberação n.º 2736/2022 – Proposta n.º 1992/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Beco do Girassol, n.º 7 e 7A – Moradia B, em Setúbal, pelo valor de 337 500,00€.

97. Deliberação n.º 2737/2022 – Proposta n.º 1993/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo, n.º 9 – 2.º Andar, em Setúbal, pelo valor de 250 000,00€.

98. Deliberação n.º 2738/2022 – Proposta n.º 1994/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Armando Gomes, Lote 27, em Setúbal, pelo valor de 550 000,00€.

99. Deliberação n.º 2739/2022 – Proposta n.º 1995/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “H”, do imóvel sito em Avenida D. Manuel I, n.ºs 45, 45-A, 45-B, 45-C e 45-D – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 118 000,00€.

100. Deliberação n.º 2740/2022 – Proposta n.º 1996/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Praceta de Diu, n.º 3, tornejando para a Avenida de Moçambique – C/V Dta., em Setúbal, pelo valor de 145 000,00€.

101. Deliberação n.º 2741/2022 – Proposta n.º 1997/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 e Rua José Carlos Ferreira, n.º 2 – R/C B, em Setúbal, pelo valor de 200 000,00€.

102. Deliberação n.º 2742/2022 – Proposta n.º 1998/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “M”, do imóvel sito em Rua da Fé, Lote 55 – 5.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 183 000,00€.

103. Deliberação n.º 2743/2022 – Proposta n.º 1999/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito em Rua do Mirante, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 122 500,00€.

104. Deliberação n.º 2744/2022 – Proposta n.º 2000/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “O”, do imóvel sito em Rua Tenente Aviador Carlos Alves, n.º 20 – 5.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 170 000,00€.

105. Deliberação n.º 2745/2022 – Proposta n.º 2001/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Tenente Jean Raymond, n.º 10 – R/C, em Setúbal, pelo valor de 295 000,00€.

106. Deliberação n.º 2746/2022 – Proposta n.º 2002/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Ladeira do Forte da Estrela, n.º 19 – R/C Esq., em Setúbal, pelo valor de 82 000,00€.

107. Deliberação n.º 2747/2022 – Proposta n.º 2003/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “O”, do imóvel sito em Rua Ruben de Carvalho, n.º 1 – 4.º FT., em Setúbal, pelo valor de 247 500,00€.

108. Deliberação n.º 2748/2022 – Proposta n.º 2004/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua Antão Girão, n.º 53 – 1.º Andar, em Setúbal, pelo valor de 265 000,00€.

109. Deliberação n.º 2749/2022 – Proposta n.º 2005/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “H”, do imóvel sito em Avenida das Descobertas, Lote 44 – 3.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 165 000,00€.

110. Deliberação n.º 2750/2022 – Proposta n.º 2006/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “OC”, do imóvel sito em Rua José Luciano de Carvalho, n.º 9 – R/C C., em Setúbal, pelo valor de 87 500,00€.

111. Deliberação n.º 2751/2022 – Proposta n.º 2007/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do imóvel sito em Rua Pedra da Anicha, Lote 7, em Setúbal, pelo valor de 525 000,00€.

112. Deliberação n.º 2752/2022 – Proposta n.º 2008/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “S”, do imóvel sito em Av. da República da Guiné Bissau, n.º 30 – 4.º C, em Setúbal, pelo valor de 125 000,00€.

113. Deliberação n.º 2753/2022 – Proposta n.º 2009/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel

sito em Rua das Fontainhas, n.º 88, 90, 92 e Rua do Poço das Fontainhas, n.º 13 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 80 000,00€.

114. Deliberação n.º 2754/2022 – Proposta n.º 2010/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Praceta de Olivença – Lote 53 – Cv B, em Setúbal, pelo valor de 172 500,00€.

115. Deliberação n.º 2755/2022 – Proposta n.º 2011/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Praceta Dr. José Romão Ferro – Lote 22 – 2.º C, em Setúbal, pelo valor de 77 500,00€.

116. Deliberação n.º 2756/2022 – Proposta n.º 2012/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “BB”, do imóvel sito em Largo José Joaquim Cabecinha, n.º 4, 5 e 6 e Rua Jorge, n.º 8, 10, 12 e 14 – 5.º B, em Setúbal, pelo valor de 78 500,00€.

117. Deliberação n.º 2757/2022 – Proposta n.º 2013/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Avenida Bento Jesus Caraça, n.º 22, em Setúbal, pelo valor de 228 500,00€.

118. Deliberação n.º 2758/2022 – Proposta n.º 2014/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Família Bronze, n.º 74, em Azeitão, pelo valor de 460 000,00€.

119. Deliberação n.º 2759/2022 – Proposta n.º 2015/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Santas, Praias do Sado, em Setúbal, pelo valor de 165 000,00€.

120. Deliberação n.º 2760/2022 – Proposta n.º 2016/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Avenida 22 de dezembro, n.º 21, 21-A, 21-B, 21-C e 21-D – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 75 000,00€.

121. Deliberação n.º 2761/2022 – Proposta n.º 2017/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua da Brasileira, n.º 29 e 31 – 2.º Piso, em Setúbal, pelo valor de 148 000,00€.

122. Deliberação n.º 2762/2022 – Proposta n.º 2018/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua Vale de Cerejeiras, n.º 83 – R/C Dto., em Setúbal, pelo valor de 199 900,00€.

123. Deliberação n.º 2763/2022 – Proposta n.º 2019/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “Q”, do imóvel sito em Rua Minas da Borralha – n.º 3 – 3.º D, em Setúbal, pelo valor de 120 000,00€.

124. Deliberação n.º 2764/2022 – Proposta n.º 2020/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua Diogo Cão, n.º 14 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 118 000,00€.

125. Deliberação n.º 2765/2022 – Proposta n.º 2021/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “O”, do imóvel sito em Rua da Fé, n.º 56 – 4.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 130 000,00€.

126. Deliberação n.º 2766/2022 – Proposta n.º 2022/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua António José Batista, n.º 137, 137-A e 139 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 150 000,00€.

127. Deliberação n.º 2767/2022 – Proposta n.º 2023/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Diogo Fernandes Pereira, n.º 28, em Setúbal, pelo valor de 30 000,00€.

128. Deliberação n.º 2768/2022 – Proposta n.º 2024/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Nova Lisboa, n.º 11 – R/C Dto, em Setúbal, pelo valor de 126 000,00€.

129. Deliberação n.º 2769/2022 – Proposta n.º 2025/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Avenida Afonso Albuquerque, n.º 6 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 13 824,00€.

130. Deliberação n.º 2770/2022 – Proposta n.º 2026/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Quinta do Teles – Aldeia Grande, em Setúbal, pelo valor de 999 000,00€.

131. Deliberação n.º 2771/2022 – Proposta n.º 2027/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda de parte do prédio correspondente a 1/2 fração autónoma, designada pela letra “X”, do imóvel sito em Largo José Joaquim Cabecinha, n.ºs 17 e 18 – 2.º A, em Setúbal, pelo valor de 37 500,00€.

132. Deliberação n.º 2772/2022 – Proposta n.º 2028/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “BE”, do imóvel sito em Rua Nossa Senhora do Amparo, Lote 19 – 10.º B, em Setúbal, pelo valor de 90 000,00€.

133. Deliberação n.º 2773/2022 – Proposta n.º 2029/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Estrada das Machadas, em Setúbal, pelo valor de 2000,00€.

134. Deliberação n.º 2774/2022 – Proposta n.º 2030/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Estrada das Machadas, Beco da Vila Amélia, em Setúbal, pelo valor de 3000,00€.

135. Deliberação n.º 2775/2022 – Proposta n.º 2031/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “CP”, do imóvel sito em Av. Luísa Todi, n.º 279 – 9.º F, em Setúbal, pelo valor de 110 000,00€.

136. Deliberação n.º 2776/2022 – Proposta n.º 2032/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Rua Álvaro Perdigo, n.º 2 – 3.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 180 000,00€.

137. Deliberação n.º 2777/2022 – Proposta n.º 2033/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Praça Professora Virgínia Rau, n.º 5 – 1.º C, em Setúbal, pelo valor de 118 000,00€.

138. Deliberação n.º 2778/2022 – Proposta n.º 2034/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda de parte do prédio correspondente a 1/2 da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Pulido Valente, n.º 5 – R/C Esq., em Setúbal, pelo valor de 42 000,00€.

139. Deliberação n.º 2779/2022 – Proposta n.º 2035/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua Alfredo Lima, n.º 7 – Cave Esq., em Setúbal, pelo valor de 85 500,00€.

140. Deliberação n.º 2780/2022 – Proposta n.º 2036/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Av. Belo Horizonte, Lote 4 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 95 000,00€.

141. Deliberação n.º 2781/2022 – Proposta n.º 2037/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A7”, do imóvel sito em Av. D. João II, n.º 8 – 8.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 70 000,00€.

142. Deliberação n.º 2782/2022 – Proposta n.º 2038/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua da Electricidade, n.º 9 – R/C D, em Setúbal, pelo valor de 80 000,00€.

143. Deliberação n.º 2783/2022 – Proposta n.º 2039/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer

o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Francisco Maria de Sousa Brandão, n.º 9, em Azeitão, pelo valor de 190 000,00€.

144. Deliberação n.º 2784/2022 – Proposta n.º 2040/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “BQ”, do imóvel sito em Rua Ocidental do Convento, n.º 15 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 220 000,00€.
145. Deliberação n.º 2785/2022 – Proposta n.º 2041/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “P”, do imóvel sito em Av. Infante D. Henrique, Lote 15 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 165 000,00€.
146. Deliberação n.º 2786/2022 – Proposta n.º 2042/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “C”, do imóvel sito em Rua de Lisboa, n.º 281, em Azeitão, pelo valor de 350 000,00€.
147. Deliberação n.º 2787/2022 – Proposta n.º 2043/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração D, em Azeitão, pelo valor de 350 000,00€.
148. Deliberação n.º 2788/2022 – Proposta n.º 2044/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “P”, do imóvel sito em Av. Mestre Lima de Freitas, n.º 45 – 5.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 180 000,00€.
149. Deliberação n.º 2789/2022 – Proposta n.º 2045/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua General Humberto Delgado, n.º 11, em Azeitão, pelo valor de 500 000,00€.
150. Deliberação n.º 2790/2022 – Proposta n.º 2046/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Formosa, em Setúbal, pelo valor de 160 000,00€.
151. Deliberação n.º 2791/2022 – Proposta n.º 2047/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Beco dos Mártires da Pátria, n.º 3, em Setúbal, pelo valor de 70 000,00€.
152. Deliberação n.º 2792/2022 – Proposta n.º 2048/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Rua da Camarinha, n.º 2 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 77 900,00€.
153. Deliberação n.º 2793/2022 – Proposta n.º 2049/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua Olímpio Moreira dos Santos, n.º 3 – 1.º G, em Setúbal, pelo valor de 124 000,00€.
154. Deliberação n.º 2794/2022 – Proposta n.º 2050/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua Silva Porto, n.º 19 – R/C Dto., em Setúbal, pelo valor de 135 000,00€.
155. Deliberação n.º 2795/2022 – Proposta n.º 2051/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Capitão Salgueiro Maia, n.º 13, em Azeitão, pelo valor de 230 000,00€.
156. Deliberação n.º 2796/2022 – Proposta n.º 2052/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Brejos de Camarate, Lote 1, em Azeitão, pelo valor de 1000 000,00€.
157. Deliberação n.º 2797/2022 – Proposta n.º 2053/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Irene Lisboa, n.º 111 – R/C Esq., em Azeitão, pelo valor de 154 000,00€.
158. Deliberação n.º 2798/2022 – Proposta n.º 2054/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “O1”, do imóvel sito em Rua do Mormugão, n.º 45 – 5.º Dto. Fte., em Setúbal, pelo valor de 115 000,00€.
159. Deliberação n.º 2799/2022 – Proposta n.º 2055/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “F”, do imóvel sito em Rua Diogo Cão, n.º 1 – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 135 000,00€.
160. Deliberação n.º 2800/2022 – Proposta n.º 2056/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Travessa Diogo de Teive, n.º 8/8A, em Azeitão, pelo valor de 380 000,00€.
161. Deliberação n.º 2801/2022 – Proposta n.º 2057/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “R”, do imóvel sito em Rua Dr. Manuel Seabra Carqueijeiro, n.º 1 – 2.º B, em Setúbal, pelo valor de 166 000,00€.
162. Deliberação n.º 2802/2022 – Proposta n.º 2058/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Rua do Bairro Afonso Costa, n.º 35 – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 129 500,00€.
163. Deliberação n.º 2803/2022 – Proposta n.º 2059/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua dos Cometas, n.ºs 16 e 16A, Brejos de Azeitão, em Azeitão, pelo valor de 455 000,00€.
164. Deliberação n.º 2804/2022 – Proposta n.º 2060/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Luís de Camões, n.ºs 45 e 47, em Setúbal, pelo valor de 249 000,00€.
165. Deliberação n.º 2805/2022 – Proposta n.º 2061/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua do Romeu, n.ºs 20 e 22, em Setúbal, pelo valor de 349 000,00€.
166. Deliberação n.º 2806/2022 – Proposta n.º 2062/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AB”, do imóvel sito em Rua Jorge Claro, n.º 4 – 3.º B, em Setúbal, pelo valor de 70 000,00€.
167. Deliberação n.º 2807/2022 – Proposta n.º 2063/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “J”, do imóvel sito em Rua Frei António das Chagas, n.º 44 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 90 000,00€.
168. Deliberação n.º 2808/2022 – Proposta n.º 2064/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “S”, do imóvel sito em Av. República da Guiné-Bissau, n.º 13 – 8.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 172 000,00€.
169. Deliberação n.º 2809/2022 – Proposta n.º 2065/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “N”, do imóvel sito em Rua do Gaz, n.º 5 – 2.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 257 500,00€.
170. Deliberação n.º 2810/2022 – Proposta n.º 2066/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “T”, do imóvel sito em Rua da Fé, Lote 26 – 5.º B, em Setúbal, pelo valor de 180 000,00€.
171. Deliberação n.º 2811/2022 – Proposta n.º 2067/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “4G”, do imóvel sito em Avenida São Francisco Xavier, Lote 5 – 4.º andar, em Setúbal, pelo valor de 150 000,00€.
172. Deliberação n.º 2812/2022 – Proposta n.º 2068/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 18 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 147 000,00€.
173. Deliberação n.º 2813/2022 – Proposta n.º 2069/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Avenida Dr. António Rodrigues Manito, n.º 54 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 153 000,00€.
174. Deliberação n.º 2814/2022 – Proposta n.º 2070/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer

o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Carcavelos e Nabais - Lagos, Lote 24, em Azeitão, pelo valor de 580 000,00€.

175. Deliberação n.º 2815/2022 – Proposta n.º 2071/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AM”, do imóvel sito em Rua Amílcar Cabral, n.º 16 – 6.º B, em Setúbal, pelo valor de 175 000,00€.
176. Deliberação n.º 2816/2022 – Proposta n.º 2072/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 5 – 1.º C, em Setúbal, pelo valor de 116 000,00€.
177. Deliberação n.º 2817/2022 – Proposta n.º 2073/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito em Rua Padre José Maria Nunes da Silva, n.º 193 – 3.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 79 000,00€.
178. Deliberação n.º 2818/2022 – Proposta n.º 2074/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Rua Ocidental do Mercado, n.ºs 49, 51 e 53 – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 210 000,00€.
179. Deliberação n.º 2819/2022 – Proposta n.º 2075/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Avenida da República da Guiné Bissau, n.º 5 – 2.º Fte., em Setúbal, pelo valor de 108 500,00€.
180. Deliberação n.º 2820/2022 – Proposta n.º 2076/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Batalha do Viso n.ºs 57 e 59, tornejando para a Rua Amorim Viana n.º 13 – Cave., em Setúbal, pelo valor de 117 000,00€.
181. Deliberação n.º 2821/2022 – Proposta n.º 2077/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “N”, do imóvel sito em Avenida Joaquim Campos, Lote 1, Bloco B – 1.º Esq. em Setúbal, pelo valor de 140 000,00€.
182. Deliberação n.º 2822/2022 – Proposta n.º 2078/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “F”, do imóvel sito em Praceta Mário Sá Carneiro, n.º 1 – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 113 000,00€.
183. Deliberação n.º 2823/2022 – Proposta n.º 2079/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Rua de Nova Lisboa, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 143 000,00€.
184. Deliberação n.º 2824/2022 – Proposta n.º 2080/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Dr. Salgado Zenha, Lote 44, em Azeitão, pelo valor de 450 000,00€.
185. Deliberação n.º 2825/2022 – Proposta n.º 2081/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “G”, do imóvel sito em Largo da Cidade de Magdburgo, n.º 7 – 1.º Frt., em Setúbal, pelo valor de 95 000,00€.
186. Deliberação n.º 2826/2022 – Proposta n.º 2082/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua de Lisboa, n.º 281 – Fração A, em Azeitão, pelo valor de 285 000,00€.
187. Deliberação n.º 2827/2022 – Proposta n.º 2083/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua das Marés Vivas, n.º 9 – Praias do Sado, em Setúbal, pelo valor de 249 000,00€.
188. Deliberação n.º 2828/2022 – Proposta n.º 2084/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua António dos Santos de Oliveira, n.ºs 2 e 2A, em Azeitão, pelo valor de 320 000,00€.
189. Deliberação n.º 2829/2022 – Proposta n.º 2085/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Rua São João de Deus, Lote 106 – 1.º A, em Setúbal, pelo valor de 129 000,00€.
190. Deliberação n.º 2830/2022 – Proposta n.º 2086/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua José Ganhão de Lasarda, n.º 9, em Azeitão, pelo valor de 290 000,00€.
191. Deliberação n.º 2831/2022 – Proposta n.º 2087/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “F”, do imóvel sito em Avenida Jaime Cortesão, n.ºs 88 e 90 e Rua Diogo Fernandes Pereira, n.ºs 2 e 2-A – 2.º A, em Setúbal, pelo valor de 210 000,00€.
192. Deliberação n.º 2832/2022 – Proposta n.º 2088/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AP”, do imóvel sito em Praça da Independência, n.º 1 – 12.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 137 000,00€.
193. Deliberação n.º 2833/2022 – Proposta n.º 2089/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Pereira Cão, n.ºs 40 e 44, em Setúbal, pelo valor de 440 000,00€.
194. Deliberação n.º 2834/2022 – Proposta n.º 2090/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Travessa dos Cobertos, n.º 22, em Setúbal, pelo valor de 225 000,00€.
195. Deliberação n.º 2835/2022 – Proposta n.º 2091/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “A”, do imóvel sito em Rua Almeida de Carvalho, n.º 4 – R/C D, em Setúbal, pelo valor de 75 000,00€.
196. Deliberação n.º 2836/2022 – Proposta n.º 2092/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “M”, do imóvel sito em Rua do Mirante, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 163 000,00€.
197. Deliberação n.º 2837/2022 – Proposta n.º 2093/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “J”, do imóvel sito em Rua Gregório Lopes, n.º 13 – 2.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 144 000,00€.
198. Deliberação n.º 2838/2022 – Proposta n.º 2094/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua António de Beja Noronha, Lote 86, em Azeitão, pelo valor de 375 000,00€.
199. Deliberação n.º 2839/2022 – Proposta n.º 2095/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “HH”, do imóvel sito em Rua José Pedro da Silva, n.º 11 – 4.º D, em Setúbal, pelo valor de 12 000,00€.
200. Deliberação n.º 2840/2022 – Proposta n.º 2096/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Nova da Jardía, Beco da Alegria – Lote 8, em Azeitão, pelo valor de 400 000,00€.
201. Deliberação n.º 2841/2022 – Proposta n.º 2097/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AV”, do imóvel sito em Rua Miradouro do Sado, n.º 3 – 6.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 310 000,00€.
202. Deliberação n.º 2842/2022 – Proposta n.º 2098/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua do Rosmaninho, n.º 60, Serrealheira, em Setúbal, pelo valor de 460 000,00€.
203. Deliberação n.º 2843/2022 – Proposta n.º 2099/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito em Rua da Eletricidade, n.º 15 – 2.º D, em Setúbal, pelo valor de 104 500,00€.
204. Deliberação n.º 2844/2022 – Proposta n.º 2100/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer

cer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “O”, do imóvel sito em Rua da Eletricidade, n.º 9 – 3.º C, em Setúbal, pelo valor de 104 500,00€.

205. Deliberação n.º 2845/2022 – Proposta n.º 2101/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua do Olivalinho, n.º 20 e 20 A, em Azeitão, pelo valor de 400 000,00€.

206. Deliberação n.º 2846/2022 – Proposta n.º 2102/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Rua Batalha do Viso, n.º 61, em Setúbal, pelo valor de 30 000,00€.

207. Deliberação n.º 2847/2022 – Proposta n.º 2103/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “E”, do imóvel sito em Rua João Maria Afonso Lopes, n.ºs 1, 1-A e 1-B – 1.º Esq., em Setúbal, pelo valor de 282 500,00€.

208. Deliberação n.º 2848/2022 – Proposta n.º 2104/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “1A”, do imóvel sito em Largo Celestino Rosado Pinto, n.º 8 – Piso 1 Letra A, em Setúbal, pelo valor de 80 000,00€.

209. Deliberação n.º 2849/2022 – Proposta n.º 2105/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “P”, do imóvel sito em Rua Valverde n.º 6 – 4.º Frt., em Setúbal, pelo valor de 110 000,00€.

210. Deliberação n.º 2850/2022 – Proposta n.º 2106/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “L”, do imóvel sito em Rua da Tebaida, n.º 7 – 3.º A, em Setúbal, pelo valor de 195 000,00€.

211. Deliberação n.º 2851/2022 – Proposta n.º 2107/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua Mário Sacramento, n.º 4 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 108 000,00€.

212. Deliberação n.º 2852/2022 – Proposta n.º 2108/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “D”, do imóvel sito em Rua Oliveira Martins, n.º 7 – Piso Dois Dto., em Azeitão, pelo valor de 75 000,00€.

213. Deliberação n.º 2853/2022 – Proposta n.º 2109/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda do prédio sito em Casal das Figueiras, Lote 287, em Setúbal, pelo valor de 125 000,00€.

214. Deliberação n.º 2854/2022 – Proposta n.º 2110/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua das Dálias, n.º 4 – R/C Dto., em Setúbal, pelo valor de 114 000,00€.

215. Deliberação n.º 2855/2022 – Proposta n.º 2111/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “I”, do imóvel sito em Rua dos Queijinhos, Lote 1, Bloco 1C – R/C Esq., em Azeitão, pelo valor de 190 000,00€.

216. Deliberação n.º 2856/2022 – Proposta n.º 2112/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pelas letras “AZ”, do imóvel sito em Av. Bento de Jesus Caraça, n.º 162 – 6.º A, em Setúbal, pelo valor de 110 000,00€.

217. Deliberação n.º 2857/2022 – Proposta n.º 2113/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “N”, do imóvel sito em Praça do Brasil, n.º 4 – 4.º D, em Setúbal, pelo valor de 131 000,00€.

218. Deliberação n.º 2858/2022 – Proposta n.º 2114/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “B”, do imóvel sito em Rua da Associação de Moradores, n.º 82, 84, 74 – Lote 254, em Setúbal, pelo valor de 52 546,83€.

219. Deliberação n.º 2859/2022 – Proposta n.º 2115/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Não exercer o direito de preferência na compra e venda da fração autónoma, designada pela letra “U”, do imóvel sito em Rua das Caravelas, n.º 2 – 1.º Dto., em Setúbal, pelo valor de 96 937,47€.

220. Deliberação n.º 2860/2022 – Proposta n.º 2116/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Aliénar o Lote de Terreno n.º 151, sito no Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, aos sócios Rui Carlos Lopes da Silva e Rita Vanessa Alves Vieira, da Associação de Moradores do Casal das Figueiras, pelo valor de 155,59€.

221. Deliberação n.º 2861/2022 – Proposta n.º 2117/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Aliénar o Lote de Terreno n.º 263, sito no Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, ao sócio Pedro Manuel dos Santos Marques, da Associação de Moradores do Casal das Figueiras, pelo valor de 250,53€.

222. Deliberação n.º 2862/2022 – Proposta n.º 2118/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Aliénar o Lote de Terreno n.º 264, sito no Loteamento Municipal do Bairro do Casal das Figueiras, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, ao sócio Daniel Kramer Lima, da Associação de Moradores do Casal das Figueiras, pelo valor de 226,17€.

223. Deliberação n.º 2863/2022 – Proposta n.º 2119/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Ceder gratuitamente em regime do Direito de Superfície pelo prazo de 50 anos, ao abrigo das disposições previstas nas alíneas g), o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sobre as parcelas de terreno, A e B, com as áreas de 1230,00m² e 2936,00m², sitas em Serralheira, Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, à Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, para construção de instalações para o desenvolvimento do seu objeto social, nomeadamente nas valências de centro de dia e serviço de apoio domiciliário, bem como estrutura residencial para idosos e unidade de cuidados continuados.

224. Deliberação n.º 2864/2022 – Proposta n.º 2120/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Aliénar o Lote de Terreno n.º 22, sito no Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, São Sebastião, em Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, à requerente Maria Luísa Português, pelo valor de 1305,00€.

225. Deliberação n.º 2865/2022 – Proposta n.º 2121/2022 – DAF/DICONT/SERGE – Aliénar o Lote de Terreno n.º 42, sito no Loteamento Municipal do Bairro da Liberdade, São Sebastião, em Setúbal, nos termos da alínea g), do n.º 1, do Artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, ao requerente Álvaro Manuel da Silva Oliveira, pelo valor de 2160,00€.

226. Deliberação n.º 2866/2022 – Proposta n.º 2125/2022 – DAF/DICONT – Aprovar a 6.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 7.ª ao Orçamento da Despesa, 5.ª Alteração do Plano de Atividades Municipais e 5.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos.

227. Deliberação n.º 2867/2022 – Proposta n.º 2126/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Autorizar a Adjudicação da aquisição de Licença do Software Informático SAP RISE (ERP₄/HANA) e Contratação de prestação de serviços de implementação de todo o Sistema Informático, garantido a continuidade da prestação dos serviços de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais, pelos Serviços Municipalizados de Setúbal, decorrente da reversão do contrato de concessão em vigor, à empresa AXIANSEU II DIGITAL CONSULTING, S.A., pelo valor total de 1.455.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sob determinadas condições. Delegar no Presidente da Câmara as competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do contrato.

228. Deliberação n.º 2868/2022 – Proposta n.º 2127/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Autorizar a modificação objetiva ao Contrato “Fornecimento contínuo de 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito

(AC 12 SURF 35/50)- Concurso Público n.º 06/2021/DAF/DICOMP/SECOMP”, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do Artigo 311.º e da alínea b) do Artigo 312.º, ambos do CCP, no que diz respeito à alteração do preço contratual no montante de € 94.930,37, acrescido de IVA à taxa legal, sob determinadas condições. Delegar no Presidente da Câmara as competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do contrato.

229. Deliberação n.º 2869/2022 – Proposta n.º 2128/2022 – DAF/DICOMP/SECOMP – Autorizar a Modificação objetiva ao Contrato “Prestação de serviços de Fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, para os anos letivos de 2020/2021 e 2021/2022” – Concurso Público n.º 36/2020/DAF/DICOMP/SECOMP”, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do Artigo 311.º e da alínea a) do Artigo 312.º, ambos do CCP, no que diz respeito à prorrogação do prazo da execução do serviço até ao final do primeiro trimestre do ano letivo de 2022/2023, de acordo com o calendário definido pelo Ministério de Educação, sob determinadas condições. Delegar no Presidente da Câmara as competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do contrato.

230. Deliberação n.º 2871/2022 – Proposta n.º 16/2022 – DRH – Aprovar o recrutamento de trabalhadores para ocupação de postos de trabalho titulados por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Setúbal para o ano de 2022, através da abertura de procedimentos concursais comuns, ao abrigo e nos termos dos artigos 30.º, n.º 4, da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação dada pela Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, 4.º, n.º 1, e 9.º, n.º 1, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, e do regime constante da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, para ocupação dos seguintes postos de trabalho nas carreiras, categorias e atividades nas áreas funcionais que se referem, cuja caracterização dos correspondentes postos de trabalho é a que se encontra descrita no Mapa de Pessoal próprio do Município de Setúbal aprovado para o corrente ano de 2022, nomeadamente:

- Técnico Superior (Ergonomia, Higiene e Segurança) - 2 postos de trabalho;
- Assistente Operacional (Jardineiro) - 3 postos de trabalho;

231. Deliberação n.º 2873/2022 – Proposta n.º 2123/2022 – DASU/DAF/DICOMP/SECOMP – Autorizar a abertura do Concurso Público n.º 17/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviços de manutenção e conservação dos espaços verdes e floreiras da Avenida Luísa Todi, zonas envolventes e Parque Urbano de Albarquel, pelo período de 12 meses, com o preço base de 157.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal. Aprovar o programa de concurso, composto pelo Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Caracterização Técnica e respetivos anexos, bem como o júri do procedimento, com a seguinte constituição:

- Presidente: Eng.º Sérgio Gaspar
- Vogais: Eng.º João Reis
Eng.º Nelson José Vieira
- Suplentes: D. Susana Margarida Calixto
D. Silvia Carreira

Delegar no Presidente da Câmara as competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do contrato.

232. Deliberação n.º 2874/2022 – Proposta n.º 09/2022 – DASU/GAGIP – Aprovar a isenção de taxas de Licenças Especiais de Ruído, relativamente às seguintes iniciativas:

ENTIDADE ORGANIZADORA	EVENTO	DATA	HORÁRIO	VALOR
Moto Clube de Setúbal	Sado <i>Summer Fest</i>	Dias 10 e 11 de junho de 2022	08h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, respetivamente	291,30 €
Comerciantes da Praça Machado dos Santos	Animação Musical	Dias 11, 12, 18, 19, 25 e 26 de junho de 2022; Dias 2, 3, 9, 10, 16, 17, 23, 24, 30 e 31 de julho de 2022; Dias 6, 7, 13, 14, 20, 21, 27 e 28 de agosto de 2022; Dias 3, 4, 10, 11, 17, 18, 24 e 25 de setembro de 2022	16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 16h00 às 24h00, 00h00 às 01h00,	3138,65 €
Comerciantes da Baixa de Setúbal	Arraial de Santos Populares	Dias 11, 12, 18, 19, 25 e 26 de junho de 2022	19h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 19h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, 19h00 às 24h00,	842,40 €
Comerciantes da Baixa de Setúbal	Arraial de Santos Populares	Dias 25 e 26 de junho de 2022	19h00 às 24h00, 00h00 às 01h00, respetivamente	291,30 €
Escola Primária de Santa Ana	Festa de Encerramento do Ano Letivo	Dia 1 de julho de 2022	20h00 às 24h00	194,20 €
Associação Núcleo Sporting Clube de Portugal de Setúbal	Festa Verde e Branca	Dia 2 de julho de 2022	12h00 às 24h00	194,20 €
Fábrica da Igreja de São Sebastião	Festa em Honra de Nossa Senhora do Rosário de Tróia	Dia 13 de agosto de 2022	08h00 às 16h45	194,20 €

ENTIDADE ORGANIZADORA	EVENTO	DATA	HORÁRIO	VALOR
Programa de Animação do Bairro do Troino	Arraial de São João	Dia 24 de junho de 2022	18h00 às 24h00	91,30 €
Empresa em nome de Vânia Carvalho Marques	Festa do <i>Seagull</i>	Dias 2 e 3 de julho de 2022	22h00 às 24h00, 00h00 às 06h00, respetivamente	291,30 €
Associação Bairro Cool	Troino ao Léu	Dia 2 de julho de 2022	11h00 às 23h00	291,30 €
Delcites do Poeta, Lda	Evento de Fado e Música	Dias 13 e 14 de julho de 2022	20h00 às 24h00, 00h00 às 02h00, respetivamente	145,65 €
Purplesummer Media & Events, Lda	Festa Branca <i>Wine Party</i> Setúbal	Dia 16 de julho de 2022	17h00 às 24h00	291,30 €

233. Deliberação n.º 2875/2022 – Proposta n.º 10/2022 – DASU – Aprovar a isenção do pagamento das taxas, relativas à instalação da infraestrutura de comunicações a desenvolver pela empresa AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., no âmbito do sistema de recolha selectiva de resíduos urbanos biodegradáveis.

234. Deliberação n.º 2876/2022 – Proposta n.º 17/2022 – DEB/DIAPE – Aprovar o apoio financeiro a transferir para os agrupamentos de escolas do Concelho, no valor de 168 539,40€, para aquisição dos livros de atividades correspondentes aos manuais escolares adotados para cada ano de escolaridade, para todos os alunos a frequentar o 1.º ciclo do ensino básico no ano letivo 2022/2023, conforme quadro abaixo indicado.

AGRUPAMENTO DE ESCOLA	Nº LIVROS DE ATIVIDADES	VALOR LIVROS DE ATIVIDADES
Azeitão	1883	20 636,30 €
Barbosa du Bocage	2940	33 475,00 €
Lima de Freitas	1150	13 036,50 €
Luísa Todi	3581	40 811,60 €
Ordem de Sant'Iago	2919	32 702,00 €
Sebastião da Gama	2468	27 878,00 €
Total	14 941	168 539,40 €

235. Deliberação n.º 2877/2022 – Proposta n.º 18/2022 – DEB/DIGEPE – Aprovar os protocolos de colaboração no âmbito das atividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, tendo em conta o novo quadro de competências dos órgãos municipais, em matéria da educação. Aprovar a repartição de encargos de despesa, referente à Escola a Tempo Inteiro – Atividades de Enriquecimento Curricular, pelos anos de 2022 e 2023, conforme mapa e no período de duração do protocolo;

DESIGNAÇÃO	N.º DE ALUNOS (150 €/ALUNO/ANO)*	TRANSFÉRÊNCIA MENSAL	TRANSFÉRÊNCIA SETEMBRO A DEZEMBRO 2022 4 MESES	TRANSFÉRÊNCIA JANEIRO A JUNHO 2023 6 MESES	TRANSFÉRÊNCIA TOTAL 10 MESES
COSAP - AE Sebastião da Gama	727	10 905,00 €	43 620,00 €	65 430,00 €	109 050,00 €
COSAP - AE Ordem de Sant'Iago	857	12 855,00 €	51 420,00 €	77 130,00 €	128 550,00 €
AP EB Brejoira - AE Azeitão	589	8 835,00 €	35 340,00 €	53 010,00 €	88 350,00 €
AP EB B.º Humberto Delgado - AE Luísa Todi	1050	15 750,00 €	63 000,00 €	94 500,00 €	157 500,00 €
AP EB Arcos - AE Barbosa du Bocage	835	12 525,00 €	50 100,00 €	75 150,00 €	125 250,00 €
COSAP - AE Lima de Freitas	338	5 070,00 €	20 280,00 €	30 420,00 €	50 700,00 €
Total	4396	65 940,00 €	263 760,00 €	395 640,00 €	659 400,00 €

*estimativa referente ao ano letivo 2021/22

236. Deliberação n.º 2878/2022 – Proposta n.º 19/2022 – DEB/DIGEPE – Aprovar o apoio financeiro no valor de 1 610,00€ à Associação Bandeira Azul da Europa, no âmbito da Parceria Programa Nacional de Educação Ambiental Eco-Escolas 2021/2022.

237. Deliberação n.º 2879/2022 – Proposta n.º 20/2022 – DEB/DIGEPE – Aprovar o apoio financeiro no valor total de 2 000€ ao Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago, no âmbito do Projeto Flamenquitos de Sant'Iago, para fazer face às despesas do projeto de inclusão escolar do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago.

238. Deliberação n.º 2880/2022 Proposta n.º 2124/2022 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Autorizar a abertura do Concurso Público n.º 18/2022/DAF/DICOMP/SECOMP, para fornecimento contínuo de massas asfálticas a quente com inertes de basalto ou diorito (AC 12 SURF 35/50. 3500 toneladas com transporte e 1500 toneladas sem transporte), com o preço base de 373 200,00€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Aprovar o programa de concurso, composto pelo Programa de Procedimento, Caderno de Encargos, Caracterização Técnica e respetivos anexos, bem como o júri do procedimento, com a seguinte constituição:

- Presidente: Eng.ª Lénia Mouro
- Vogais: Eng.º Luis Vilar Martinho
Eng.º Nelson José Vieira
- Suplentes: D. Susana Margarida Calixto
D. Sandra Rolão

Delegar no Presidente da Câmara as competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do contrato.

239. Deliberação n.º 2881/2022 – Proposta n.º 29/2022 – DOM – Aprovar a abertura de concurso público para a execução da Empreitada “Rede de Abastecimento Primário no Parque Urbano da Várzea”. Aprovar o programa de procedimento, caderno de encargos, projeto e designação do júri. Fixar o preço base em 662 000,00€. Delegar no Presidente da Câmara as competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do contrato.

240. Deliberação n.º 2882/2022 – Proposta n.º 30/2022 – DOM – Aprovar a retificação dos cálculos da Revisão de Preços Definitiva e do correspondente valor global no montante de 60 022,12€ no âmbito da empreitada, “Reabilitação do Convento de Jesus – Ala Este e Ala Norte, Claustros, Igreja e Coro Alto”.

241. Deliberação n.º 2884/2022 – Proposta n.º 32/2022 – DOM – Aprovar a libertação do valor de 30% do montante da garantia prestada no contrato da Empreitada “Requalificação de Pavimentos na Av.ª D. João II e Envolvente”. Delegar no Presidente da Câmara, com a possibilidade de subdelegação, nos termos do disposto no artigo 34.º, n.º 1 da Lei 75/2013, de 12 de setembro e artigo 109.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, CCP, das competências para a prática de todos os atos e formalidades de carácter instrumental e decisórios ainda necessários ao prosseguimento e conclusão do presente contrato.

242. Deliberação n.º 2885/2022 – Proposta n.º 33/2022 – DOM/DIHAB – Aceitar as doações efetuadas pelas entidades, INTROSYS e LEROY MERLIN SETUBAL, no âmbito do desenvolvimento dos projetos Estúdio de Som e Imagem da Bela Vista e Espaço Renascer do Forte da Bela Vista, abrangidos pelo Programa Nosso Bairro, Nossa Cidade. Aprovar um voto de agradecimento aos doadores.

243. Deliberação n.º 2886/2022 – Proposta n.º 78/2022 – DCDJ – Aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no valor de 35.000,00€, à Associação Exib Música Expo Iberoamericana de Música, no âmbito da realização do EXIB MÚSICA Setúbal 2022.

244. Deliberação n.º 2887/2022 – Proposta n.º 79/2022 – DCDJ/DIDES – Aprovar a atribuição de um apoio financeiro aos Programas de Desenvolvimento Desportivo, ao abrigo da Matriz de Apoio ao Desenvolvimento Desportivo no ano de 2022, no valor de 148.292,00€

245. Deliberação n.º 2888/2022 – Proposta n.º 80/2022 – DCDJ/DICUL – Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 4 500,00€, à Sociedade Musical Capricho Setubalense, no âmbito da realização do 18.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal.

246. Deliberação n.º 2889/2022 – Proposta n.º 81/2022 – DCDJ/DICUL – Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 1.500,00€, no âmbito da realização do 11.º Eurovision Live Concert.

247. Deliberação n.º 2890/2022 – Proposta n.º 82/2022 – DCDJ/DICUL – Aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Setúbal e o Grupo Coral Alentejano “Os Amigos do Independente”, que enquadra um apoio financeiro de 750,00€.

248. Deliberação n.º 2891/2022 – Proposta n.º 83/2022 – DCDJ/DISOC – Aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de 7.500,00€, à Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo, no âmbito de apoio às atividades desenvolvidas.

249. Deliberação n.º 2892/2022 – Proposta n.º 548/2022 – DURB – No âmbito do processo n.º 408/22, de que é titular HELENA DO ROSÁRIO FELÍCIO MURILHAS, e em conformidade com o requerimento 3823/22, deferir o pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes ao abrigo do disposto no artigo 54.º da lei n.º 91/95, de 2 de setembro, com a redação atual dada por a Lei n.º 70/2015 de 16 de julho, referente ao prédio misto sito em Gâmbia, com a área total de 6.750m2, descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 2168, inscrito na matriz predial urbana sob os artigos 259 e 589 e na matriz predial rústica sob o artigo 140 da Secção F2 da Freguesia da Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.

250. Deliberação n.º 2893/2022 – Proposta n.º 549/2022 – DURB – No âmbito do processo n.º 541/22, de que é titular MANUEL JOSÉ AFONSO PIRES DA LAMA, e em conformidade com o requerimento 5271/22, deferir o pedido de emissão de parecer favorável de ampliação do número de compartes, referente a 1930/236.328 avos indivisos do prédio com a área total de 236.328m2, sito em Quinta do Figueirão e Cachoeira, Vendas de Azeitão, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Setúbal sob o n.º 977, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 385 da Secção B da União de Freguesias de Azeitão.

251. Deliberação n.º 2894/2022 – Proposta n.º 550/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 42/22, de que é titular COCA – COLA EUROPEAN PARTNERS PORTUGAL, UNIPESOAL LDA., e em conformidade com o requerimento 5841/22, aprovar a minuta de contrato de urbanização, que visa regular a execução das obras relativas às infraestruturas urbanísticas previstas no âmbito dos processos n.ºs 41/22 e 42/22 da Câmara Municipal de Setúbal que correspondem à primeira fase da intervenção de drenagem da Salmoura, em Quinta da Salmoura, União das Freguesias de Azeitão.

252. Deliberação n.º 2895/2022 – Proposta n.º 551/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 42/22, de que é titular COCA – COLA EUROPEAN PARTNERS PORTUGAL, UNIPESOAL LDA., e em conformidade com o requerimento 5841/22, aceitar os projetos de especialidades e conceder condicionadamente a licença de construção de um armazém com a área de 10135,00m2 na parcela n.º 327 do Plano de Pormenor da Salmoura, integrada no prédio urbano inscrito sob o artigo 7677 da União de Freguesias de Azeitão, localizada na Fábrica da Coca Cola, Quinta da Salmoura, União das Freguesias de Azeitão.

253. Deliberação n.º 2896/2022 – Proposta n.º 552/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 159/21, de que é titular ARRABIPADEL, Lda., e em conformidade com o requerimento 2500/21, conceder condicionadamente a licença para obras de construção de equipamento desportivo, nomeadamente campos de Padel e edifícios de apoio, em Rua Dr. Francisco Gonçalves de Oliveira – União Freguesias de Azeitão.

254. Deliberação n.º 2897/2022 – Proposta n.º 553/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 15/21, de que é titular ALBERTO DUARTE INÁCIO, e em conformidade com o requerimento 4970/22, conceder condicionadamente a licença para obras de edificação de uma moradia unifamiliar isolada, com dois pisos, garagem, anexos para apoio agrícola e piscina, em Rua Família Marques – Casal Bolinhos – Brejos de Azeitão.

255. Deliberação n.º 2898/2022 – Proposta n.º 554/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 272/20, de que é titular MANUEL FERNANDO JESUS RILHO, e em conformidade com o requerimento 5166/20, conceder condicionadamente a licença para obras de edificação de uma moradia unifamiliar isolada, com dois pisos e cave para estacionamento, em Rua D. Júlia Brás – Aldeia da Piedade.

256. Deliberação n.º 2899/2022 – Proposta n.º 555/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 437/21, de que é titular NUNO HENRIQUE REBELO CASCAIS CASTRO CALADO e JOANA SOFIA AMARO FLORINDO, e em conformidade com o requerimento 5744/22, conceder a licença para obras de edificação de uma moradia unifamiliar, térrea, com anexo destinado a arrumos, canil e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua do Descobrimentos lote 278/279 – Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

257. Deliberação n.º 2900/2022 – Proposta n.º 556/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 357/21, de que é titular PEDRO ALEXANDRE FERNANDES MANEIRA, e em conformidade com o requerimento 6052/22, conceder condicionadamente a licença para obras de construção edificação de uma moradia unifamiliar, de tipologia T3, com dois pisos e cave para estacionamento e arrumos e muro de vedação confinante com a via pública, em Rua dos Pintassilgos, na Freguesia de São Sebastião.

258. Deliberação n.º 2901/2022 – Proposta n.º 557/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 546/21, de que é titular PARALELOS E ELIPSES, Lda., e em conformidade com o requerimento 561/22, conceder a licença para obras de construção de edificação de moradia unifamiliar, distribuída por 1 piso, alpendre frontal, alpendre alçado direito, alpendre entrada, garagem, piscina e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua da Sociedade Musical de Brejos de Clérigo, n.º 106 – Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

259. Deliberação n.º 2902/2022 – Proposta n.º 558/2022 – DURB/DIGU – No âmbito do processo n.º 97/19, de que é titular INCENTINVEST IMOBILIARIA E INVESTIMENTOS SA, Lda., e em

conformidade com o requerimento 4079/22, conceder a licença de construção de edifício de habitação multifamiliar, em Estrada das Machadas de Cima, na União de Freguesias de Setúbal, sob determinadas condições.

260. Deliberação n.º 2903/2022 – Proposta n.º 559/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 30/22, de que é titular CONSTRUTORA RODRIGUES E MONTEIRO, Lda., e em conformidade com o requerimento 5604/22, conceder a licença de construção de moradia unifamiliar térrea, alpendre anterior, alpendre posterior, telheiro, garagem, piscina e muro de vedação confinante com arruamento público, em Travessa da Boneca 554, na União de Freguesias de Azeitão.

261. Deliberação n.º 2904/2022 – Proposta n.º 560/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 445/22, de que é titular JOAQUIM VIDEIRA, UNIPESSOAL, LDA., e em conformidade com o requerimento 5638/22, conceder a licença de construção de moradia unifamiliar térrea, garagem, piscina e muro de vedação confinante com arruamento, em Rua José Malhoa, Vale de Choupous, Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

262. Deliberação n.º 2905/2022 – Proposta n.º 561/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 10/22, de que é titular JOSÉ MARIA ANTÓNIO MARTINHO, e em conformidade com o requerimento 5752/22, conceder a licença de obras de demolição e de edificação para alteração e ampliação do edifício habitacional de dois pisos e legalização dos anexos afetos ao edifício habitacional, em Rua da Libertação n.º 7, na Freguesia do Sado.

263. Deliberação n.º 2906/2022 – Proposta n.º 562/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 78/22, de que é titular JOAQUIM LOURENÇO ROSA DIAS CATARINO, e em conformidade com o requerimento 6528/22, aprovar o projeto de arquitetura de construção de garagem, em Rua dos Queijinhos, Lote 76 – Brejos de Azeitão.

264. Deliberação n.º 2907/2022 – Proposta n.º 563/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 62/09, de que é titular FERNANDO GOUVEIA DE FIGUEIREDO CABRAL E OUTROS, e em conformidade com o requerimento 3625/22, aprovar o projeto de arquitetura de moradia unifamiliar isolada com 1 piso, abrigo automóvel e garagem, em Brejos de Casal de Bolinhos - Brejos de Azeitão.

265. Deliberação n.º 2908/2022 – Proposta n.º 564/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 167/22, de que é titular PAULO JORGE PINHEIRO MARTINS, e em conformidade com o requerimento 3467/22, aprovar o projeto de arquitetura de construção de moradia unifamiliar, garagem e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua Família Bronze – Brejos de Azeitão.

266. Deliberação n.º 2909/2022 – Proposta n.º 565/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 273/22, de que é titular RICARDO JORGE DE BRITO VARGAS, e em conformidade com o requerimento 5540/22, aprovar o projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar, com dois pisos afetos à habitação e um piso afeto a estacionamento/zonas técnicas, piscina e muro que confina com a via pública, em Rua de Brancanes Lote 50, na União Freguesias de Setúbal.

267. Deliberação n.º 2910/2022 – Proposta n.º 566/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 186/22, de que é titular NUNO MIGUEL FERREIRA MARQUES LOURENÇO, e em conformidade com o requerimento 3892/22, aprovar o projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar térrea, garagem, piscina e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua da Padaria – Brejos de Azeitão.

268. Deliberação n.º 2911/2022 – Proposta n.º 567/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 337/20, de que é titular ESFERA AUTÓNOMA SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA., e em conformidade com o requerimento 6833/21, aprovar o projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar, com três pisos, sendo um em semicave destinado a estacionamento e dois acima do solo, piscina e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua da Artilharia da Costa Brancanes, na União de Freguesias de Setúbal.

269. Deliberação n.º 2912/2022 – Proposta n.º 568/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 244/22, de que é titular ANTÓNIO JORGE ESCUMALHA, e em conformidade com o requerimento 5048/22, aprovar o projeto de arquitetura para construção de moradia unifamiliar com dois pisos, sendo um em semicave destinado a estacionamento e um acima do solo, piscina e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua da Estefanilha, na Freguesia de São Sebastião, sob determinadas condições.

270. Deliberação n.º 2913/2022 – Proposta n.º 569/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 233/22, de que é titular ARMANDO MARIA LEÃO, e em conformidade com o requerimento 4828/22, aprovar o projeto de arquitetura para construção de moradia bifamiliar térrea, 2 garagens, 2 piscinas e muro de vedação confinante com arruamento público, em Travessa da Silveira e Rua dos Vitoriosos, Lote 98, em Brejos de Azeitão.

271. Deliberação n.º 2914/2022 – Proposta n.º 570/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 3/22, de que é titular JORGE MANUEL DE CARVALHO PEREIRA, e em conformidade com o requerimento 68/22, aprovar o projeto de arquitetura para construção de moradia bifamiliar térrea, 2 garagens, 2 piscinas e muro de vedação confinante com arruamento público, em Sítio da Lage, em Aldeia de Irmãos.

272. Deliberação n.º 2915/2022 – Proposta n.º 571/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 259/22, de que é titular MARIANA & PARCIFAL – INVESTIMENTOS, LDA., e em conformidade com o requerimento 5340/22, aprovar o projeto de arquitetura para construção de 5 moradias unifamiliares, 5 abrigos automóvel, 5 piscinas e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua Idelíria Lourinha Elias, em Brejos de Azeitão.

273. Deliberação n.º 2916/2022 – Proposta n.º 572/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 448/20, de que é titular PASMADOS, SOC. AGRÍCOLA, S.A., e em conformidade com o requerimento 8913/20, aprovar o projeto de arquitetura para realização de obras de ampliação de edifício pré-existente, prédio rústico inscrito sob o artigo 33 da Secção H1 da União de Freguesias de Azeitão, em Quinta da Serra – Casais da Serra.

274. Deliberação n.º 2917/2022 – Proposta n.º 573/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 26/17, de que é titular MÁRIO FERNANDO DA CONCEIÇÃO GONÇALVES RODRIGUES E OUTRA, e em conformidade com o requerimento 8637/21, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de alterações e conceder a licença de construção de moradia, inscrita sob o artigo 10953 da União de Freguesias de Azeitão, em Rua da Vacaria n.º 6 - 6 A, Lote 4 – Brejos de Azeitão.

275. Deliberação n.º 2918/2022 – Proposta n.º 574/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 393/19, de que é titular ANA MARIA ALPANDE VIEIRA DELGADO PATROCÍNIO, e em conformidade com o requerimento 5161/22, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de alterações e conceder a licença de construção referente ao prédio urbano, inscrito sob o artigo 1639 da União de Freguesias de Azeitão, em Travessa dos Camponeses, n.º 9 – Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

276. Deliberação n.º 2919/2022 – Proposta n.º 575/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 120/22, de que é titular DENIS BRUNO PLÁCIDO CAFERRA CRISPIM, e em conformidade com o requerimento 2624/22, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de moradia e a concessão da licença de construção, legalização de moradia unifamiliar, anexo e muro confinante com o arruamento público, do prédio urbano inscrito sob o artigo 4234 da União de Freguesias de Azeitão, em Travessa de Santo António, n.º 7 – Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

277. Deliberação n.º 2920/2022 – Proposta n.º 576/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 72/22, de que é titular SÉRGIO RODRIGO MARTINS DE JESUS DA NEVES, e em conformidade com o requerimento 1673/22, aprovar o projeto de arquitetura e a concessão da licença de construção para alterações de fachada, com criação de varanda anterior, alteração de arranjos exteriores e construção de anexo destinado a arrumos, em Rua Elina Guimarães, Lote 13, Quinta do Chão Duro – Aldeia de Irmãos.

278. Deliberação n.º 2921/2022 – Proposta n.º 577/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 66/22, de que é titular IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS ÚLTIMOS DIAS, e em conformidade com o requerimento 1452/22, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de obras de alteração e a concessão da licença de construção, referente ao prédio urbano, inscrito sob a matriz n.º 13826, da Freguesia de São Sebastião, em Rua Fialho de Almeida – Setúbal.

279. Deliberação n.º 2922/2022 – Proposta n.º 578/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 133/22, de que é titular BRUNO MIGUEL FONSECA SANTOS, e em conformidade com o requerimento 2904/22, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de piscina e a concessão da licença de construção, referente ao prédio urbano, inscrito sob o artigo 2397, da União de Freguesia de Azeitão, em Rua do Tojeiral n.º 79, na União de Freguesia de Azeitão, sob determinadas condições.

280. Deliberação n.º 2923/2022 – Proposta n.º 579/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 382/21, de que é titular CLARO CONTRASTE – CONSTRUÇÕES, LDA., e em conformidade com o requerimento 6713/21, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de edificação e a concessão da licença de construção, para obras de alteração e ampliação ao prédio urbano, inscrito sob o artigo 19222, da Freguesia de São Sebastião, em Rua José Guimarães e Torres, 42, 44, 46, na Freguesia de São Sebastião.

281. Deliberação n.º 2924/2022 – Proposta n.º 580/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 279/21, de que é titular MÁRIO RUI FIGUEIRA DE ARAÚJO., e em conformidade com o requerimento 4682/21, aprovar o projeto de arquitetura para legalização das edificações existentes referentes ao prédio urbano inscrito sob o artigo 3903º da Freguesia de S. Sebastião e concessão da licença para obras de edificação de piscina, em Rua Henrique Freire, 21 – Fonte do Lavra, Freguesia São Sebastião, sob determinadas condições

282. Deliberação n.º 2925/2022 – Proposta n.º 581/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 217/22, de que é titular JOSÉ ALFREDO ANDRÉ APARÍCIO, e em conformidade com o requerimento 4464/22, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de piscina, em Rua José Malhoa, Lote 25 – Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

283. Deliberação n.º 2926/2022 – Proposta n.º 582/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 221/22, de que é titular LUIS CARLOS PINHEIRO DA PAZ, e em conformidade com o requerimento 4618/22, aprovar o projeto de arquitetura de legalização de anexo e licença de construção de moradia térrea, na Rua dos Eucaliptos Lote 39, na União de Freguesias de Azeitão, sob determinadas condições.

284. Deliberação n.º 2927/2022 – Proposta n.º 583/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 9/20, de que é titular TELMO JOSÉ DOS SANTOS CORREIA, e em conformidade com o requerimento 3142/22, aprovar o projeto de arquitetura e conceder a licença de construção para legalização de alterações à moradia, arranjos exteriores, muro de vedação, telheiro com churrasqueira e legalização de piscina, em Rua do Roseiral, Lote 86 – Brejos de Azeitão, sob determinadas condições.

285. Deliberação n.º 2928/2022 – Proposta n.º 584/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 538/21, de que é titular ONDAREQUINTE, SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA., e em conformidade com o requerimento 10024/21, indeferir o projeto de arquitetura para a construção de moradia unifamiliar, garagem, piscina e muro de vedação confinante com arruamento público, em Rua do Choupal, na União de Freguesias de Azeitão.

286. Deliberação n.º 2929/2022 – Proposta n.º 585/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 135/19, de que é titular AGOSTINHO MANUEL DA GLORIA E OUTRO, e em conformidade com o requerimento 9913/21, aprovar o projeto de arquitetura com as alterações introduzidas no decorrer da obra, em Rua Amélia Rey Colaço, n.º 3- 3A -3B, lote 25 – Brejos de Azeitão.

287. Deliberação n.º 2930/2022 – Proposta n.º 586/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 454/20, de que é titular FILIPE ALEXANDRE TUBAL BRONZE, e em conformidade com o requerimento 4022/22, aprovar o projeto de arquitetura com as alterações introduzidas no decorrer da obra, em Rua José Sacramento, Lote 89 – Carcavelos e Nabais – Azeitão.

288. Deliberação n.º 2931/2022 – Proposta n.º 587/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 34/19, de que é titular LUIS ANDRÉ FIGUEIRA TRINDADE, e em conformidade com o requerimento 5526/22, aprovar o projeto de arquitetura com as alterações introduzidas no decorrer da obra, em Quinta da Amizade, Lote 290- Gâmbia – Pontes – Alto da Guerra.

289. Deliberação n.º 2932/2022 – Proposta n.º 588/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 27/22, de que é titular INTERSCORE UNIPESSOAL LDA., e em conformidade com o requerimento 4721/22, aprovar o pedido de informação prévia, para construção de uma moradia, uma piscina e muro que confina com a via pública, em Urbanização da Reboreda ao Forte Velho, Lote 30- União das Freguesias de Setúbal.

290. Deliberação n.º 2933/2022 – Proposta n.º 589/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 42/21, de que é titular DIVA ANYNUS FREITAS MARTINS DA CRUZ., e em conformidade com o requerimento 8969/21, aprovar o pedido de informação prévia ao abrigo do art.º 14 do RJUE, relativamente à classificação de uso do terreno, bem como à capacidade construtiva máxima e restantes parâmetros urbanísticos aplicáveis para edificação, em Vale de Mulatas, Freguesia de São Sebastião.

291. Deliberação n.º 2934/2022 – Proposta n.º 590/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 27/21, de que é titular ATOMOPRECIOSO, LDA., e em conformidade com o requerimento 6320/21, aprovar a informação prévia favorável de construção em loteamento urbano, constituído por 56 lotes, destinados a moradias unifamiliares, em Quinta de S. Jorge – Gâmbia – Pontes – Alto da Guerra, sob determinadas condições.

292. Deliberação n.º 2935/2022 – Proposta n.º 591/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 21/98 e em conformidade com o requerimento 6144/22, aprovar alterações à planta de síntese do alvará de loteamento n.º 02/2002, sito em Rua do Sol, Lote 32 – Brejos de Azeitão, conforme requerido por VITOR GONÇALVES BARBOSA.

293. Deliberação n.º 2936/2022 – Proposta n.º 592/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 762/95, de que é titular SULHOTEL, ACT. TURÍSTICAS & HOTELEIRAS DO SUL, LDA., e em conformidade com o requerimento 2038/22, aprovar as alterações às especificações da planta de síntese do alvará de loteamento n.º 3/99, sito em Estrada da Galroas – Azeda de Baixo – Freguesia de São Sebastião, sob determinadas condições.

294. Deliberação n.º 2937/2022 – Proposta n.º 593/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 942/99, de que é titular OCG SOCIEDADE IMOBILIÁRIA LDA., e em conformidade com o requerimento 9095/21, aprovar as alterações às especificações da planta de síntese do alvará de loteamento n.º 1/07, sito em Monte Belo, na Freguesia de São Sebastião.

295. Deliberação n.º 2938/2022 – Proposta n.º 594/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 441/83, de que é titular MANUEL PINTO, e em conformidade com o requerimento 1255/19, aprovar as alterações às especificações da planta de síntese do alvará de loteamento n.º 7/85, sito em Rua Baía do Sado – Mourisca, na Freguesia do Sado.

296. Deliberação n.º 2939/2022 – Proposta n.º 595/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 84/22, de que é titular ANDRE GAVINO, e em conformidade com o requerimento 4685/22, homologar o auto de vistoria realizado no dia 20 de junho de 2022, do Alojamento Local denominado “André Gavino Pedro”, registado sob o n.º 128464/AL, sito em Rua Luis de Camões n.º 17, em Vila Nogueira de Azeitão.

297. Deliberação n.º 2940/2022 – Proposta n.º 596/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 81/22, de que é titular PATRÍCIA BERNARDETTE ARNO, e em conformidade com o requerimento 4550/22, homologar o auto de vistoria realizado no dia 27 de junho de 2022, do Alo-

jamento Local denominado “Casa Jardim dos Açores”, registado sob o n.º 128217/AL, sito em Rua dos Leques, n.º 27, em Brejos de Azeitão.

298. Deliberação n.º 2941/2022 – Proposta n.º 597/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 80/22, de que é titular ALEXANDRA ANNE LAPIERRE DA SILVA PEREIRA, e em conformidade com o requerimento 4548/22, homologar o auto de vistoria realizado no dia 20 de junho de 2022, do Alojamento Local denominado “Casa Evaé”, registado sob o n.º 128220/AL, sito em Rua Doutor Fernando Vale n.º 36, em Azeitão.

299. Deliberação n.º 2942/2022 – Proposta n.º 598/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 26/22, de que é titular ANA TERESA BAGULHO AREIAS, e em conformidade com o requerimento 5466/22, homologar o auto de vistoria realizado no dia 18 de julho de 2022, ao edifício sito em, Rua Mouzinho de Albuquerque n.º 6, Setúbal, em regime de propriedade horizontal, licenciado através do PO 281/90, determinando por consequência a realização das obras de conservação necessárias, a realização da inspeção técnica do edifício, e implementação das respetivas soluções nos prazos indicados.

300. Deliberação n.º 2943/2022 – Proposta n.º 599/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 1198/DFI/20, de que é titular do processo ÉVORA & SIMÕES – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA, e em conformidade com o requerido por Câmara Municipal de Setúbal – Divisão de Fiscalização, requerimento NIPG 27919/21, homologar o auto de vistoria realizado no dia 9 de setembro de 2021, ao edifício sito em Rua Morgado de Setúbal, n.º 69 a 75, em Setúbal, determinando por consequência a realização dos procedimentos necessários no estado de conservação das anomalias detetadas nos prazos indicados.

301. Deliberação n.º 2944/2022 – Proposta n.º 600/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 69/22, de que é titular INTOMI INVESTIMENTOS LDA, e em conformidade com o requerimento 6273/22, conceder a licença e emitir o alvará de construção da alteração de fachada do edifício habitacional, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 2145, sito em Avenida General Daniel de Sousa n.º 4 – União das Freguesias de Setúbal.

302. Deliberação n.º 2945/2022 – Proposta n.º 601/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 109/19, de que é titular ROMANTIBURGO, UNIPESSOAL, LDA, e em conformidade com o requerimento 5721/22, conceder o aditamento à licença de construção para alteração e ampliação do edifício habitacional inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º 7041, para o qual foi emitido o alvará de construção n.º 79/20, sito em Rua Almeida Garret n.º 48 – União Freguesias de Setúbal.

303. Deliberação n.º 2946/2022 – Proposta n.º 602/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 78/77, de que é titular MAFALDA ANTUNES COSTA, e em conformidade com o requerimento 1291/22, aprovar o projeto de arquitetura, para obras de reabilitação, alteração e ampliação de edifício afeto a habitação (moradia bifamiliar), sito em Rua Helena da Conceição Santos Silva, 39, - Vila Nogueira de Azeitão, sob determinadas condições.

304. Deliberação n.º 2947/2022 – Proposta n.º 603/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 240/22, de que é titular FERNANDA DO CARMO CARNOT MORGADO, e em conformidade com o requerimento 4974/22, aprovar o projeto de arquitetura condicionadamente, para alteração de fachada de edifício destinado a comércio e habitação, sito em Rua Fran Pacheco n.º 35 a 37 – União de Freguesias de Setúbal.

305. Deliberação n.º 2948/2022 – Proposta n.º 604/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 84/22, de que é titular DERRIL THOMPSON E OUTRA, e em conformidade com o requerimento 1911/22, aprovar o projeto de arquitetura para alterações e ampliação de edifício destinado a comércio e habitação, com vista à alteração de uso do piso o para habitação, sito em Rua Frei Agostinho da Cruz 33 e 35 e Rua 26 de setembro 26 – União Freguesias de Setúbal.

306. Deliberação n.º 2949/2022 – Proposta n.º 605/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 98/22, de que é titular 3G ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LDA, e em conformidade com o requerimento 2186/22, aprovar o projeto de arquitetura para alterações e ampliação de edifício destinado a comércio, com vista à alteração para habitação, sito em Rua João Eloy do Amaral 52 – União Freguesias de Setúbal.

307. Deliberação n.º 2950/2022 – Proposta n.º 606/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 295/22, de que é titular DANIEL DA SILVA MENDES, e em conformidade com o requerimento 6269/22, aprovar o projeto de arquitetura para legalização de alteração de fachada, de um edifício destinado a habitação, sito em Rua Capitão Tenente Carvalho Araújo 23 - União Freguesias de Setúbal.

308. Deliberação n.º 2951/2022 – Proposta n.º 607/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 545/21, de que é titular DRUIDAS & ORBITAS UNIPESSOAL LDA, e em conformidade com o requerimento 10148/21, aprovar o projeto de arquitetura para alterações e legalização de ampliação, de parte de edifício destinado a comércio, com vista à alteração de uso para comércio/serviços, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes 12, em Setúbal.

309. Deliberação n.º 2952/2022 – Proposta n.º 608/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 114/19, de que é titular ISOFIPEX LDA, e em conformidade com o requerimento 5341/22, aceitar condicionadamente as telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra do prédio urbano, inscrito sob o artigo 1997 da União de Freguesias de Setúbal, sito em Beco Garcia Peres 10, em Setúbal.

310. Deliberação n.º 2953/2022 – Proposta n.º 609/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 23/16, de que é titular CAIS DOS OCEANOS – GESTÃO DE PATRIMONIO UNIPESSOAL LDA, e em conformidade com o requerimento 5299/22, aceitar condicionadamente as telas finais com alterações sujeitas a controlo prévio, introduzidas no decorrer da obra do prédio urbano, inscrito sob o artigo 1266 da União de Freguesias de Setúbal, sito em Avenida José Mourinho, 48, Antiga Rua da Praia da Saúde, em Setúbal.

311. Deliberação n.º 2954/2022 – Proposta n.º 610/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 38/21, de que é titular CONSTRUTORA ABRIGO, LDA, e em conformidade com o requerimento 8694/21, aprovar condicionadamente, informação prévia favorável para obras de demolição e construção destinada a equipamento/ serviços /estrutura residencial para idosos, sito em Rua Bualarte de Santo Amaro, em Setúbal, sob condições propostas.

312. Deliberação n.º 2955/2022 – Proposta n.º 611/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 5/22, de que é titular JACOBUS THEODORUS VAN SCHIE, e em conformidade com o requerimento 942/22, emitir informação prévia desfavorável e arquivar o pedido para alteração e ampliação de habitação, nos termos da alínea a) do n.º 1 e da alínea a) do n.º 2 do art.º 24º do RJUE, do prédio urbano n.º 1479, da União de Freguesias de Setúbal, sito em Rua do Clube Recreativo da Palhavã n.º 78, em Setúbal.

313. Deliberação n.º 2956/2022 – Proposta n.º 612/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 68/22, de que é titular ANA ISABEL GONÇALVES DA CRUZ, e em conformidade com o requerimento 4273/22, homologar o auto de vistoria realizado no dia 30 de junho de 2022, do Alojamento Local, denominado “Fantastic House in Setúbal”, registado sob o n.º 127785/AL, sito em Rua Pereira Cão 65, em Setúbal, determinando o cumprimento das desconformidades nele indicadas.

314. Deliberação n.º 2957/2022 – Proposta n.º 613/2022 – DURB/GAPRU - No âmbito do processo n.º 52/22, de que é titular RICHARD GRENVILLE EILBECK, e em conformidade com o requerimento 3350/22, homologar o auto de vistoria realizado no dia 26 de maio de 2022, do Alojamento Local, denominado “Town Square House”, registado sob o n.º 129821/AL, sito em Largo São Tiago, 4, R/C e 1.º, em Setúbal, determinando o cumprimento das desconformidades nele indicadas.

315. Deliberação n.º 2958/2022 – Proposta n.º 614/2022 – DURB/DIMOT – Aprovar a 2.ª alteração ao Regulamento dos Parques de Estacionamento Teotónio Banha, Finanças e Terminal Ferry, no artigo 4.2 - Cartões de Acesso – AVENÇAS, alterando a quantidade de estacionamento.

316. Deliberação n.º 2959/2022 – Proposta n.º 615/2022 – DURB/GARIU - No âmbito do processo n.º 76/21, de que é titular DS LDA., e em conformidade com o requerimento 302/22, autorizar a colocação de Pannel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face, pelo prazo de 12 meses, em Av. Luísa Todi, em frente à REPSOL, Setúbal.

317. Deliberação n.º 2960/2022 – Proposta n.º 616/2022 – DURB/GARIU - No âmbito do processo n.º 11/22, e em conformidade com o requerimento 322/22 de que é titular AUDIÇÃO ATIVA – DUARTE CARDOSO, autorizar a ocupação de via pública, com unidade móvel para rastreio auditivo gratuito, em Av. Luísa Todi, junto ao Pingo Doce, Setúbal.

318. Deliberação n.º 2961/2022 – Proposta n.º 617/2022 – DURB/GARIU - No âmbito do processo n.º 15/22, de que é titular EMPATHY VOICES LDA, e em conformidade com o requerimento 324/22, autorizar a ocupação de via pública, com unidade móvel para rastreio auditivo gratuito, em Av. Luísa Todi, junto ao Pingo Doce, Setúbal.

319. Deliberação n.º 2962/2022 – Proposta n.º 618/2022 – DURB/GARIU - No âmbito do processo n.º 149/19, de que é titular ANTÓNIA MARIA ROSÁRIO BELCHIOR NEVES, e em conformidade com o requerimento 301/22, autorizar a ocupação de via pública com unidade móvel – Roulote de venda de bifanas, para o ano de 2022 na Av. José Mourinho, Setúbal.

320. Deliberação n.º 2963/2022 – Proposta n.º 619/2022 – DURB/GARIU - No âmbito do processo n.º 150/19, de que é titular FÁBIO MIGUEL NUNES DOS SANTOS, e em conformidade com o requerimento 300/22, autorizar a ocupação de via pública com unidade móvel – Roulote de venda de bifanas, para o ano de 2022 na Av. José Mourinho – Setúbal.

321. Deliberação n.º 2964/2022 – Proposta n.º 620/2022 – DURB/GARIU - No âmbito do processo n.º 75/22, de que é titular PAULO ALEXANDRE CARDOSOS DA SILVA, e em conformidade com o requerimento 251/22, autorizar a colocação de publicidade em viatura (bicicleta quadriciclo XXL), equipamento turístico, cuja circulação será efetuada em todo o Concelho de Setúbal durante o período de 17/08/2022 a 06/10/2022.

322. Deliberação n.º 2965/2022 – Proposta n.º 621/2022 – DURB/DIGU - No âmbito do processo n.º 158/22, de que é titular SPADAD – SOC. PORT. DIST. ART. DESPORTO, UNIP, LDA, e em conformidade com o requerimento 3315/22, aprovar o projeto de arquitetura e licenciamento para alteração, ampliação de edifício e obras de construção e demolição, de um edifício destinado a comércio/serviços, inscrito sob o artigo 3619 da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, sito em Poço Mouro – Setúbal, sob determinadas condições.

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

O Presidente da Câmara, André Valente Martins

CONSULTAS PÚBLICAS

ANDRÉ VALENTE MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE SETÚBA:

FAZ PÚBLICO QUE, por deliberação da Câmara Municipal de Setúbal, de 17 de agosto corrente foi aprovada a proposta de “**PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SETÚBAL – 2023**” anexo ao presente edital, que se encontra para apreciação pública na Secção de Atendimento e Gestão Documental, desta Câmara Municipal, procedendo-se também à sua publicação oficial no Jornal de Deliberações do Município de Setúbal e no sítio eletrónico oficial do município em www.mun-setubal.pt, nos termos do art.º 101.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Os eventuais interessados poderão dirigir, por escrito, as suas sugestões, dentro do prazo de **trinta dias úteis**, contados a partir da data da publicação do respetivo projeto de regulamento no Jornal de Deliberações, de acordo com o disposto no art.º 100.º do diploma atrás mencionado.

Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

O PRESIDENTE DA CÂMARA, André Valente Martins

PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS DO MUNICÍPIO DE SETUBAL – 2023

PREÂMBULO

A evolução recente em matéria de atribuições e competências municipais tem vindo a exigir uma capacidade crescente de gerar receitas próprias por parte dos Municípios, de entre as quais assumem especial relevância as provenientes da cobrança de taxas e licenças, previstas como fonte de financiamento das atividades municipais na atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

A revisão do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas (doravante denominado por RTORMS) em vigor no Município impõe-se pela obrigatoriedade legal de os Municípios adequarem o regulamento e a tabela de taxas em vigor, de acordo com a Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, designadamente, a fundamentação económicofinanceira dos montantes das taxas estabelecidas, a indicação da base de incidência objetiva e subjetiva, o valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar, o modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas e a admissibilidade do pagamento em prestações, as isenções e a sua fundamentação.

Da adaptação ora efetuada resultou o apuramento dos custos diretos e indiretos associados a cada prestação de serviço efetuada pela Autarquia e a obtenção do valor real de custo da mesma, tendo sido em algumas situações aplicado, nuns casos, um fator de desincentivo, noutros um incentivo ou benefício social e por último, nalgumas taxas, a imputação do benefício económico ou outro auferido pelo particular.

Da aplicação dos citados fatores resultou a atribuição de valores às taxas para cada prestação de serviço adequados e no cumprimento do princípio da proporcionalidade. Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a taxa de inflação, tendo como base legal o n.º 1, do Artigo 9º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro.

No entanto, a alteração da tabela que se efetuou no cumprimento da legislação em vigor, não pode ignorar que, a serem introduzidos ajustamentos, estes devem de seguir uma lógica gradual para que não haja aumentos muito significativos nos valores aprovados, tendo em conta o custo benefício da prestação do serviço bem como a assunção em algumas áreas de atuação de um incentivo ou benefício social tendo por base a incidência objetiva e subjetiva das mesmas.

Pretende-se ainda o estabelecimento de normas de procedimento de base que permitam aos técnicos camarários, munícipes, agentes económicos e demais interessados o conhecimento com segu-

rança das realidades sujeitas ao presente Regulamento, sua forma de liquidação e cobrança, através da introdução de notas explicativas na tabela de taxas. Neste sentido, apresenta-se em anexo o RTORMS, para o ano de 2023, assim como o Estudo Económico-Financeiro e a respetiva Tabela de Taxas.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente RTORMS é aplicável em todo o Município às relações jurídico-tributárias, designadamente, no que respeita à prestação concreta de um serviço público, na utilização privada de bens do domínio público e privado da Autarquia, remoção de obstáculos jurídicos ao comportamento dos particulares, fornecimento de bens, outras prestações de serviços efetuadas pelos serviços municipais que sejam geradoras da obrigação de liquidação e pagamento de taxas ou outras receitas e às custas em processos de contraordenação e execução fiscal.

Artigo 2.º

Leis habilitantes

O presente Regulamento tem por suporte legal, genericamente, o Artigo 241.º, da Constituição da República Portuguesa e o n.º 1, do Artigo 8.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro; no que respeita à incidência, o disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro (e legislação complementar), no Artigo 101º, do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, no n.º 1, do Artigo 3.º e Artigo 116.º, do Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, na redação em vigor, no que respeita ao procedimento administrativo de cobrança o disposto no Artigo 10.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, todos conjugados com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em especial, todos os diplomas legais de aplicação das competências atrás identificadas, assim como, o disposto no Artigo 92.º, do Decreto-Lei n.º 244/1995, de 14 de Setembro, na redação atualizada, no que respeita ao regime de custas na fase administrativa dos processos de contraordenação e execução fiscal.

Artigo 3.º

Princípios orientadores

1. A criação de taxas pelos Municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos Municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais.
2. O valor das taxas municipais é fixado segundo o princípio da proporcionalidade, tendo como premissas o custo da atividade pública, da utilização do bem público ou da remoção do obstáculo jurídico e o benefício auferido pelo particular, em articulação com o princípio da justa repartição dos encargos públicos, respeitando a prossecução do interesse público local e a satisfação das necessidades financeiras da Autarquia Local, a promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental.

Artigo 4.º

Incidência subjetiva

1. O sujeito ativo da relação jurídico-tributária geradora da obrigação do pagamento das taxas previstas na Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento é o Município de Setúbal.
2. São sujeitos passivos das taxas e preços previstos neste Regulamento as pessoas singulares e/ou coletivas e outras entidades legalmente equiparadas, representadas pelas pessoas que, legalmente ou de facto, efetivamente as administrem e estejam vinculadas ao cumprimento da prestação tributária mencionada no artigo antecedente, de acordo com a Lei e Regulamentos Municipais vigentes à data da prática dos atos, bem como os interessados na obtenção de permissões administrativas, geradoras da obrigação tributária.
3. No caso da taxa pela realização de infraestruturas urbanísticas o pagamento da taxa é da responsabilidade do requerente da operação urbanística respetiva.
4. Estão sujeitos ao pagamento de taxas das autarquias locais, o Estado, as Regiões Autónomas, as Autarquias Locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades que integram o sector empresarial do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais.
5. São sujeitos passivos de custas, na fase administrativa, em processo de contraordenação e execução fiscal os infratores condenados ao pagamento de uma coima ou sanção acessória.

Artigo 5.º

Incidência objetiva

1. As taxas previstas no presente Regulamento e Tabela de Taxas incidem genericamente sobre as utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade do Município, que faz parte integrante do presente Regulamento, designadamente:
 - a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas primárias e secundárias;
 - b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular;
 - c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal;
 - d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento;
 - e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva;
 - f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil;
 - g) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental;
 - h) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional.
2. As taxas municipais podem também incidir sobre a realização de atividades dos particulares, geradoras de impacto ambiental negativo.

Artigo 6.º

Enquadramento das isenções, redução e atos gratuitos

As isenções, reduções e os atos gratuitos previstos neste Regulamento e Tabela anexa são ponderados em função da manifesta relevância da atividade desenvolvida pelos respetivos sujeitos passivos, à luz do fomento de atividades e eventos que o Município vise promover, apoiar ou pretenda o seu desenvolvimento pela iniciativa privada, na prossecução das respetivas atribuições públicas, designadamente, no que concerne à cultura, ao ambiente, ao associativismo, à disseminação dos valores locais ao combate à exclusão social e no incentivo à regeneração e reabilitação urbana, sem descuidar a proteção dos estatutos sociais mais débeis, desfavorecidos e carenciados no que concerne aos sujeitos passivos singulares.

Artigo 7.º

Isenções, reduções e atos gratuitos

1. Estão isentos do pagamento de taxas e/ou abrangidos por reduções e atos gratuitos:
 - a) As entidades e situações a quem a Lei confira tal isenção ou redução;

- b) As situações especialmente previstas na Tabela de Taxas;
2. Estão isentos do pagamento de taxas a inumeração de indigentes, bem como as dos nados-mortos, mediante requisição de serviços de saúde.
 3. Em casos excepcionais devidamente justificados, poderão ainda ser abrangidas por reduções e/ou isentas do pagamento de taxas ou preços, total ou parcial, as pessoas coletivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as cooperativas, as associações religiosas, culturais, desportivas e as instituições particulares de solidariedade social, partidos políticos e associações políticas desde que legalmente constituídas, e quando as pretensões sujeitas a tributação visem a prossecução dos respetivos fins e não sejam geradoras de qualquer receita ou compensação económica para o requerente que serão aferidos em presença dos respetivos estatutos e do respetivo pedido.
 4. Poderão ainda ser abrangidas por reduções e/ou isentas do pagamento das taxas as entidades acima mencionadas nas situações em que a Câmara Municipal reconheça o interesse municipal na execução das atividades que justificam a obrigação do pagamento das taxas respetivas ou que participem em cooperação, parceira ou sejam promotores com a Autarquia na execução dos referidos projetos de apoio social, cultural, desportivo ou outro de natureza semelhante.
 5. São gratuitos os ingressos nos Museus e nas Galerias Municipais:
 - a) Os visitantes com idade igual ou inferior a 12 anos de idade ou com idade superior a 64 anos de idade;
 - b) Os investigadores, conservadores, restauradores, profissionais de museologia e/ou património em exercício de funções devidamente credenciados;
 - c) Os membros do Conselho Internacional de Museus (ICOM), do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e da Associação Portuguesa de Museologia (APOM);
 - d) Os Jornalistas em exercício de funções;
 - e) Os Guias turísticos devidamente credenciados;
 - f) Os professores, monitores, educadores e outros acompanhantes desde que integrados em grupos escolares;
 - g) Os Grupos credenciados de IPSS ou de Áreas de Ação Social de Autarquias ou outras Instituições de Interesse Público;
 - h) Os participantes em atividades e eventos promovidos pelo museu em causa;
 - i) Os visitantes dos museus no Dia Internacional dos Museus e na Noite dos Museus;
 - j) Os Visitantes com mobilidade (igual ou superior a 60%) reduzida e um acompanhante;
 - k) Os Visitantes em situação de desemprego residentes na União Europeia (mediante apresentação de documento comprovativo de inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional ou qualquer outro documento emitido pela Segurança Social que comprove a situação);
 - l) A entrada nos museus e galerias é gratuita para todos os visitantes no primeiro domingo de cada mês.

6. O reconhecimento ou concessão de isenção depende da iniciativa dos interessados, mediante requerimento dirigido especificamente a esse fim, ao Presidente da Câmara Municipal, que deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos do reconhecimento ou concessão isenção, sendo-lhe junto prova da qualidade em que requerem, dos respetivos estatutos, declaração fiscal de início de atividade e documento comprovativo da regularização da situação tributária perante o Estado Português e o Município de Setúbal, bem como dos elementos ou documentos que suportam a fundamentação para a atribuição da isenção.
7. Poderão ainda ser isentos do pagamento de taxas ou preços, total ou parcial, os sujeitos passivos singulares em casos de comprovada insuficiência económica demonstrada nos termos da Lei do Apoio Judiciário.
8. Para além das situações previstas nos números anteriores, poderá ainda a Câmara Municipal deliberar a redução do pagamento de taxas até 50%, sempre que estejam em causa atividades ou a execução de ações ou projetos de relevância estratégica ou que promovam o interesse público no Concelho.
9. A Câmara Municipal atribui as seguintes reduções aos utilizadores do cartão jovem do Município de Setúbal:

- a) Utilização de infraestruturas e/ou equipamentos da Câmara Municipal:
 1. Atividades organizadas pelo Município, nomeadamente, nas áreas desportiva, recreativa e cultural – desconto de 25% sobre o preço dos ingressos, se percentagem mais baixa não for expressamente fixada para o efeito;
 2. Atividades no Complexo Municipal de Atletismo - desconto de 50% na inscrição e na utilização;
 3. Entradas nos Museus da responsabilidade da Autarquia - desconto 50% sobre o preço dos ingressos, se percentagem mais baixa não for expressamente fixada para o efeito;
- b) Prestação de Serviços da Câmara Municipal:
 1. Aquisição de livros, folhetos, catálogos e outras publicações municipais - desconto de 10% sobre o preço aprovado;
 2. Natação recreativa - aplicação das taxas afixadas para os utilizadores com cartão de utente;
 3. Redução de 20% do montante das taxas devidas pela comunicação, pelo licenciamento ou autorização de utilização de edifícios destinados à primeira habitação, própria e permanente;
 4. Redução de 20% do montante das taxas devidas pela instalação de atividades industriais, de serviços e/ou comerciais, bem como atividades turísticas, desde que se destinem a ser exploradas pelo jovem aderente;
 5. Redução de 20% do montante das taxas devidas pela Ocupação de Via Pública e publicidade, desde que se relacionem com estabelecimentos e/ou atividades a ser exploradas pelo jovem aderente.
10. O reconhecimento ou concessão de isenção ou redução das taxas de acordo com os normativos acima enunciados está sujeito a deliberação da Câmara Municipal, devendo constar da mesma a fundamentação legal e factual para a sua atribuição, contemplando o montante das taxas a isentar ou a reduzir às entidades beneficiárias.
11. O reconhecimento ou concessão de isenção ou redução das taxas não previstas nos números anteriores está sujeito a deliberação da Câmara Municipal e apreciação da Assembleia Municipal.
12. A proposta de isenção ou redução do pagamento das taxas a submeter à reunião da Câmara Municipal deverá ser sempre precedida de parecer prévio do Departamento de Administração Geral e Finanças, sendo posteriormente remetido ao Presidente para conhecimento e emissão de despacho superior a instruir a respetiva proposta de deliberação.
13. Não é aplicável às taxas administrativas, impostos e encargos de mais-valia a redução e/ou isenção de taxas, previstas nos números 4 e 8 do presente normativo, exceto nas situações devidamente identificadas na tabela de taxas, no que se refere a operações urbanísticas inseridas em ARUS ou abrangidas pelo programa PARES e em AUGIS (loteamento) com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão.
14. Para efeitos do número anterior, consideram-se taxas administrativas as relativas à apreciação, aperfeiçoamento, emissão de títulos, prorrogações, averbamentos, pareceres, declarações, certidões e pedidos de confirmação de alinhamentos e de vistoria.

Artigo 8.º

Prazos

1. Os prazos em dias correm seguidos, incluindo sábados, domingos e feriados.
2. A validade expressa em dias esgota-se às 24 horas do dia do termo do prazo.

3. A validade expressa em semanas esgota-se na semana termo, às 24 horas de idêntico dia da semana em que o título foi emitido.
4. A validade expressa em meses esgota-se no mês termo, às 24 horas de idêntico dia do mês em que o título foi emitido.
5. A validade expressa em anos esgota-se no ano do termo, às 24 horas de idêntico dia do mesmo mês em que o título foi emitido.
6. A validade dos títulos que levem à liquidação de taxas e outras receitas municipais previstas para períodos semestrais esgota-se sempre em 30 de junho ou 31 de dezembro, conforme os casos, e as previstas para o período anual termina sempre em 31 de dezembro do ano da emissão.
7. Nos casos omissos os prazos contam-se nos termos do Artigo 279.º, do Código Civil.
8. Estabelece-se como prazo supletivo a favor dos sujeitos passivos, para a prática de qualquer ato no âmbito do presente regulamento, o prazo de 20 dias, salvo determinação expressa de prazo diferente, que pode ser inferior.

Artigo 9.º

Notificações e seus efeitos

1. Pela notificação dá-se conhecimento dos factos ao sujeito passivo.
2. Os despachos a ordenar notificações podem ser impressos e assinados por chancela.
3. Os atos de liquidação só produzem efeito em relação aos seus sujeitos quando lhes sejam validamente notificados.
4. As notificações conterão sempre a decisão, os seus fundamentos e meios de defesa e prazo para reagir contra o ato notificado, bem como a indicação da entidade que o praticou e se fez uso de delegação ou subdelegação de competências.
5. Constitui notificação o recebimento pelos sujeitos de cópia de ata, de deliberação ou de despacho dos atos a que assista.
6. As notificações para liquidação de taxas ou preços derivados de procedimentos da iniciativa dos sujeitos são efetuadas obrigatoriamente por carta registada com aviso de receção, nos termos do Artigo 38º, do Código do Procedimento e do Processo Tributário para o endereço constante no requerimento que deu início ao procedimento respetivo, ou para outra especialmente indicada para o efeito, sempre que tenham por objeto atos ou decisões suscetíveis de alterarem a situação tributária dos municípios ou a convocação para estes assistirem ou participarem em atos ou diligências.
7. As notificações relativas a liquidações de taxas periódicas feitas nos prazos previstos na Lei e Regulamentos Municipais são efetuadas por carta simples, contato pessoal, telefax, telefone ou por correio eletrónico.
8. Os sujeitos que intervenham ou possam intervir em quaisquer procedimentos nos serviços camarários que levem à liquidação de taxas ou outras receitas devem comunicar, por escrito e no prazo de 10 dias, qualquer alteração do seu domicílio ou sede ou morada indicada para efeitos de notificação.
9. A notificação considera-se efetuada na data em que for assinado o aviso de receção e tem-se por efetuada na própria pessoa do notificando, mesmo quando o aviso de receção haja sido assinado por terceiro presente no domicílio do requerente, presumindo-se, neste caso, que a carta foi oportunamente entregue ao destinatário.
10. Em caso de o aviso de receção ser devolvido ou se não vier assinado pelo destinatário se ter recusado a recebê-lo ou não o ter levantado no prazo previsto no regulamento dos serviços postais, nos termos do Artigo 39º, n.º 5 do CPPT, não se comprovando que entretanto o contribuinte comunicou a alteração do seu domicílio fiscal, será efetuada notificação nos 15 dias seguintes à devolução, por nova carta registada com aviso de receção, presumindo-se este notificado se a carta não tiver sido recebida ou levantada, sem prejuízo de o notificando poder provar justo impedimento ou a impossibilidade de comunicação da mudança de residência no prazo legal.
11. No caso da recusa de recebimento ou não levantamento da carta, previstos no número anterior, nos termos do Artigo 39º, n.º 6 do CPPT, a notificação presume-se feita no 3.º dia posterior ao do registo ou no 1.º dia útil seguinte a esse, quando esse dia não seja útil.
12. A falta de recebimento de qualquer aviso ou comunicação expedido nos termos dos n.ºs 6 e 7, devido ao não cumprimento do disposto no n.º 8 ou 10, não é oponível ao Município, sem prejuízo do que a Lei dispõe quanto à obrigatoriedade das notificações e dos termos em que devem ser efetuadas.
13. Caso o sujeito passivo não receba as notificações mencionadas nos n.ºs 6 e 7, deve solicitar nos serviços municipais uma 2ª via da notificação para liquidação das taxas devidas.
14. O funcionário que emitir qualquer aviso ou notificação indicará o seu nome, cargo e mencionará a identificação do procedimento.

Artigo 10.º

Documentos instrutórios para cobrança de receita

1. Para instrução de processos administrativos é suficiente a fotocópia de documento autêntico ou autenticado, desde que conferida com o original ou documento autenticado exibido perante o funcionário que a receba.
2. O funcionário aporá a sua rubrica na fotocópia, declarando a sua conformidade com o original ou documento autenticado.
3. Se o documento autêntico ou autenticado constar de arquivo dos serviços, o funcionário do serviço onde se encontre o documento aporá a sua assinatura na respetiva fotocópia declarando a sua conformidade.
4. As fotocópias de documentos reconhecidos nos termos dos números anteriores só fazem fé no próprio processo.

Artigo 11.º

Documentos urgentes

1. Sempre que os requerentes solicitem, por escrito, a emissão de certidões ou outros documentos com carácter de urgência, serão as taxas acrescidas de um aumento de 50%.
2. O documento é emitido no prazo de setenta e duas horas a contar da respetiva entrada, desde que não haja lugar à elaboração de processo.
3. Quando haja lugar à elaboração de processo o prazo de setenta e duas horas conta-se a partir da data em que tenha sido proferida decisão final.
4. O estipulado no presente Artigo não se aplica ao urbanismo e edificação.
5. Sempre que os serviços municipais não cumpram o disposto no ponto 2 e 3, por motivo imputável à Autarquia deverá a importância cobrada a título de urgência, ser restituída ao particular, oficiosamente.

Artigo 12.º

Relevância das frações da unidade

As frações de unidade de medida são sempre consideradas pela unidade.

Artigo 13.º

Buscas

1. Sempre que o interessado numa certidão ou em outro documento não indique o ano, ser-lhe-ão liquidadas custas por cada ato de busca.

2. Para efeitos do presente Regulamento consideram-se como um único ato de busca as diligências realizadas para localização de cada documento dentro de um mesmo ano civil.

Artigo 14.º

Averbamentos

Quando outro prazo não conste na Lei, Regulamento ou Postura, os averbamentos devem ser apresentados no prazo de 20 dias a contar da verificação do facto que o justifique, sob pena de abertura de procedimento por falta de título.

Artigo 15.º

Taxas de apreciação ou reapreciação, de submissão, de aperfeiçoamento e de promoção de consultas externas

1. Com a entrada do pedido nos Serviços ou na plataforma eletrónica, será cobrada a taxa administrativa pela apreciação, reapreciação e/ou pela submissão de processo.
2. A falta de pagamento das taxas de apreciação, de reapreciação, de submissão e de aperfeiçoamento, determina o indeferimento e/ou rejeição liminar e consequente arquivamento do processo.
3. As taxas previstas no presente Artigo, apenas serão devolvidas nas situações em que o serviço ainda não foi prestado pelos técnicos ou em situações de incumprimento ou cumprimento defeituoso por parte da Autarquia por solicitação do requerente, mesmo que ocorra indeferimento, rejeição, declaração de caducidade ou arquivamento do respetivo processo.
4. Nas situações em que tenha ocorrido a renovação da licença ou comunicação prévia que haja caducado e o requerente entregue novo pedido de que não resultem alterações de facto ou de direito face ao pedido anterior no prazo legal de 18 meses não será cobrada taxa de apreciação pelos serviços municipais nos termos da legislação aplicável.

Artigo 16.º

Restituição de documentos

1. Sempre que os interessados requeiram a restituição de documentos juntos a processos, desde que estes sejam dispensáveis e devidamente autorizados, ser-lhe-ão os mesmos restituídos.
2. Os serviços municipais aceitam fotocópias autenticadas, públicas-formas ou certidões em substituição de documentos originais.
3. São igualmente recebidas fotocópias de documentos desde que o funcionário certifique a sua conformidade com o documento original.
4. As cópias extraídas nos serviços municipais estão sujeitas ao pagamento das taxas constantes na tabela de taxas e outras receitas municipais em vigor.
5. O funcionário que proceder à devolução dos documentos anotarà sempre no pedido do particular que verificou a respetiva autenticidade e conformidade dos mesmos, rubricando e referindo a entidade emissora e sua data, cobrando recibo.

Artigo 17.º

Envio de documentos

1. Os documentos solicitados pelos interessados ser-lhes-ão remetidos por via postal, desde que estes tenham manifestado essa intenção, juntando à petição envelope devidamente endereçado e estampilhado, e tenham procedido ao pagamento das competentes taxas, nos casos em que a liquidação se possa efetuar.
2. O eventual extravio da documentação enviada via CTT não poderá ser imputado aos serviços municipais.
3. Se for manifesta a intenção de o pagamento ser enviado por correio, com cobrança de taxas, a totalidade das despesas serão imputadas ao requerente.
4. Se o interessado desejar o envio sob registo com aviso de receção, junta ao envelope referido no número 1 os respetivos impressos postais devidamente preenchidos.

CAPÍTULO II FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS

Artigo 18.º

Estudo Económico-Financeiro das taxas

Na elaboração do presente Regulamento e da Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal foi dado cumprimento ao previsto na alínea c), n.º 2, do Artigo 8º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, quanto “à fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente, os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local”, através do Estudo Económico-Financeiro e da Tabela de Taxas que se anexam ao presente Regulamento e que fazem parte integrante do mesmo.

Artigo 19.º

Montante das taxas e outras receitas

O montante das taxas e outras receitas a cobrar pelo Município é o constante da Tabela de Taxas e Outras Receitas, anexa ao presente Regulamento, que faz parte integrante do mesmo.

CAPÍTULO III LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS

Artigo 20.º

Liquidação e cobrança

1. A liquidação de taxas previstas no presente Regulamento é efetuada nos termos previstos na Tabela de Taxas anexa e consiste na determinação do montante a pagar e resulta da aplicação dos indicadores nela definidos.
2. A liquidação das taxas é efetuada com base nos elementos fornecidos pelos interessados ou conhecidos pelo município, que podem ser sujeitos a confirmação pelos Serviços.
3. O ato de liquidação das taxas previstas neste Regulamento e ou na respetiva tabela será precedido de aviso de pagamento.
4. A liquidação do valor das taxas devidas no âmbito dos regimes previstos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação em vigor, é efetuada automaticamente no Balcão do Empreendedor.
5. A liquidação quando não seja efetuada com base em declaração do interessado é notificada por carta registada com aviso de receção, salvo nos casos em que, nos termos da Lei, não seja obrigatória.
6. As receitas anuais, quando a sua primeira emissão não seja requerida ou processada no início do ano, serão divisíveis em duodécimos, sendo o total da liquidação igual ao produto resultante da multiplicação de um duodécimo pelos meses ou fração de meses em falta até ao fim do primeiro ano.
7. As taxas a pagar em caso de deferimento tácito são as que se encontram previstas para os atos expressos respetivos.

8. Os serviços municipais locais não podem negar a prestação de serviços, a emissão de autorizações ou a continuação da utilização de bens do domínio público e privado autárquico em razão do não pagamento de taxas, quando o sujeito passivo deduzir reclamação ou impugnação e for prestada, nos termos da Lei, garantia idónea (ex. depósito em dinheiro, seguro caução, garantia ou depósito bancário).

9. Às taxas e demais receitas será acrescido, quando devido, o IVA à taxa legal em vigor à data da cobrança e o imposto de selo.

10. O valor liquidado das taxas ou outras receitas, incluindo os casos de aplicação de liquidação adicional ou oficiosa e juros de mora, deve ser sempre arredondado para cima em múltiplos de 5 cêntimos.

Artigo 21.º

Erros na liquidação das taxas

1. Se na liquidação das taxas ou outras receitas se verificar que houve erro ou omissão dos quais resulte um valor inferior ao devido para o Município ou para a Administração Tributária, promover-se-á de imediato a liquidação adicional notificando-se, o devedor, através de carta registada, com aviso de receção, notificação presencial ou através de outros meios legalmente admissíveis, nomeadamente, através do Balcão do Empreendedor para proceder ao pagamento da diferença no prazo de 15 dias.

2. Da notificação deverão constar os fundamentos da liquidação adicional, o montante, o prazo para pagar e ainda que o não pagamento, findo aquele prazo, implica a cobrança coerciva nos termos do Artigo 30.º, deste Regulamento.

3. Quando o erro do ato de liquidação advier e for da responsabilidade do próprio interessado, nomeadamente por falta ou inexatidão das suas declarações ou de documento a cuja apresentação estivesse obrigado, este será responsável por juros de mora e despesas que a sua conduta tenha causado.

4. Sem prejuízo do número anterior, a falta de pagamento do valor referido dentro do prazo fixado pelo Município tem por efeito a extinção do procedimento e a cessação da atividade ou o benefício da vantagem a ele associada, caso já tenha sido dado início ou dela esteja a beneficiar.

5. Quando ao sujeito passivo haja sido liquidada quantia superior à devida deverão os Serviços promover, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal, a restituição ao interessado da importância indevidamente recebida, independentemente da reclamação do interessado, nos termos da legislação em vigor, no prazo de 15 dias.

6. Não produzem direito a restituição os casos em que a pedido do interessado, sejam introduzidas nos processos alterações ou modificações que impliquem a liquidação de taxa de montante inferior.

7. O requerimento para revisão do ato de liquidação da iniciativa do interessado deve ser instruído com a fundamentação e elementos necessários à sua procedência.

8. Não há lugar a recebimentos ou restituições quando os valores decorrentes do erro forem iguais ou inferiores a cinco euros.

9. Não há lugar a liquidações adicionais ou restituição de quantias indevidamente recebidas uma vez decorrido o prazo legal de caducidade do direito à liquidação em causa.

Artigo 22.º

Prazos da liquidação

1. Aliquidação da receita processa-se no momento da entrada do pedido, nos casos previstos, e nos restantes casos no prazo de 20 dias contados sobre a data da notificação para o efeito.

2. Em caso de deferimento tácito o prazo conta-se da data em que se formou o deferimento, sob pena de caducidade do mesmo.

3. O direito de liquidar as taxas caduca, se a liquidação não for validamente notificada ao sujeito passivo no prazo de quatro anos, a contar da data em que o facto tributário ocorre.

4. Nas operações urbanísticas cujos títulos de construção tenham beneficiado da redução de 20% sobre o montante apurado para a correspondente TRIU, a emissão do respetivo título de utilização ficará condicionada à liquidação e cobrança do montante referente à mesma, caso a obra não seja concluída até 31 de dezembro de 2024.

Artigo 23.º

Pagamento voluntário

Chama-se pagamento voluntário àquele que é efetuado no decurso do prazo de 20 dias contados a partir da data da notificação, se outro não for o prazo que tiver sido estipulado ou que resulte da Lei.

Artigo 24.º

Pagamento das taxas

1. As taxas são pagas mediante guia emitida pelo serviço municipal competente até à data da emissão do respetivo documento que titula a licença, autorização ou admissão, salvo as disposições especiais constantes do presente Regulamento.

2. As taxas das Autarquias Locais extinguem-se através do seu pagamento ou de outras formas de extinção, nos termos da Lei Geral Tributária.

3. Findo o prazo para pagamento voluntário das taxas ou outras receitas começarão a vencer-se juros de mora à taxa legal em vigor.

4. As taxas são pagas em moeda corrente ou por cheque, débito em conta, transferência conta a conta e vale postal ou por outros meios utilizados pelos serviços dos correios ou pelas instituições de crédito que a Lei expressamente autorize.

5. No âmbito dos regimes previstos pelo Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, na sua redação em vigor, o pagamento das taxas é efetuado automaticamente no Balcão do Empreendedor, salvo nos seguintes casos em que, os elementos necessários à realização do pagamento por via eletrónica, podem ser disponibilizados por este Município nesse balcão, no prazo de 5 dias após a comunicação ou o pedido:

a) Taxas devidas pelos procedimentos respeitantes a operações urbanísticas;

b) Taxas devidas pela ocupação do espaço público cuja forma de determinação não resulta automaticamente do Balcão do Empreendedor.

6. A requerimento do interessado pode o Presidente da Câmara Municipal aceitar em pagamento, total ou parcial, por dação em cumprimento ou por compensação, através da entrega de bens imóveis ou móveis, ou a prestação de serviços após avaliação pelos serviços e cumpridos os requisitos legais exigidos pelo Código de Procedimento e Processo Tributário, quando tal seja compatível com o interesse público.

7. Os prazos para pagamento são contínuos, isto é, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

8. O prazo que termine em sábado, domingo ou dia feriado transfere-se para o primeiro dia útil imediatamente seguinte.

Artigo 25.º

Pagamentos por conta

1. O interessado pode, a qualquer momento, efetuar pagamentos por conta de dívidas por taxas ou preços desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

a) Ter sido notificado do deferimento do seu pedido, ou no caso de deferimento tácito, decorrido o prazo legal para o efeito;

b) Manifestar a intenção de proceder a pagamentos por conta indicando, o processo a que respeita, o valor provável ou liquidado da taxa ou preço e a data de início dos pagamentos.

2. Os pagamentos por conta não estão sujeitos a montante mínimo nem a prazo.

3. Os pagamentos por conta não impedem ou suspendem a liquidação da receita, a notificação para pagamento, o prazo para pagamento voluntário ou a cobrança coerciva.

4. Os pagamentos por conta iniciados ou efetuados, decorrido o prazo legal para pagamento voluntário vencem juros de mora.

5. Os pagamentos por conta são requeridos por meio de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, com a antecedência mínima de 20 dias sobre a data indicada para o primeiro pagamento.

6. Os pagamentos por conta são decididos pelo Presidente da Câmara Municipal.

7. A competência prevista no número anterior pode ser delegada em Vereador ou no Dirigente máximo do Departamento de Administração Geral e Finanças.

Artigo 26.º

Pagamento em prestações

1. O interessado pode, a partir da notificação da liquidação da taxa para valores superiores a € 500, requerer o pagamento em prestações.

2. As taxas e outras receitas podem ser pagas em prestações mediante requerimento, para esse efeito, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

3. Tratando-se da taxa pela realização, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas, o seu pagamento poderá ser autorizado em prestações, desde que cumulativamente, se mostrem preenchidos os seguintes requisitos:

a) Pagamento inicial de uma parte não inferior a 25% do montante da taxa devida;

b) Pagamento da quantia restante em prestações iguais, até ao termo do prazo de execução das operações urbanísticas fixado no respetivo alvará;

c) Prestação sem quaisquer despesas para a Câmara Municipal de caução/garantia prevista no Artigo 54.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atualizada.

4. O pagamento em prestações de receitas municipais de valor igual ou inferior € 1.500 é dispensado da prestação de garantia de cumprimento.

5. No requerimento para pagamento em prestações o interessado indicará a forma como propõe efetuar o pagamento, os fundamentos do seu pedido e prova da sua situação económica.

6. Com o pedido deverá o interessado oferecer garantia idónea ou invocar os pressupostos da isenção da prestação de garantia de cumprimento.

7. O pagamento em prestações pode ser autorizado em casos de comprovada insuficiência económica demonstrada nos termos da Lei sobre o apoio judiciário.

8. Quando autorizado, o pagamento não deve exceder o número de 24 prestações e o montante de qualquer delas ser inferior à unidade de conta em vigor à data da autorização, salvo no que respeita à última prestação.

9. Para efeitos de concessão do pagamento em prestações pode ser exigida a comprovação da insuficiência económica nos termos da Lei do Apoio Judiciário.

10. No caso de deferimento do pedido, o valor de cada prestação mensal corresponderá ao total da dívida dividido pelo número de prestações autorizado, acrescendo ao valor de cada prestação os juros compensatórios contados sobre o respetivo montante ao termo do pagamento efetivo de cada uma das prestações.

11. A falta de pagamento de qualquer prestação implica o vencimento imediato das seguintes.

12. Nas situações em que seja prestada garantia para cumprimento das prestações poderá ser requerida pelo particular a redução da garantia para o valor em dívida ou substituída por outra de idêntica natureza e pelo mesmo montante que se encontra em dívida.

13. A concessão do pagamento em prestações é decidida pelo Presidente da Câmara Municipal, devendo o Departamento de Administração Geral e Finanças emitir parecer prévio sobre o pedido para submissão a despacho superior do Presidente da Câmara Municipal.

14. A competência prevista no número anterior pode ser delegada em Vereador ou no Dirigente máximo do Departamento de Administração Geral e Finanças.

Artigo 27.º

Documentos não reclamados

1. Após a prestação do serviço requerido, e decorrido o prazo de 15 dias sem que o interessado tenha procedido ao levantamento e pagamento do respetivo documento, são os documentos de cobrança debitados ao tesoureiro municipal, para efeitos de cobrança virtual, acrescidos de juros de mora, e enviados para execução fiscal.

2. Decorridos 20 dias sem que se mostrem pagos os documentos debitados, o tesoureiro municipal extrai certidão para efeitos de cobrança coerciva.

Artigo 28.º

Cobrança eventual

1. A cobrança é eventual quando, após a liquidação, as guias são entregues ao interessado, o qual procederá ao pagamento no próprio dia.

2. No caso de se verificar que um conhecimento foi levantado nos serviços e não pago nesse dia, proceder-se-á ao débito ao tesoureiro, para cobrança virtual vencendo-se desde logo juros de mora.

Artigo 29.º

Cobrança coerciva

1. Findo o prazo para pagamento voluntário ou decorrido o prazo para pagamento de uma prestação, sem que o mesmo tenha ocorrido, o pagamento será efetuado em processo de execução fiscal.

2. A extração de certidão de dívida servirá de base à instauração do processo de execução fiscal, e será obrigatoriamente emitida pelo serviço competente após o decurso do prazo para pagamento voluntário.

3. As dívidas ao Município por receitas que, atenta a sua natureza, não possam ser cobradas em processo de execução fiscal serão remetidas aos serviços competentes, para cobrança judicial.

Artigo 30.º

Renovações

1. Os títulos renováveis consideram-se emitidos nas condições em que foram concedidas as correspondentes licenças, autorizações ou deferimentos iniciais, pressupondo a inalterabilidade dos seus termos e condições.

2. São renováveis as licenças, autorizações ou deferimentos de carácter periódico e regular, que se encontrem devidamente liquidadas e pagas as taxas devidas no período antecedente e no ano a que respeitam.

3. As renovações sujeitas a solicitação dos interessados devem pelos mesmos ser promovidas com a antecedência de 45 dias contados sobre a data da sua caducidade.

Artigo 31.º**Cumulações**

Quando sobre o facto ou pedido incidam, objetivamente, diferentes tipos de taxas ou preços será a receita em causa liquidada pela soma dos diferentes tipos aplicáveis, devendo ser descritas as diferentes parcelas relativas aos serviços a prestados.

Artigo 32.º**Forma do pedido**

Os interessados deverão apresentar o seu pedido por escrito, através de telefax ou via eletrónica, salvo nos casos e condições em que a Lei admita a sua formulação verbal.

Artigo 33.º**Conferição de assinatura nos requerimentos ou petições**

Salvo quando a Lei o expressamente imponha o reconhecimento notarial da assinatura nos requerimentos ou petições, aquela, sempre que exigível, será conferida pelos serviços municipais, através da exibição do bilhete de identidade/cartão do cidadão do signatário do documento.

Artigo 34.º**Prestações de serviços**

Salvo em situações de calamidade pública ou outra de impossibilidade relativa (designadamente, através de procurador ou outro representante legal, doença, incapacidade temporária), deverão os serviços municipais comprovar na prestação do serviço realizado, a identificação da pessoa singular ou coletiva a quem foi prestado o serviço, através da identificação do nome, número do bilhete de identidade/cartão do cidadão, nome do gerente da sociedade, n.º de contribuinte e morada de residência e domicílio fiscal, para efeitos de emissão do respetivo recibo, ou para posterior envio de ofício a solicitar o pagamento da taxa respetiva.

**CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES ESPECIAIS****Artigo 35.º****Momento do pagamento**

1. As prestações de serviços identificadas no Capítulo I, da Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento estão sujeitos a preparo pago no momento da apresentação do pedido, pelo seu montante previsível, sendo posteriormente deduzido no valor final o montante pago que se verifique ser superior ao devido.
2. Os ingressos em espetáculos, equipamentos desportivos ou culturais e toda a utilização individualizada daquelas infraestruturas ou de outra natureza pertencas do Município são pagos no ato da entrada nas mesmas.

Artigo 36.º**Publicidade e ocupação de espaço do domínio público****Taxa de apreciação e submissão**

Com a entrada do pedido de licenciamento nos Serviços ou de submissão de mera comunicação ou de autorização no Balcão do Empreendedor será cobrada uma taxa de apreciação ou de submissão do processo, conforme os casos à qual serão aplicáveis as regras constantes no Artigo 15º, do presente Regulamento.

Artigo 37.º**Publicidade e ocupação de espaço do domínio público****Regras de medição**

Quando se torne necessário calcular áreas para apuramento do montante das taxas devidas, as medições devem ser consideradas pelos extremos ou bordos exteriores das superfícies a considerar.

Artigo 38.º**Publicidade e ocupação de espaço do domínio público**

1. As meras comunicações, as autorizações e as licenças têm como prazo de validade aquele que for determinado pelo ato de submissão ou licenciador, não podendo ser concedidas por período superior a um ano.
2. A renovação da ocupação do espaço público ou afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias está sujeita a novo procedimento de mera comunicação, autorização ou licenciamento de iniciativa do particular.
3. Com a entrada do pedido ou comunicação nos Serviços ou no Balcão do Empreendedor será cobrada uma taxa de apreciação ou de submissão do processo, à qual serão aplicáveis as regras constantes no Artigo 15º, do presente Regulamento.
4. O pagamento das taxas previstas no presente artigo, é efetuado no ato de apresentação da mera comunicação prévia, ou no ato de deferimento do pedido de autorização e licença, salvo a taxa prevista no disposto no número anterior.

Artigo 39.º**Licenciamentos diversos**

1. Com a entrada do pedido ou comunicação nos Serviços ou no Balcão do Empreendedor será cobrada uma taxa de apreciação ou de submissão do processo, à qual serão aplicáveis as regras constantes no Artigo 15º, do presente Regulamento.
2. Nos procedimentos previstos na Tabela anexa, no Capítulo XI, Secção I - Licenciamentos Diversos, o não cumprimento de prazo estabelecido por Lei ou regulamento para apresentação do requerimento inicial, sujeita o licenciamento em causa, com a entrada do pedido, ao pagamento de agravamento da taxa de apreciação ou reapreciação correspondente à soma de € 5 por cada dia de atraso na entrega do pedido, sendo o agravamento nos últimos cinco dias, de € 25 por cada dia.

Artigo 40.º**Medição de incomodidade sonora**

1. Com a entrada do pedido nos Serviços será cobrada uma taxa de apreciação do processo, nos termos do Artigo 15º, do presente Regulamento.
2. O particular pode substituir-se à Câmara Municipal na avaliação da incomodidade sonora mediante a apresentação do respetivo estudo por entidade acreditada.

Artigo 41.º**Equipamentos desportivos e culturais**

1. Manifestada a intenção de utilização reiterada, do mesmo espaço, pelo mesmo sujeito passivo, definido à época, poderá ser celebrado contrato de avença, para o período e espaço em causa, cujo valor total será pago em duodécimos.
2. A não utilização da totalidade do período contratado não importa a redução ou devolução do valor do contrato.

3. Para efeitos de aplicação do presente Regulamento considera-se período diurno o compreendido entre as 08:00 horas e as 20:00 horas e como período noturno o não compreendido no anterior.

4. Quando a utilização do equipamento se realize fora do horário de abertura ao público acrescem os custos com a limpeza, manutenção e vigilância.

Artigo 42.º**Cemitérios****Talhões privativos**

São considerados privativos os talhões cedidos à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal e à Liga dos Combatentes, bem como, os destinados à inumação de bombeiros de Corporações da área do Município.

Artigo 43.º**Proteção Civil/Bombeiros****Liquidação de taxas e preços**

1. A liquidação das taxas e outras receitas é efetuada nos termos do Capítulo X, da Tabela de Taxas anexa ao presente Regulamento e números seguintes.
2. A liquidação das taxas devidas pelos serviços prestados pelos piquetes tem um período de referência mínimo de quatro horas.
3. Nos serviços prestados pelos piquetes, por cada hora para além do período de referência mínimo acresce 25% do valor correspondente ao período de prevenção.
4. Para efeitos de liquidação da taxa pelos serviços prestados pelos piquetes a contagem do tempo inicia-se uma hora antes do início previsto para o evento e terminará uma hora após o mesmo ter terminado.
5. Os valores referentes à utilização das viaturas não incluem os custos com a respetiva guarnição nem com a utilização de outros materiais específicos cuja utilização esteja prevista na tabela.
6. Os valores referentes à utilização de equipamento motorizado não incluem os custos com pessoal para a sua operação, com a utilização de outros materiais específicos cuja utilização esteja prevista na tabela, com o transporte para o local de utilização, ou com o combustível necessário ao seu funcionamento.
7. Os valores referentes à formação não incluem os custos com a produção e cópia de documentação de apoio à formação, com os combustíveis e agentes extintores utilizados nas sessões práticas de formação.
8. Aos valores referentes à assistência com pessoal acrescem as despesas de transporte e fardamento, que se tenha inutilizado durante a prestação do serviço, e as despesas com refeições, quando a duração do serviço ou outras circunstâncias o justifiquem.
9. Quando no âmbito de procedimentos de licenciamento ou autorização administrativa seja necessária a intervenção da Autoridade Nacional da Proteção Civil acrescem as taxas a transferir para aquele organismo.

Artigo 44.º**Urbanização e edificação****Taxas administrativas**

1. Com a entrada do pedido nos Serviços ou na plataforma eletrónica será cobrada obrigatoriamente a taxa pela submissão, apreciação ou reapreciação, pelo aperfeiçoamento do pedido ou promoção de consultas a entidades externas, nos termos do Artigo 15º, do presente Regulamento, excetuando-se apenas as situações previstas no Artigo 7º, devidamente identificadas na tabela de taxas.
2. Caso a taxa de submissão, apreciação ou reapreciação, aperfeiçoamento do pedido ou promoção de consultas a entidades externas, não tenha sido cobrada por lapso dos serviços, no momento da entrada do pedido e/ou comunicação, será liquidada em momento posterior de forma oficiosa e notificada ao requerente para que seja efetuado o pagamento no prazo de 5 dias, sob pena de ser aplicado o previsto no n.º 2, do Artigo 15º, do presente Regulamento.
3. São ainda cobradas taxas administrativas pela emissão dos respetivos títulos ou outros documentos equivalentes, em momento prévio à sua entrega ao particular.

Artigo 45.º**Urbanização e edificação****Regras de medição**

Quando para a liquidação forem consideradas superfícies ou áreas de construção ou de pavimento, salvo disposição em contrário, prevista em regulamento próprio, será considerada a área bruta de construção abaixo e acima da cota de soleira, independentemente do uso a que se destina.

Artigo 46.º**Urbanização e edificação****Base de incidência**

1. A Taxa de Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TRIU) tem por base os custos e encargos financeiros, urbanísticos, ambientais, sociais e de outra natureza que advêm da edificabilidade e a finalidade das operações urbanísticas e também o ordenamento do território onde se inserem.
2. As taxas respeitantes à apreciação de estudos e projetos, emissão de alvarás ou documentos equivalentes, à elaboração de pareceres, informações e comunicações prévias têm por base a sua complexidade em razão da atividade a que se destinam e o tempo despendido pelos técnicos, dirigentes municipais e eleitos locais na apreciação, instrução e decisão dos processos.

Artigo 47.º**Urbanização e edificação****Liquidação e cobrança**

1. As taxas referentes ao licenciamento e autorização de utilização, a que respeitem vencem no momento do pedido de emissão do respetivo alvará que só será emitido quando se mostrem pagas as taxas liquidadas.
2. As taxas aplicáveis às comunicações prévias, vencem nos 60 dias contados do termo do prazo para a notificação do n.º 2, do Artigo 11º, (8 dias) do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (adiante RJUE).
3. No ato do pedido de emissão de alvará de licença, serão pagas todas as taxas aplicáveis que vigorem no momento da respetiva liquidação, a qual deverá ocorrer aquando da prática do ato administrativo definitivo e executório que aprovar a operação urbanística em causa.
4. Aquando da emissão do alvará ou do comprovativo de pagamento da comunicação prévia, relativo a obras de *edificação* (construção/ampliação/alteração), não será devida a TRIU se a mesma já tiver sido paga previamente, no âmbito do licenciamento, autorização ou comunicação prévia da correspondente operação de loteamento e urbanização e desde que não se verifique aumento da área de construção e/ou alteração de uso.
5. As diligências previstas na Tabela referentes a vistorias e outras diligências externas só serão executadas após o pagamento das taxas devidas.
6. O pagamento das taxas previstas no âmbito do direito à informação ou para a emissão de infor-

mação prévia é efetuado no ato de apresentação do pedido, sem o qual este não será recebido, nem prosseguirá.

Artigo 48.º

Urbanização e edificação

Liquidação das taxas para emissão de alvará de licença ou de admissão de comunicação prévia para operação de loteamento ou obras de urbanização e edificação

1. As taxas previstas na tabela anexa, referentes à emissão de alvará de licença ou de submissão de comunicação prévia para operação de loteamento ou obras de urbanização e edificação, acrescem as TRIU e as de compensação por falta de cedência de áreas a integrar no domínio municipal.
2. As taxas previstas no número anterior aplicam-se a todas as operações urbanísticas em causa, nos termos do RJUE.
3. As áreas destinadas a infraestruturas, equipamentos e espaços verdes de utilização coletiva não serão contabilizadas para efeitos das taxas previstas nos números anteriores.
4. O pagamento da TRIU e da taxa prevista para compensação é efetuado no momento do pedido da emissão do alvará de edificação ou dos respetivos aditamentos, no caso das comunicações prévias efetuadas nos 60 dias contados do termo do prazo para a notificação do n.º 2, do Artigo 11º (8 dias) do RJUE.
5. Nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI) cuja ocupação seja predominantemente habitacional, considerando o conjunto de fatores específicos da realidade urbanística do território, o pagamento da TRIU poderá ser diferido para momento posterior à emissão do alvará de licença de loteamento, sendo efetuado em fase de submissão dos processos das edificações, constando esta especificação da inscrição do alvará de loteamento na conservatória do registo predial.
6. Nas AUGI, quando o pagamento da TRIU for diferido para momento posterior à emissão de alvará de loteamento, o prazo de pagamento dessa taxa será de 3 anos, mesmo nos casos em que os proprietários não iniciem as obras nos respetivos lotes.
7. Nos casos previstos no número anterior, se a TRIU não for paga no prazo de 3 anos, será a mesma cobrada coercivamente.
8. Caso uma alteração aprovada implique o aumento de área de construção ou a alteração do uso, deverá ser cobrada a TRIU correspondente à mesma e verificada a aplicação da taxa prevista para compensação, deduzindo o valor pago em procedimento anterior.
9. Nas pretensões urbanísticas inseridas em operações de loteamento com obras de urbanização, não será cobrada TRIU.
10. Caso se verifique que não foi oportunamente liquidada a taxa urbanística devida, não tendo ocorrido a prescrição da respetiva cobrança, esta deverá ser liquidada conforme previsto na tabela em vigor à data, do ato definitivo e executório, que aprovou a operação urbanística em causa.

Artigo 49.º

Urbanização e edificação

Liquidação das taxas devidas pela ocupação do espaço público por motivo de obras

1. O pagamento das taxas previstas no presente Artigo, é efetuado no ato de apresentação do pedido, sem o qual este não será recebido, nem prosseguirá, exceto no caso da comunicação prévia em que o pagamento terá de ser efetuado no prazo de 60 dias contados do termo do prazo para a notificação do n.º 2, do Artigo 11º (8 dias) do RJUE.
2. Caso o pedido seja indeferido, será restituída a verba correspondente à taxa de ocupação de espaço público, não sendo devolvida ao particular a taxa relativa à apreciação do mesmo.
3. As taxas devidas pela ocupação da via pública por motivos de obras são liquidadas pelos respetivos valores m² relativos a toda a superfície ocupada, podendo ser reduzidas a metade quando, no pedido seja demonstrado que a via pública a ocupar manterá um perfil transversal livre de 7 metros de faixa de rodagem e ficarão garantidas, ainda que por galeria, as mesmas condições de circulação pedonal ou, pelo menos, um metro de largura para esse efeito.
4. Nas obras de conservação as taxas previstas no número anterior serão reduzidas a metade quando a ocupação não for superior a 15 dias e serão isentas nos casos de ocupação não superior a 5 dias.
5. Nas áreas delimitadas como Centro Histórico ou ARU, as taxas previstas no número 3 serão isentas nos casos de ocupação não superior a 60 dias.
6. A taxa pela implantação de andaimes, guias, guindastes e outros meios similares é liquidada por períodos de 15 dias.
7. À taxa por ocupação da via pública acresce a taxa correspondente ao meio/equipamento a implantar na mesma ocupação quando estes se projetem para além da área de ocupação taxada.

Artigo 50.º

Urbanização e edificação

Liquidação das taxas devidas nas operações de loteamento com ou sem obras de urbanização e nos edifícios contíguos e funcionalmente ligados entre si

1. A TRIU é fixada em função do custo das infraestruturas e equipamentos gerais a executar pela Câmara Municipal, dos usos e tipologias das edificações, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TRIU = P \times A$$

Onde:

TRIU = É o valor em Euro da taxa devida ao Município pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas;

P = 45,00€, montante que traduz a influência dos custos e encargos financeiros, urbanísticos, ambientais, sociais e de outra natureza que advêm da edificabilidade e a finalidade das operações urbanísticas e também o ordenamento do território onde se inserem;

A = área bruta de construção / m² (por referência ao disposto no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio).

Ao cálculo da TRIU será ainda aplicado o coeficiente que traduz a influência do uso, ao qual se atribuirá:

$$TRIU = P \times A \times K$$

Onde:

K = 1

A = m² áreas destinadas a habitação, estacionamento automóvel autónomo, arrecadações e outras áreas complementares ao uso habitacional, bem como todos os usos não expressamente citados.

Sendo que:

K₁ = (TRIU x 35%) – áreas destinadas a comércio, serviços e terciário em geral, equipamentos de exploração privada;

$$TRIU_{com/serv} = P \times A + K_1$$

K₂ = (TRIU x 20%) – áreas destinadas a indústria e armazenagem, equipamentos considerados relevantes ou necessários pelo Município, turismo;

$$TRIU_{ind/arm} = P \times A - K_2$$

2. A TRIU final da operação urbanística em causa será o somatório das TRIU parciais apuradas.
3. No caso em que haja lugar a meras alterações de pormenor nas infraestruturas existentes, o valor dessas obras, segundo orçamentos validados pela Câmara Municipal, poderá ser deduzido ao valor da taxa apurado com a aplicação da fórmula referida no número anterior nos termos da regulamentação aprovada.
4. Quando se tratem de alterações às especificações dos lotes constantes no alvará de loteamento, há lugar ao pagamento das taxas previstas neste artigo, em função do aumento da área de construção.
5. Para efeitos de apuramento das áreas de construção destinadas ao estacionamento automóvel, serão deduzidas:
 - a) As áreas de construção integradas em qualquer tipologia de edifício, destinadas exclusivamente ao uso de estacionamento automóvel, desde que não ultrapassem os parâmetros dimensionais para estacionamento definidos nos instrumentos de gestão territorial ou pela regulamentação geral, se superior, para os usos a que o edifício se destina, não podendo os lugares de estacionamento constituir espaços individualizados, total ou parcialmente encerrados, nem constituir frações autónomas;
 - b) Nas tipologias de moradias uni e bifamiliares aplica-se o disposto na al. a) ainda que a área de construção destinada exclusivamente ao uso de estacionamento automóvel, afeto à habitação seja edificada em espaço encerrado não integrado no edifício principal.
 - c) Nas operações urbanísticas em que o edificado se destine exclusivamente ao uso de estacionamento automóvel e este seja possibilitado à generalidade das pessoas, ainda que mediante retribuição, pode a Câmara Municipal, a requerimento do interessado, fundamentado na insuficiência de capacidade de estacionamento automóvel na zona, considerar outros valores para a dedução, desde que não sejam constituídas frações autónomas que integrem mais de metade de toda a área do estacionamento.

Quando o fator Uso é aplicável, então:

$$TRIU_{final} = (P \times A \times W \times K) + (P \times A_1 \times W \times K_1) + (P \times A_2 \times W \times K_2) + (P \times A_3 \times W \times K_3)$$

Onde:

$$TRIU_{hab} = 45 \text{ €} \times A \times W \times K$$

K = 1

A = área destinada ao uso de habitação, estacionamento automóvel autónomo, arrecadações e outras áreas complementares ao uso habitacional, bem como todos os usos não expressamente citados.

Sendo que:

$$TRIU_{com/serv} = 45 \text{ €} \times A_1 \times W \times 1,35 \leftrightarrow 60,75 \text{ €} \times A_1 \times W$$

Onde:

K₁ = 1,35

A₁ = área destinada ao uso de comércio, serviços e terciário em geral, equipamentos de exploração privada;

Sendo que:

$$TRIU_{ind/arm} = 45 \text{ €} \times A \times W \times 0,8 \leftrightarrow 36,00 \text{ €} \times A_2 \times W$$

Onde:

K₂ = 0,8

A₂ = área destinada ao uso de indústria e armazenagem, equipamentos considerados relevantes ou necessários pelo Município, turismo.

Artigo 51.º

Urbanização e edificação

A taxa pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas previstas no artigo anterior é aplicável ao licenciamento ou autorização de edificações não inseridas em loteamento, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$TRIU = P \times W \times A$$

Onde:

TRIU = É o valor em Euro da taxa devida ao Município pela realização, manutenção e reforço das infraestruturas urbanísticas;

P = 45,00€, montante que traduz a influência dos custos e encargos financeiros, urbanísticos, ambientais, sociais e de outra natureza que advêm da edificabilidade e a finalidade das operações urbanísticas e também o ordenamento do território onde se inserem;

A = área bruta de construção / m² (por referência ao disposto no Decreto Regulamentar n.º 9/2009, de 29 de maio).

W = coeficiente de traduz o nível de infraestruturas no local, adotando-se um dos seguintes valores

Sendo que:

W₁ = 1 – áreas urbanas, urbanizáveis e espaços para-urbanos;

W₂ = 0,5 – áreas rurais;

Ao cálculo da TRIU será ainda aplicado o coeficiente que traduz a influência do uso, ao qual se atribuirá:

K = 1 (TRIU = P x A x W x K) – áreas destinadas a habitação, estacionamento automóvel autónomo, arrecadações e outras áreas complementares ao uso habitacional, bem como todos os usos não expressamente citados

$$TRIU_{hab} = P \times A \times W \times K$$

Onde:

K₁ = (TRIU x 35%) – áreas destinadas a comércio, serviços e terciário em geral, equipamentos de exploração privada;

$$TRIU_{com/serv} = P \times A \times W + K_1$$

K₂ = (TRIU x 20%) – áreas destinadas a indústria e armazenagem, equipamentos considerados relevantes ou necessários pelo Município, turismo;

$$\text{TRIU}_{\text{ind/arm}} = P \times A \times W - K_2$$

$K_3 = (\text{TRIU} \times 15\%)$ – áreas destinadas a fins agrícolas, pecuários, aquacultura e afins;

$$\text{TRIU}_{\text{agric}} = P \times A \times W - K_3$$

A TRIU final da operação urbanística em causa, será o somatório de todas as TRIU parciais relativas aos vários usos propostos na mesma.

$$\begin{aligned} \text{TRIU}_{\text{final}} &= \text{TRIU}_{\text{hab}} + \text{TRIU}_{\text{terc}} + \text{TRIU}_{\text{ind}} + \text{TRIU}_{\text{agric}} \\ \text{TRIU}_{\text{final}} &= (P \times A \times W \times K) + (P \times A_1 \times W \times K_1) + (P \times A_2 \times W \times K_2) + (P \times A_3 \times W \times K_3) \\ &= P \times W \times [(A \times K) + (A_1 \times K_1) + (A_2 \times K_2) + (A_3 \times K_3)] \end{aligned}$$

1. Para efeitos de apuramento das áreas de construção destinadas ao estacionamento automóvel, serão deduzidas:

- As áreas de construção integradas em qualquer tipologia de edifício, destinadas exclusivamente ao uso de estacionamento automóvel, desde que não ultrapassem os parâmetros dimensionais para estacionamento definidos nos instrumentos de gestão territorial ou pela regulamentação geral, se superior, para os usos a que o edifício se destina, não podendo os lugares de estacionamento constituir espaços individualizados, total ou parcialmente encerrados, nem constituir frações autónomas;
- Nas tipologias de moradias uni e bifamiliares aplica-se o disposto na al. a) ainda que a área de construção destinada exclusivamente ao uso de estacionamento automóvel, afeto à habitação seja edificada em espaço encerrado não integrado no edifício principal.
- Nas operações urbanísticas em que o edificado se destine exclusivamente ao uso de estacionamento automóvel e este seja possibilitado à generalidade das pessoas, ainda que mediante retribuição, pode a Câmara Municipal, a requerimento do interessado, fundamentado na insuficiência de capacidade de estacionamento automóvel na zona, considerar outros valores para a dedução, desde que não sejam constituídas frações autónomas que integrem mais de metade de toda a área do estacionamento.

Para os usos agrícolas/pecuários/aquacultura, industrial/armazenagem, comércio/serviços terão que ser aplicados os respetivos fatores K_x .

$$\text{TRIU}_{\text{com/serv}} = 45 \text{ €} \times A_1 \times W \times 1,35 = 60,75 \text{ €} \times A_1 \times W$$

Onde:

$$K_1 = 1,35$$

Sendo que:

A_1 = área destinada a comércio e serviços, equipamentos de exploração privada.

$$\text{TRIU}_{\text{ind/arm}} = 45 \text{ €} \times W \times A_2 - (= 45 \text{ €} \times A_2 \times W \times 0,8 \leftrightarrow 36,00 \text{ €} \times A_2 \times W)$$

Onde:

$$K_2 = 0,8$$

Sendo que:

A_2 = área destinada ao uso de indústria e armazenagem, equipamentos considerados relevantes ou necessários pelo Município, turismo.

$$\text{TRIU}_{\text{agric}} = 45 \text{ €} \times A_3 \times W \times 0,85 \leftrightarrow 38,25 \text{ €} \times A_3 \times W$$

Onde:

$$K_3 = 0,85$$

Sendo que:

A_3 = áreas destinadas a fins agrícolas, pecuários, aquacultura e afins.

Artigo 52.º

Urbanização e edificação

Taxas devidas pela construção de corpos balanceados sobre a via pública

- No licenciamento ou autorização de obras de construção de edifícios em que seja admitida a construção de corpos balanceados sobre a via pública, para efeitos de apuramento das taxas compreender-se-ão todos os elementos salientes, com exceção de cornijas e beirados, projetados sobre o espaço público, com balanço superior a 15 cm, para além dos planos verticais que delimitam os lotes ou parcelas edificáveis.
- Quando se torne necessário, para apuramento do montante das taxas devidas, calcular áreas, as medições devem ser consideradas pelos extremos ou bordos exteriores da área projetada a considerar.

Artigo 53.º

Urbanização e edificação

Prorrogação da execução de obras

- As taxas devidas pela prorrogação do prazo para execução de obras são liquidadas ao mês.
- As prorrogações excepcionais previstas no n.º 5, do Artigo 53.º, e no n.º 5, do 58.º, do RJUE encontram-se sujeitas ao pagamento de um montante adicional de desincentivo, conforme previsto no n.º 1, do Artigo 116.º, do RJUE.

Artigo 54.º

Urbanização e edificação

Obras inacabadas

- A taxa devida a título de licença especial para conclusão de obras cuja licença ou comunicação tenha caducado é liquidada, nos termos previstos para o novo licenciamento ou comunicação prévia.
- Sempre que não tiver havido suspensão de obra ou declaração de caducidade devem ser pagos os meses em que esta se encontrou a decorrer sem alvará válido.

Artigo 55.º

Urbanização e edificação

Vistorias e inspeções

- Com a entrada do pedido nos Serviços será cobrada a taxa devida pelo serviço em causa.
- O pagamento a peritos que não sejam funcionários municipais deverá ser feito diretamente pelos interessados aos mesmos ou às entidades que estes representem.
- A taxa devida pela realização de vistoria ou inspeção nunca poderá ser inferior a € 50.

Artigo 56.º

Urbanização e edificação

Compensação por cedências a integrar o domínio público municipal

- Nos casos previstos no n.º 4, do Artigo 44.º e no n.º 5, do Artigo 57.º, ambos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor, às TRIU acresce a taxa de compensação pela área não cedida, que tenha sido para o efeito quantificada na aprovação da respetiva operação urbanística e que se liquidará nos termos da tabela em anexo.
- Nas AUGI, a taxa de compensação pelas áreas para espaços verdes de utilização coletiva, bem como a que for devida por falta de cedência por área de equipamento, poderá, a requerimento fundamentado da comissão de administração, ser paga pelos proprietários dos lotes, no momento da emissão da licença ou da comunicação prévia, na proporção da capacidade de edificação de cada lote.

Artigo 57.º

Uso privativo de lugares de estacionamento

- O licenciamento de usos privativo de lugares de estacionamento automóvel não pode exceder 15% dos lugares estabelecidos e demarcados na zona a considerar.
- Fica proibido o licenciamento de uso privativo de lugares de estacionamento automóvel em espaços onde não esteja regulamentarmente estabelecida a permissão de estacionamento.
- A placa identificadora do licenciamento de uso privativo deve mencionar as matrículas das viaturas licenciadas para estacionarem no local, ou, tratando-se de lugares licenciados a outras entidades para uso em grupo, a menção dessa entidade.
- O estacionamento ou simples paragem nos lugares de estacionamento em regime de uso privativo ou de outras viaturas que não as identificadas na placa é considerado como paragem ou estacionamento em local proibido para todos os efeitos.
- O pagamento das taxas devidas é efetuado no momento da apresentação do pedido.

Artigo 58.º

Taxas específicas para venda no período festivo de Natal e Ano Novo

As taxas devidas pelo aproveitamento ocasional do espaço do domínio público municipal no período de 1 de dezembro a 6 de janeiro, para comercialização de produtos no período festivo de Natal e Ano Novo são reduzidas a 70%, nos casos em que o facto tributável não se encontre expressamente considerado na tabela.

Artigo 59.º

Custas em processo administrativo de contraordenação e execução fiscal

- As custas na fase administrativa dos processos de contraordenação correspondem, entre outras, às despesas com:
 - O transporte de defensores e peritos;
 - As comunicações telefónicas, telegráficas ou postais;
 - O transporte e depósito de bens apreendidos;
 - A indemnização a testemunhas;
 - Honorários de defensores oficiosos;
 - Emolumentos devidos a peritos.
- As custas são cobradas com a decisão administrativa final no processo de contraordenação respetivo.
- Os encargos referidos no número 1, são calculados em consonância com a legislação vigente.

Artigo 60.º

Outros encargos

- As remunerações de defensores, peritos, tradutores, intérpretes, consultores técnicos e outros intervenientes acidentais não especialmente previstos na tabela a que se refere o Artigo 60.º, far-se-á por aplicação da Lei geral.
- A compensação às testemunhas far-se-á nos termos da Lei de processo administrativo.

CAPÍTULO V DAS GARANTIAS

Artigo 61.º

Prescrição das dívidas por taxas e outras receitas

- As dívidas por taxas à Câmara Municipal prescrevem no prazo de oito anos a contar da data em que o facto tributário ocorreu.
- A citação, a reclamação e a impugnação interrompem a prescrição.
- A paragem dos processos de reclamação, impugnação e execução fiscal por prazo superior a um ano por facto não imputável ao sujeito passivo faz cessar a interrupção da prescrição, somando-se, neste caso, o tempo que decorreu após aquele período ao que tiver decorrido até à data da autuação.

Artigo 62.º

Reclamação e Impugnação

Os sujeitos passivos das taxas aplicadas pelas Autarquias Locais podem reclamar ou impugnar a respetiva liquidação.

Artigo 63.º

Reclamações gratuitas

Da liquidação de taxas e licenças cabe reclamação para o órgão executivo, que procederá à sua apreciação e à revisão do ato de liquidação se for o caso disso.

Artigo 64.º

Prazo da reclamação

A reclamação é apresentada no prazo de 30 dias a contar:

- Da data da notificação da liquidação;
- Da data da publicação do ato da liquidação.

Artigo 65.º

Resposta à reclamação

A reclamação presume-se indeferida para efeitos de impugnação judicial se não for decidida no prazo de 60 dias.

Artigo 66.º

Impugnação judicial

- Do indeferimento tácito ou expresso cabe impugnação judicial para o Tribunal Administrativo e Fiscal da área do Município, no prazo de 60 dias a contar do indeferimento.
- A impugnação judicial depende da prévia dedução da reclamação perante o órgão executivo.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 67.º

Contraordenações e execuções fiscais

1. Constitui contraordenação, a inexistência de documento válido emitido pela Autarquia que confira legalidade ao ato praticado ou à omissão do munícipe quanto a determinado comportamento exigido pela Lei ou por Regulamento Municipal.
2. Constitui uma execução fiscal o não pagamento da taxa respetiva pelo sujeito passivo correspondente à prestação de um serviço pela Autarquia ou a utilização de bens do domínio público ou privado, bem como a remoção de um limite legal previsto pela Lei.
3. O não pagamento da taxa respetiva relativa a um tributo periódico dentro do prazo legal ou do regulamento municipal, implica a caducidade da licença ou documento equivalente emitido e confere à Autarquia o poder de instaurar o respetivo processo de contraordenação pelo uso indevido de bens de forma ilegal.

Artigo 68.º

Interpretação e Integração de Lacunas

1. Para efeitos do presente Regulamento a referência a receita engloba todas as receitas municipais e a referência específica a taxa ou encargo de mais-valias engloba apenas os próprios.
2. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente Regulamento que, não possam ser resolvidas pelo recurso aos critérios legais de interpretação e integração de lacunas, serão integrados e/ou esclarecidos por deliberação da Câmara Municipal, podendo ser delegada tal competência no Presidente.
3. Os conceitos jurídicos utilizados têm o conteúdo do ramo de direito de que são próprios.

Artigo 69.º

Atualizações

1. Se as circunstâncias que fundamentam a incidência objetiva do presente Regulamento, assim como os custos que determinaram a fixação dos quantitativos das taxas e preços previstos se alterarem no decurso do ano económico em vigor, poderá o presente Regulamento ser sujeito a atualizações extraordinárias ou a alterações que à data da sua aprovação não eram previsíveis.
2. A atualização da tabela anexa e valores integrados no regulamento, de acordo com a taxa de inflação média anual publicada pelo Instituto Nacional de Estatística em junho, opera de forma automática, todos os anos, ficando dispensada de discussão pública.
3. A atualização só vigorará a partir do dia 1 de janeiro do ano seguinte, ou salvo se já estiver a decorrer o ano civil em curso de acordo com a *vacatio legis* prevista na deliberação de alteração aprovada.
4. A atualização da tabela nos termos do número anterior será afixada nos lugares de estilo por prazo não inferior a 15 dias, sendo que os regulamentos sujeitos a atualizações extraordinárias e a alterações serão disponibilizados quer em formato de papel em local visível nos edifícios das sedes e assembleias respetivas, quer na página eletrónica do Município.

Artigo 70.º

Fiscalização

1. A fiscalização do cumprimento do presente Regulamento compete aos agentes de fiscalização municipais, demais funcionários ao serviço do município e a qualquer agente de autoridade, cabendo-lhes participar as infrações de que tenham conhecimento.
2. Sempre que as entidades fiscalizadoras verifiquem qualquer infração ao disposto no presente Regulamento levantarão auto de notícia, que remeterão à Câmara Municipal ou entregarão nos respetivos serviços.

Artigo 71.º

Publicidade do Regulamento e Tabela de Taxas

1. O presente regulamento foi publicitado nos termos legais, sendo previamente objeto de período de discussão pública com envio do projeto a diversas instituições representativas dos interesses tutelados pelo regulamento, nos casos em que tal for aplicável nos termos da Lei.
2. O Município de Setúbal disponibilizará, quer em formato papel em local visível nos edifícios municipais onde se efetue atendimento público, quer na sua página eletrónica, o presente Regulamento e Tabela de Taxas e outras Receitas, para consulta de eventuais interessados na mesma.

Artigo 72.º

Direito subsidiário

Em tudo o que não estiver especialmente previsto no presente Regulamento aplica-se subsidiariamente o disposto na Lei Geral Tributária e no Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais.

Artigo 73.º

Norma revogatória

O presente Regulamento e Tabela de Taxas revogam o regulamento e tabela de taxas anteriormente vigente e todas as disposições ou normativos que contrariem o disposto no presente regulamento e que regulem a matéria nele prevista, salvo no que respeita a taxas ou preços que se verifique não terem sido transpostos para o mesmo, que continuarão a aplicar-se supletivamente.

Artigo 74.º

Diplomas legais ou regulamentos

As referências a diplomas legais ou regulamentares contidas no presente Regulamento e na Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município anexa, consideram-se automaticamente reportadas aos normativos que os venham a substituir desde que estes não alterem o conteúdo das taxas em causa.

Artigo 75.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento e respetiva Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município entrará em vigor após a sua publicitação na 2ª Série do Diário da República, nos termos legais.

ESTUDO ECONÓMICO-FINANCEIRO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS

1. Introdução

A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas) determina na sua alínea f), do Artigo 14.º, que constitui receita do Município “*O produto da cobrança de taxas e preços resultantes da concessão de licenças e da prestação de serviços pelo município, de acordo com o disposto nos artigos 20.º e 21.º*”.

De acordo com o artigo 20.º do mesmo diploma legal “*1 - Os municípios podem criar taxas nos termos do regime geral das taxas das autarquias locais. 2 - A criação das taxas pelos municípios está subordinada aos princípios da equivalência jurídica, da justa repartição dos encargos públicos e da publicidade, incidindo sobre utilidades prestadas aos particulares, geradas pela atividade dos municípios ou resultantes da realização de investimentos municipais*”.

Nos termos do Artigo 3.º, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, Diploma que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, “*As taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares, quando tal seja atribuição das autarquias locais, nos termos da lei*.”

O Artigo 4.º, desta Lei determina que “*1 - O valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. 2 - O valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações*.”

O mesmo diploma no seu Artigo 6.º, estabelece que “*1 - As taxas municipais incidem sobre utilidades prestadas aos particulares ou geradas pela atividade dos municípios, designadamente: a) Pela realização, manutenção e reforço de infraestruturas urbanísticas, primárias e secundárias; b) Pela concessão de licenças, prática de atos administrativos e satisfação administrativa de outras pretensões de carácter particular; c) Pela utilização e aproveitamento de bens do domínio público e privado municipal; d) Pela gestão de tráfego e de áreas de estacionamento; e) Pela gestão de equipamentos públicos de utilização coletiva; f) Pela prestação de serviços no domínio da prevenção de riscos e da proteção civil; g) Pelas atividades de promoção de finalidades sociais e de qualificação urbanística, territorial e ambiental; h) Pelas atividades de promoção do desenvolvimento e competitividade local e regional. 2 - As taxas municipais podem incidir sobre a realização de atividades dos particulares geradoras de impacto ambiental negativo*.”

No seu Artigo 8.º, esta Lei dispõe que: “*1 - As taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo respetivo. 2 - O regulamento que crie taxas municipais ou taxas das freguesias contém obrigatoriamente sob pena de nulidade: a) A indicação da base de incidência objetiva e subjetiva; b) O valor ou a fórmula de cálculo do valor das taxas a cobrar; c) A fundamentação económico-financeira relativa ao valor das taxas, designadamente os custos diretos e indiretos, os encargos financeiros, amortizações e futuros investimentos realizados ou a realizar pela autarquia local; d) As isenções e a sua fundamentação; e) O modo de pagamento e outras formas de extinção da prestação tributária admitidas; f) A admissibilidade do pagamento em prestações*.”

Finalmente seu Artigo 9.º o diploma dispõe que: “*1 - Os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação*.”

2. Objetivos e Metodologia

Constitui objetivo do presente documento, no respeito pelo estipulado na legislação atrás mencionada, apresentar o estudo de fundamentação económico-financeira das taxas municipais criadas no Município de Setúbal, com os custos diretos e indiretos que lhes são imputáveis (Anexo da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais).

Nalguns casos e tendo em conta os n.ºs 1 e 2, do Artigo 4.º, do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro), o valor final da taxa proposta inclui um valor correspondente ao benefício auferido pelo particular, podendo ser acrescido de um valor de desincentivo à prática de determinados atos ou pelo contrário, ser deduzido de um valor de incentivo/benefício social à prática de outros.

A metodologia seguida para a obtenção dos custos da contrapartida associada a cada taxa cobrada pelo Município foi a seguinte:

1. Solicitação a cada serviço responsável por cada uma das taxas, dos fluxos de procedimentos inerentes a cada uma delas, explicitando-se a categoria profissional dos funcionários que diretamente intervêm nesses procedimentos, bem como o tempo/minutos que nessa tarefa despendem.
 2. Cálculo dos custos padrão por minuto, com remunerações de todos funcionários, prestadores de serviços, custos estes que foram desagregados por departamento e categoria profissional.
 3. Cálculo dos custos diretos de funcionamento dos serviços excluídos os custos com pessoal.
 4. Cálculo do custo padrão por minuto com o funcionamento dos serviços, excluídos os custos com pessoal.
 5. Cálculo dos custos indiretos, que englobam a imputação dos custos com pessoal referente aos sectores do Município que não arrecadando taxas são, no entanto, indispensáveis ao funcionamento do Município - os Órgãos da Autarquia e o Departamento de Administração Geral e Finanças.
- Assim,

$$\text{Taxa} = ((\text{Cdp} + \text{Cdf}) * (1 + \text{Cind})) * (1 * \text{Infl})$$

Sendo que:

Cdp – Custos diretos com pessoal = Custos com pessoal por minuto vezes o nº de minutos gastos na prestação do serviço;

Cdf – Custos diretos de funcionamento = Custos com funcionamento por minuto vezes o nº de minutos gastos na prestação do serviço;

Cind – Custos indiretos = 10% do total dos Custos diretos, correspondentes ao peso das despesas com pessoal dos órgãos da autarquia e da direção de recursos humanos no total das despesas com pessoal.

Infl – Inflação = Variação média anual do Índice de Preços no Consumidor em dezembro de cada ano.

3. Fundamentação das novas/alterações de taxas para 2023

CBSS – Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal

Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, passou, de acordo com o art.º 26.º, a ser competência dos órgãos municipais apreciar projetos e medidas de autoproteção, realizar vistorias e inspeções a edifícios classificados na primeira categoria de risco no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Enquadramento da proposta do valor das taxas:

A ANEPC é responsável por apreciar projetos e medidas de autoproteção, realizar vistorias e inspeções a edifícios classificados na segunda, terceira e quarta categoria de risco no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Cabe à ANEPC ficar os valores das taxas para a realização destes serviços.

A ANEPC pode, através de protocolos e com o preenchimento de determinados requisitos, delegar nos municípios os serviços referidos para a segunda, terceira e quarta categoria de risco, revertendo para os municípios 60% do valor da taxa cobrada.

As taxas têm um valor mínimo cobrado pela ANEPC (ver tabela I adaptada do Anexo I da Portaria

n.º 165/2021, de 30 de julho), para cada um dos serviços, sendo a taxa calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$T = AB \times VU + 0,05 \times A \times VU$, em que:

- T - Taxa dos serviços de SCIE prestados (Euro)
- AB - Área Bruta dos espaços edificados utilizados da UT (metros quadrados)
- A - Área Bruta dos espaços não edificados utilizados da UT (metros quadrados), quando aplicável, em recinto
- VU - Valor unitários dos serviços SCIE prestados (Euro/metro quadrado)

TABELA I

VALOR UNITÁRIO (VU) E VALOR DAS TAXAS MÍNIMAS A APLICAR POR UTILIZAÇÃO-TIPO (UT) DOS EDIFÍCIOS OU RECINTOS

SERVIÇOS	UT I - HABITAÇÃO		UT II E UT XII - ESTACIONAMENTO, INDUSTRIAIS, OFICINAS E ARMAZÉNS		UT III AXI - ERP - ESTABELECIMENTOS RECEBENDO PÚBLICO	
	VU (EURO/METRO QUADRADO)	TAXA MÍNIMA ANEPC (EURO)	VU (EURO/METRO QUADRADO)	TAXA MÍNIMA ANEPC (EURO)	VU (EURO/METRO QUADRADO)	TAXA MÍNIMA ANEPC (EURO)
Parecer sobre projeto de SCIE	110,03 €	110,03 €	110,03 €	110,03 €	110,03 €	110,03 €
Vistorias sobre as condições de SCIE	220,05 €	220,05 €	220,05 €	220,05 €	220,05 €	220,05 €
Inspeções regulares sobre as condições de SCIE	165,05 €	165,05 €	165,05 €	165,05 €	165,05 €	165,05 €
Parecer medidas de autoproteção	110,03 €	110,03 €	110,03 €	110,03 €	110,03 €	110,03 €

Ao analisar-se a fórmula de cálculo e os valores mínimos de taxa, por serviço, verifica-se que para a situação mais gravosa (vistoria sobre as condições de SCIE para as UT III a XI) será necessária uma superfície superior a 1000 m² para se atingir mais do que o valor mínimo para este serviço que é de 220,05 €.

Por outro lado, as áreas dos edifícios para uma primeira categoria de risco não serão superiores a 1000 m².

Face ao exposto, propõe-se o seguinte:

- Definir uma taxa fixa para cada um dos serviços a prestar a edifícios classificados na primeira categoria de risco no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios;
- Que o valor a cobrar seja o da taxa mínima da ANEPC para cada um dos serviços a prestar a edifícios classificados na primeira categoria de risco no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Na tabela II apresenta-se a proposta de valores de taxas a cobrar por cada um dos serviços a prestar a edifícios classificados na primeira categoria de risco no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

TABELA II

VALOR UNITÁRIO (VU) E VALOR DAS TAXAS MÍNIMAS A APLICAR POR UTILIZAÇÃO-TIPO (UT) DOS EDIFÍCIOS OU RECINTOS

SERVIÇOS	UT I - HABITAÇÃO	UT II E UT XII - ESTACIONAMENTO, INDUSTRIAIS, OFICINAS E ARMAZÉNS	UT III AXI - ERP - ESTABELECIMENTOS RECEBENDO PÚBLICO
	TAXA MUNICIPAL PROPOSTA (EURO)	TAXA MUNICIPAL PROPOSTA (EURO)	TAXA MUNICIPAL PROPOSTA (EURO)
Parecer sobre projeto de SCIE // Fichas de SCIE	110,03 €	110,03 €	110,03 €
Vistorias sobre as condições de SCIE	220,05 €	220,05 €	220,05 €
Inspeções regulares sobre as condições de SCIE	165,05 €	165,05 €	165,05 €
Parecer medidas de autoproteção	110,03 €	110,03 €	110,03 €

TABELA DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS

		Unid.: €
I. CAPÍTULO I - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS		
1.1.	Certificações, Reproduções e Declarações Autenticadas, Conferições e Averbamentos, não especialmente considerados em outros Capítulos - por cada um:	
	Certidões:	
1.1.1.	Não excedendo uma lauda	8,53
1.1.1.2.	Por cada lauda excedente à primeira	2,86
1.1.2.	Reproduções e declarações autenticadas:	
1.1.2.1.	Por cada uma	6,14
1.1.2.2.	Fotocópias e declarações - Por cada página utilizada além da primeira	2,39
1.1.2.3.	Outras reproduções - à taxa de reprodução acresce a taxa de autenticação	6,14 + Taxas de reprodução
1.1.3.	Conferição e autenticação de documentos apresentados por particulares:	
1.1.3.1.	Livros ou cadernetas - Por cada um ou uma	8,12
1.1.3.2.	Outros - Por cada ato	3,85
1.1.4.	Buscas de documentos - Por ato	
1.1.4.1.	Manuais	8,12
1.1.4.2.	Informatizadas	5,46
1.1.5.	Averbamentos não especialmente considerados em outros Capítulos - por cada um	15,04
1.1.6.	Autenticação de documentos arquivados - por cada conjunto de peças gráficas e/ou escritas que constituem o documento / projeto em causa - acrescem as taxas de reprodução	6,14 + Taxas de reprodução
1.2.	Registos, inscrições e acreditações legais:	
1.2.1.	Minas e nascentes de águas mineromedicinais	112,32
1.2.2.	De alvarás e outros títulos de direitos, emitidos por outras entidades	37,46
1.2.3.	Comprovação da titularidade de alvará para emissão de certificados de conformidade dos projetos de obras	89,74
1.3.	Emissão de 2.ªs vias de documentos oficiais não especialmente consideradas em outro capítulo:	
1.3.1.	De cada um	22,58
1.3.2.	Por cada página escrita além da primeira	3,85
<i>Nota: Acrescem, como reembolso, as despesas de publicidade do cancelamento do documento substituído.</i>		
1.4.	Termos de entrega de documentos juntos a processos, cuja restituição haja sido autorizada	4,27
1.5.	Outros alvarás não especificamente previstos nos restantes Capítulos desta tabela	12,69
1.6.	Rubricas em livros, processos e documentos - cada rubrica	0,52
1.7.	Afixação de editais relativos a pretensões de entidades externas ao município	14,05
<i>Nota: Por ex.: inquéritos administrativos de empreitadas ou de estudos de impacte ambiental, notificação de proprietários</i>		
1.8.	Prestação do serviço administrativo de registo dos imóveis adquiridos à Autarquia, nas Conservatórias do Registo Predial	15,92
<i>Nota: Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho e Artigo 8º- b, n.º 1, alínea a) e d), do Código do Registo Predial.</i>		
1.9.	Confiança de processos para fins judiciais e outros (por 48 horas)	16,08
1.10.	Utilização do Brasão Municipal	
1.10.1.	Utilização comercial autorizada:	
1.10.1.1.	Ocasional - Até 1 mês	44,95
1.10.1.2.	Em anúncios ou escritos de qualquer natureza ou material impresso - Por ano	448,56
1.10.2.	Outras utilizações não comerciais autorizadas:	
1.10.2.1.	Até 1 mês	15,04
1.10.2.2.	Por ano	134,64
1.11.	Captação e utilização de imagens do património municipal histórico, arquitetónico e paisagístico:	
1.11.1.	Autorização para recolha de imagens para utilização comercial - Por dia	747,91
1.11.2.	Autorização para utilização na ilustração ou na promoção comercial de quaisquer produtos, serviços, atividades, estabelecimentos ou marcas:	
1.11.2.1.	Taxa base (cumulável com o Ponto 1.11.2.2)	37,46
1.11.2.2.	Por cada 100 exemplares ou fração constituinte da emissão ou tiragem	7,02
<i>Nota: A taxa prevista no Ponto 1.11.1, pode ser isentada nas situações em que a captação de imagens se coadune com os objetivos estratégicos municipais, nomeadamente, quando seja explícita a promoção do Concelho para fins turísticos e/ou ambientais e/ou quando seja expressamente indicado o apoio da Câmara Municipal de Setúbal ao evento/operação em causa, mediante autorização previa do serviço competente para o efeito.</i>		
1.12.	Reproduções:	
1.12.1.	Em matéria de urbanismo e edificação	
1.12.1.1.	Plantas de localização - por conjunto A4	12,69
1.12.1.2.	Extratos de plantas e cartografia (inclui legenda, quando aplicável), por cada uma	11,24
1.12.1.3.	Regulamento do PDM e planta de ordenamento	49,22
1.12.1.4.	Peças de processos de operações urbanísticas	
1.12.1.4.1.	Taxa fixa por cada pedido, no ato de entrada	6,40
1.12.1.4.2.	Peças escritas do processo (por cada folha):	
1.12.1.4.2.1.	Em formato analógico (em papel)	0,52

		Unid.: €
1.12.1.4.2.2.	Em formato digital (a enviar ou gravar em suporte fornecido pelo requerente)	0,26
1.12.1.4.3.	Peças desenhadas do processo (por cada folha):	
1.12.1.4.3.1.	Em formato A4	3,23
1.12.1.4.3.2.	Em formato A3	5,36
1.12.1.4.3.3.	Outros formatos - múltiplo de A4 ou fração (n x o valor indicado no Ponto 1.12.1.4.3.1.)	n x 3,23
1.12.1.4.3.4.	Em formato digital (a enviar ou gravar em suporte fornecido pelo requerente) - aplicam-se às taxas previstas nos Pontos 1.12.1.4.3.1. a 1.12.1.4.3.3.	
1.12.1.4.4.	Cópia do formato digital existente no processo (2ª via, a gravar diretamente em suporte digital fornecido pelo requerente) - conjunto de ficheiros que não careçam de edição para o efeito	22,58
1.12.1.5.	Reproduções simples (não autenticadas), em papel, de telas finais e/ou outros elementos gráficos/escritos constantes dos processos, a partir de ficheiros digitais (Pdf ou outros) - por ficheiro:	
1.12.1.5.1.	Em formato A4	3,23
1.12.1.5.2.	Em formato A3	5,36
1.12.1.5.3.	Outros formatos - múltiplo de A4 ou fração (n x o valor indicado no Ponto 1.12.1.8.1.)	n x 3,23
1.12.2.	Em fotocópia, impressões a preto e branco (não autenticadas) - Por unidade:	
1.12.2.1.	Em formato A4	0,16
1.12.2.2.	Em formato A3	0,36
1.12.2.3.	Outros formatos - múltiplo de A4 ou fração (n x o valor indicado no Ponto 1.12.2.1.)	n x 0,16
1.12.3.	Em fotocópia, impressões a cores (não autenticadas) - Por unidade:	
1.12.3.1.	Formato A4	0,62
1.12.3.2.	Formato A3	1,20
1.12.3.3.	Outros formatos - múltiplo de A4 ou fração (n x o valor indicado no Ponto 1.12.3.1.)	n x 0,62
1.12.4.	Ortofotomapas	
1.12.4.1.	Em suporte analógico (impressão em papel) sem sobreposição de informação adicional - valor unitário:	
1.12.4.1.1.	Impressão em papel fotográfico (formato A0)	31,32
1.12.4.1.2.	Impressão em papel normal (formato A0, papel 80 gr.)	22,37
1.12.4.2.	Em suporte analógico (impressão em papel) com sobreposição de informação adicional - valor unitário:	
1.12.4.2.1.	Impressão em papel fotográfico (formato A0)	35,79
1.12.4.2.2.	Impressão em papel normal (formato A0, papel 80 gr.)	26,84
1.12.4.3.	Extrato ortofotografia sem sobreposição de informação adicional - papel normal (80 gr.):	
1.12.4.3.1.	Tamanho A0	21,69
1.12.4.3.2.	Tamanho A1	15,97
1.12.4.3.3.	Tamanho A2	10,61
1.12.4.3.4.	Tamanho A3	8,22
1.12.4.4.	Extrato ortofotografia com sobreposição de informação adicional - papel normal (80 gr.):	
1.12.4.4.1.	Tamanho A0	32,10
1.12.4.4.2.	Tamanho A1	26,38
1.12.4.4.3.	Tamanho A2	21,02
1.12.4.4.4.	Tamanho A3	18,62
1.12.4.5.	Em suporte digital - valor unitário:	
1.12.4.5.1.	Formato TIF	45,91
1.12.4.5.2.	Formato Intergraph TIFF (inclui geração de um full sett de overviews)	57,23

Nota: Nas situações em que sejam disponibilizados na internet (site municipal) documentos administrativos relativos ao urbanismo (ex. planta de localização, etc.) a consulta e impressão dos mesmos será gratuita.

1.12.5.	De originais fotográficos do Arquivo Américo Ribeiro	
1.12.5.1.	Reprodução digital de imagem para fins privados e académicos	11,45
1.12.5.2.	Reprodução digital de imagem para fins culturais, editoriais e expositivos	54,11
1.12.5.3.	Reprodução digital de imagem para fins publicitários	301,75
1.12.5.4.	Impressão de imagem com qualidade média em papel normal A4	2,71
1.12.5.5.	Impressão de imagem com qualidade média em papel fotográfico A4	5,31
1.12.5.6.	Venda de documentos sonoros - Por cada unidade de suporte utilizado para gravação:	
1.12.5.6.1.	Em cassete compacta de 90 minutos (C-90)	12,90
1.12.5.6.2.	Em disco compacto (CD-Áudio ou equivalente):	
1.12.5.6.2.1.	Em CD-R de 74 minutos	13,47
1.12.5.6.2.2.	Em CD-R de 80 minutos	14,05
1.12.5.7.	De documentos informáticos - Por cada unidade de suporte utilizada para gravação ou impressão:	
1.12.5.7.1.	Em discos tipo ZIP:	
1.12.5.7.1.1.	De 100 MB	15,82
1.12.5.7.1.2.	De 250 MB	34,60
1.12.5.7.2.	Em disco compacto (CD-ROM):	
1.12.5.7.2.1.	Em CD-ROM de 650 MB	14,05
1.12.5.7.2.2.	Em CD-ROM de 700 MB	14,62
1.12.6.	Venda de CD-ROM ou outro suporte digital, com imagens para utilização cultural, editorial e exposições:	
1.12.6.1.	Gravação em suporte digital - Por cada imagem	
1.12.6.1.1.	Com 300 DPI	7,60
1.12.6.1.2.	Com 600 DPI	12,90
1.12.6.1.3.	Com 1200 DPI	28,87
1.12.6.2.	Impressões a partir de imagens digitais (qualidade média) - Por cada imagem	
1.12.6.2.1.	Com papel normal (formato A4)	2,13
1.12.6.2.2.	Com papel fotográfico (formato A4)	4,27
1.12.6.3.	Venda de CD-ROM ou outro suporte digital	3,12
1.12.6.4.	Taxa de digitalização de documentos (excluindo processos urbanísticos) - por cada pedido	6,24
1.12.7.	Reproduções de originais fotográficos do banco de imagens da CMS	

		Unid.: €
1.12.7.1.	Reprodução digital para uso privado ou académico	
1.12.7.1.1.	Imagem de resolução XS (540x360 px 72DPI)	15,61
1.12.7.1.2.	Imagem de resolução S (850x567 px 72DPI)	26,01
1.12.7.1.3.	Imagem de resolução M (2500x1666 px 300DPI)	52,03
1.12.7.1.4.	Imagem de resolução L (5472x3648 px 300DPI)	104,05
1.12.7.2.	Reprodução digital para empresas	
1.12.7.2.1.	Imagem de resolução XS (540x360 px 72DPI)	78,04
1.12.7.2.2.	Imagem de resolução S (850x567 px 72DPI)	88,44
1.12.7.2.3.	Imagem de resolução M (2500x1666 px 300DPI)	176,89
1.12.7.2.4.	Imagem de resolução L (5472x3648 px 300DPI)	353,77
1.12.7.3.	Reprodução digital para publicidade e decorações	
1.12.7.3.1.	Imagem de resolução M (2500x1666 px 300DPI)	353,77
1.12.7.3.2.	Imagem de resolução L (5472x3648 px 300DPI)	707,54
1.13.	Encargos pela cobrança de taxas devidas a outras entidades - 5% sobre a receita líquida	
1.14.	Emissão do certificado de registo (Portaria n.º 1334-D/2010, de 31 de dezembro)	
1.14.1.	Pelo certificado ou renovação	15,61
1.14.2.	Pela 2ª via em caso de extravio, roubo ou deterioração	26,01
1.14.3.	Emissão do certificado para crianças até 6 anos	7,80

Nota: a) 50% dos valores previstos em 1.14.1., 1.14.2. e 1.14.3., constituem receita municipal relativa a taxas;

b) 50% dos valores previstos em 1.14.1., 1.14.2. e 1.14.3., constituem receita do SEF;

c) Sobre a receita prevista em b), deve o município cobrar ao SEF 2,5% relativo aos encargos de cobrança, valor que deve ser, desde logo, retido.

1.15.	Utilização dos Sanitários Municipais	0,52
-------	--------------------------------------	------

Nota: Estão isentos do pagamento da taxa as crianças até 12 anos, os deficientes e os idosos com mais de 65 anos.

1.16.	Outros atos ou serviços não previstos nesta tabela ou em legislação especial (ex. declarações emitidas no âmbito do Código da Contratação Pública)	8,69
1.17.	Taxa de apreciação dos peditórios - área do concelho (Decreto-Lei n.º 87/99, de 19 de março)	5,20

2. CAPÍTULO II - PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

2.1.	Secção I - Intervenções Sobre Solos Urbanos, Urbanizáveis e Outros Licenciamentos	
2.1.1.	Estabelecimentos privados de extração de inertes:	
2.1.1.1.	Pela licença de estabelecimento	112,32
2.1.1.2.	Aprovação do novo plano de lavra	37,46
2.1.1.3.	Transmissão da licença de estabelecimento	37,46
2.1.1.4.	Participação de mudança do responsável pela direção dos trabalhos	18,83
2.1.1.5.	Autorização de alteração da zona de defesa afeta a exploração	18,83
<i>Nota: A competência da Câmara é limitada ao licenciamento de pedreiras exploradas a céu aberto, com escavações não superiores a 10 metros, utilizando menos de 15 trabalhadores e meios mecânicos de potência inferior a 500 cv.</i>		
2.1.2.	Parques de sucatas e de outros resíduos - não sujeitos a legislação especial:	
2.1.2.1.	Instalação ou ampliação	373,80
2.1.2.2.	Funcionamento - Por cada 100 m2 ou fração até ao limite de 5.000 m2 - Por cada 5 anos	33,66
2.1.2.3.	Renovação do funcionamento - Por cada 2 anos	16,86
2.1.3.	Espaços de naturismo:	
2.1.3.1.	Autorização de exploração	211,53
2.1.3.2.	Por hectare e por ano	67,32
2.1.4.	Averbamentos feitos no âmbito deste Capítulo - Por cada um	21,90

Nota: As taxas previstas nesta Secção são cumuláveis com as taxas devidas pelo licenciamento/comunicação das obras a realizar.

2.1.5.	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	0,25% sobre cada fatura
--------	---	-------------------------

Nota: A TMDP é determinada sobre a faturação emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município - Artigo 106º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, conjugada com o n.º 1, do Artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio.

2.2.	Secção II - Urbanismo e Edificação	
2.2.1.	Pedido de informação prévia (PIP)	
2.2.1.1.	Pela apreciação do pedido de informação prévia:	
2.2.1.1.1.	PIP completo, com consultas a outras entidades - RJUE, Artigo 14, n.º 2.	324,22
2.2.1.1.2.	PIP de estrutura simplificada, sem consultas a outras entidades - RJUE, Artigo 14, n.º 1	162,11
2.2.1.1.3.	PIP AUGI - informação prévia sobre Projeto de reconversão - Lei n.º 70/2015	162,11
2.2.1.2.	Pela emissão da informação prévia	42,40
2.2.1.3.	Declaração nos termos do Artigo 17º, n.º 4, do RJUE (renovação)	
2.2.1.3.1.	Pela apreciação / verificação - na entrada do pedido	162,11
2.2.1.3.2.	Pela emissão da declaração	42,40
2.2.2.	Operações urbanísticas de loteamento e obras de urbanização	
2.2.2.1.	Apreciação do pedido de licenciamento ou submissão do processo de comunicação prévia de operação de loteamento e/ou obras de urbanização:	
2.2.2.1.1.	Não sujeita a consulta pública obrigatória	314,39
2.2.2.1.2.	Sujeita a consulta pública obrigatória (Artigo 22º, n.º 2, do RJUE)	907,16
2.2.2.2.	Apreciação do pedido de alterações à licença previsto no Artigo 27º, do RJUE:	
2.2.2.2.1.	Não sujeita a consulta pública obrigatória	285,72

	Unid.: €		Unid.: €
2.2.2.2.2.	Não sujeita a consulta pública obrigatória mas que carece de publicação de Edital (Artigo 27º, n.º 3, REUMS)	285,72	2.2.5.3. Pagamento da taxa de demolição - por m2 da área a demolir 5,20
2.2.2.2.3.	Sujeita a consulta pública obrigatória (Artigo 22º, n.º 2, do RJUE)	878,49	2.2.5.4. Balanços e corpos salientes - por m2 de área projetada sobre o domínio público 339,31
<p>Nota: a) À taxa prevista no Ponto 2.2.2.2.2. antecedente acrescem os custos do Edital (Capítulo I, Ponto 7); b) A operação de loteamento está sujeita a consulta pública obrigatória, sempre que exceda: 4 HA, 100 fogos, 10% do aglomerado urbano em que se insere a pretensão; c) Sempre que seja invocado o caráter de urgência, para as publicações em Diário da República, é agravado em 50% o custo das publicações.</p>			2.2.5.5. Piscinas e tanques de recreio e semelhantes - por m3 10,35
2.2.2.3.	TRIUI (a, b)) - Por cada m2 de área de construção:		2.2.5.6. Compensação por falta de cedência de áreas a integrar no domínio público municipal, nos termos do n.º 4, do Artigo 44º, do RJUE (a), b) e d)) - Taxa prevista no Item 2.2.8., desta Secção. Ver Ponto 2.2.8.
2.2.2.3.1.	TRIUI_habituação e usos não discriminados (K) - Por cada m2 de área de construção	46,82	
2.2.2.3.2.	TRIUI_comércio/serviços/equipamentos de exploração privada (K1) - Por cada m2 de área de construção	63,21	
2.2.2.3.3.	TRIUI_indústria/armazenagem/turismo (K2) - Por cada m2 de área de construção	37,46	
2.2.2.3.4.	TRIUI_agrícola/pecuária e aquacultura (K3) - Por cada m2 de área de construção	39,80	
2.2.2.4.	Compensação por falta de cedência de áreas a integrar no domínio público municipal, nos termos do n.º 4, do Artigo 44º, do RJUE (a) e b)) - Taxa prevista no item 2.2.8. desta Secção. Ver Ponto 2.2.8.		
<p>Nota: a) O pagamento da TRIUI (Ponto 2.2.2.3.) e da taxa prevista para Compensação (Ponto 2.2.2.4.) é efetuado no momento da emissão do alvará de loteamento e/ou obras urbanização ou no prazo de 60 dias após a admissão da comunicação prévia, bem como dos respetivos aditamentos. b) Caso uma alteração aprovada implique o aumento de área de construção ou a alteração do uso, deverá ser cobrada a TRIUI correspondente à mesma e verificada a aplicação da taxa prevista para Compensação, deduzindo o valor pago em procedimento anterior. c) Nos Pontos 2.2.1.1.1., 2.2.1.1.2., 2.2.1.2, 2.2.2.1.1., 2.2.2.1.2., 2.2.2.2.1 a 2.2.2.2.3. será concedido um incentivo de 50% sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão. d) Nas operações urbanísticas cujos títulos de construção tenham beneficiado da redução de 20% sobre o montante apurado para a correspondente TRIUI, a emissão do respetivo título de utilização ficará condicionada à liquidação e cobrança do montante referente à mesma, caso a obra não seja concluída até 31 de dezembro de 2024. e) A liquidação da TRIUI aplicável às operações urbanísticas promovidas por empresas que se instalem na área industrial da Península da Mitrena será concedido uma redução de 50%, conforme deliberação n.º 268/11 da Câmara Municipal de Setúbal</p>			
2.2.3.	Emissão de alvará de licença e/ou admissão de comunicação prévia de loteamento ou de obras de urbanização:		
2.2.3.1.	Pela emissão do título (Artigo 74º, do RJUE) e por cada averbamento ao mesmo que implique alteração dos parâmetros urbanísticos previstos	455,90	2.2.5.7. Prorrogações únicas para apresentação de projetos de especialidades e/ou para requerer a emissão do título (Artigo 20º, n.º 5, do RJUE) 147,18
2.2.3.1.1.	Pela emissão do averbamento ao título quando não implique alteração dos parâmetros urbanísticos previstos	228,65	2.2.5.8. Pela Emissão do título de licença ou de admissão para construção e/ou demolição
2.2.3.2.	Prorrogação única para requerer a emissão do título (Artigo 76º, do RJUE)	237,39	2.2.5.8.1. Não inseridas em loteamentos ou planos de pormenor 42,40
2.2.3.3.	Prorrogações do prazo para execução das obras de urbanização:		2.2.5.8.2. Inseridas em loteamentos ou Planos de Pormenor e/ou de Urbanização:
2.2.3.3.1.	Prorrogação normal (Artigo 53º, n.º 3, do RJUE) - por mês e por averbamento	237,39	2.2.5.8.2.1. Componente fixa 205,03
2.2.3.3.2.	Prorrogação excecional (Artigo 53º, n.º 4 do RJUE) - sujeita a pagamento de um agravamento adicional de 200% da taxa prevista no Ponto 2.2.3.3.1. - Por mês e por averbamento	474,57	2.2.5.8.2.2. Componente variável em função do uso - acresce à taxa 2.2.5.8.2.1.: Habitação até 200 m2/Abc (destinado a 1ª habitação própria e permanente) isento da comp. variável
2.2.3.3.3.	Prorrogação em consequência de alteração da licença ou da comunicação prévia (Artigo 53º, n.º 5 e 6) - Por mês e por averbamento	237,29	2.2.5.8.2.2.2. Habitação até 200 m2/Abc (outras situações) - Por fogo 520,30
<p>Nota: a) As taxas relativas à emissão de títulos, submissão de processos, prorrogações e averbamentos são pagas no ato de formalização do registo de entrada. b) Nos Pontos 2.2.3.1, 2.2.3.1.1 e 2.2.3.3.3., será concedido um incentivo de 50% a aplicar sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão.</p>			2.2.5.8.2.2.3. Habitação acima de 200 m2/Abc (outras situações) - Por m2/Abc da área que exceda os 200 m2 e que acresce à taxa do Item 2.2.5.8.2.2.2. 15,61
2.2.4.	Emissão de alvará de licença ou admissão de comunicação prévia de trabalhos de remodelação dos terrenos		2.2.5.8.2.2.4. Habitação - restantes situações - Por fogo 2601,25
2.2.4.1.	Pela apreciação do pedido e por cada alteração ao mesmo	297,17	2.2.5.8.2.2.5. Comércio e serviços (até 250 m2/Abc) - Por unidade 665,92
2.2.4.2.	Pela emissão do alvará de licença ou certidão de admissão de comunicação prévia de trabalhos de remodelação de terrenos	42,40	2.2.5.8.2.2.6. Comércio e serviços (acima de 250 m2/Abc) - Por m2/Abc da área que exceda os 250 m2 e que acresce à taxa do Item 2.2.5.8.2.2.5. 20,81
2.2.4.3.	Prorrogação única para requerer a emissão do título (Artigo 76º, do RJUE)	147,18	2.2.5.8.2.2.7. Indústria e armazéns (até 500 m2/Abc) - Por unidade 910,44
2.2.4.4.	Pela prorrogação do prazo para execução das obras:		2.2.5.8.2.2.8. Indústria e armazéns (acima de 500 m2/Abc) - Por m2/Abc da área que exceda os 500 m2 e que acresce à taxa do Item 2.2.5.8.2.2.7. 26,01
2.2.4.4.1.	Prorrogação normal (Artigo 58º, n.º 5, do RJUE) - por mês e por averbamento	147,18	
2.2.4.4.2.	Prorrogação excecional (Artigo 58º, n.º 6, do RJUE) - sujeita a pagamento de um agravamento adicional de 200% da taxa prevista no Ponto 2.2.4.4.1. - Por mês e por averbamento	294,36	
2.2.4.4.3.	Prorrogação em consequência de alteração da licença ou da comunicação prévia (Artigo 58º, n.º 7) - por mês e por averbamento	147,18	
2.2.4.5.	Pagamento da taxa de movimentação / remodelação de terras - por m2 da área de terreno a alterar	1,66	
<p>Nota: a) As obras inacabadas previstas no Artigo 88º, do RJUE ficam sujeitas às taxas previstas nos Pontos 2.2.5.1. a 2.2.5.12., inclusive, desde que sejam aplicáveis à operação urbanística em causa. b) Nos Pontos 2.2.5.1., 2.2.5.3. a 2.2.5.5., 2.2.5.8.1., 2.2.5.8.2.1., 2.2.5.8.2.2.2. a 2.2.5.8.2.2.8., 2.2.5.9., 2.2.5.10.3. e 2.2.5.11. deste grupo, será concedido um incentivo de 50% sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão.</p>			
2.2.5.	Operações urbanísticas relativas a obras de edificação e/ou demolição		2.2.5.9. Apreciação do pedido de alterações ao alvará de construção e/ou de demolição. 205,03
2.2.5.1.	Pela apreciação do pedido	271,93	2.2.5.10. Pela Prorrogação do prazo para execução das obras de construção e/ou demolição:
2.2.5.1.1.	Apreciação do pedido de legalização de construção/demolição (voluntária e oficiosa)	543,87	2.2.5.10.1. Prorrogação normal (Artigo 58º, n.º 5, do RJUE) - por mês e por averbamento 194,63
2.2.5.2.	TRIUI - Pagamento da TRIUI no momento da formalização do pedido de emissão do título válido para construção - Nos termos estipulados no item 2.2.2.3. desta secção - Por m2 de área intervencionada		2.2.5.10.2. Prorrogação excecional (Artigo 58º, n.º 6, do RJUE) - sujeita ao pagamento de um agravamento adicional de 200% da taxa prevista no Ponto 2.2.5.10.1. - Por mês e por averbamento 389,25
			2.2.5.10.3. Prorrogação em consequência de alteração da licença ou da comunicação prévia (Artigo 58º, n.º 7 e 8) - por mês e averbamento 194,63
			2.2.5.11. Alterações ao título de licença e/ou de admissão de comunicação para construção e/ou demolição - Por averbamento 64,15
			2.2.5.12. Demolição e/ou construção decorrente de intimação - por comunicação de início de obra 42,40
			2.2.5.12.1. Acresce o pagamento da taxa de demolição prevista no Ponto 2.2.5.3. - Por m2 de área a demolir 5,20
			2.2.6. Pedido de autorização de ligação de rede pluvial particular ao sistema de drenagem pluvial público 66,12
			2.2.7. Alvarás de licença parcial
			2.2.7.1. Pela apreciação do pedido de emissão da licença parcial para construção de estrutura 271,93
			2.2.7.2. TRIUI - Pagamento da TRIUI no momento da formalização do pedido de emissão do alvará de licença parcial (Artigo 23º, n.º 6 e Artigo 116º, n.º 4, do RJUE) - Por m2 de área de construção e nos termos estipulados no Ponto 2.2.2.3., desta secção Ver Ponto 2.2.2.3. 34,60
			2.2.7.3. Emissão de título de Licença parcial para construção de estrutura 34,60
			2.2.8. Compensações
			2.2.8.1. Compensações por falta de cedência de áreas a integrar no domínio público (n.º 4, Artigo 44º e n.º 6, Artigo 57º, do RJUE):

		Unid.: €
2.2.8.1.1.	Zona I - União das Freguesias de Setúbal (Stª Mª da Graça; São Julião; Nª Sª Anunciada) - Por m2 de área não cedida	104,05
2.2.8.1.2.	Zona II - União das Freguesias de Azeitão (São Lourenço e São Simão) - Por m2 de área não cedida	104,05
2.2.8.1.3.	Zona III - Freguesia do Sado, São Sebastião, Pontes, Gâmbia e Alto da Guerra - Por m2 de área não cedida	104,05

Nota: a) Caso se verifique que não foram oportunamente liquidadas as taxas urbanísticas devidas, não tendo ocorrido a prescrição do direito à respetiva cobrança, estas deverão ser liquidadas conforme previsto na tabela em vigor à data de aprovação, do ato definitivo e executório, da operação urbanística em causa.

b) Nos Pontos 2.2.6., 2.2.7.1 e 2.2.7.3, será concedido um incentivo de 50% a aplicar sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão.

c) No âmbito da adesão do Município ao cartão jovem municipal, encontra-se prevista neste regulamento, a redução de 20% do montante das taxas devidas pela comunicação e/ou pelo licenciamento de edifícios destinados à primeira habitação, própria e permanente, nos termos estipulados no Artigo 7º, do Regulamento.

d) Nas operações urbanísticas cujos títulos de construção tenham beneficiado da redução de 20% sobre o montante apurado para a correspondente TRIU, a emissão do respetivo título de utilização ficará condicionada à liquidação e cobrança do montante referente à mesma, caso a obra não seja concluída até 31 de dezembro de 2024.

e) A liquidação da TRIU aplicável às operações urbanísticas promovidas por empresas que se instalem na área industrial da Península da Mitrena será concedido uma redução de 50%, conforme deliberação n.º 268/11 da Câmara Municipal de Setúbal

2.3. Secção III - Utilização		
2.3.1.	Emissão de alvará de autorização de utilização para edificação	
2.3.1.1.	Pela apreciação do pedido de emissão do alvará:	
2.3.1.1.1.	Sem alterações ao projeto aprovado	135,99
2.3.1.1.2.	Com alterações ao projeto aprovado e/ou nas situações em que a edificação não foi sujeita a controlo prévio (RJUE - Artigo 62º, n.º 2)	271,93
2.3.1.2.	Prorrogação única para requerer a emissão do título (Artigo 76º, do RJUE)	147,18
2.3.1.3.	Pela emissão do título	
2.3.1.3.1.	Emissão administrativa do alvará / sem vistoria	64,15
2.3.1.3.2.	Emissão administrativa do alvará / com vistoria (Artigo 64º, n.º 2 e 65º, n.º 5) - à taxa prevista no Ponto 2.3.1.3.1. acresce o valor da respetiva vistoria, referida no Capítulo III, consoante for o caso	64,15 + taxa de vistoria
2.3.1.4.	Pela alteração do uso	
2.3.1.4.1.	Pela apreciação do pedido de alteração do uso	271,93
2.3.1.5.	Alterações ao Alvará de utilização - Por aditamento ao título	64,15
2.3.1.6.	Pela utilização de solo para fins não exclusivamente agrícolas, pecuárias, florestais, mineiras ou de abastecimento público de água - alínea j), Artigo 2º, do RJUE	
2.3.1.6.1.	Pela apreciação do pedido/comunicação	271,93
2.3.1.6.2.	Pela área a utilizar para a atividade, incluindo áreas complementares - Por m2	6,24
2.3.1.6.2.1	Pela área a ocupar com instalações necessárias à produção de Energias Verdes (energias geradas a partir de recursos naturais e fontes renováveis) - Por m2	1,56
2.3.1.6.3.	Pela emissão do título de Autorização de utilização e/ou sua alteração	64,15

Nota: a) Todas as taxas previstas no Item 2.3.1., são devidas pela Autorização ou alteração de utilização de edificação nova, reconstruída, ampliada ou alterada, bem como pela área de solo privado utilizada para qualquer atividade económica.

b) As taxas administrativas para emissão de autorização de utilização (Item 2.3.1.) acrescem as taxas constantes dos Itens 2.3.2. e 2.3.3., relativas a atividades previstas em legislação específica.

c) Caso se verifique que não foram oportunamente liquidadas as taxas urbanísticas devidas, não tendo ocorrido a prescrição do direito à respetiva cobrança, estas deverão ser liquidadas conforme previsto na tabela em vigor à data de aprovação, do ato definitivo e executório, da operação urbanística em causa.

d) Nos Pontos 2.3.1.1.1., 2.3.1.1.2., 2.3.1.3.1., 2.3.1.3.2., 2.3.1.4.1., 2.3.1.5., 2.3.1.6.1, 2.3.1.6.2 e 2.3.1.6.3, será concedido um incentivo de 50% a aplicar sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão

e) No âmbito da adesão do Município ao cartão jovem municipal, encontra-se prevista neste regulamento, a redução de 20% do montante das taxas devidas pela autorização de utilização de edifícios destinados à primeira habitação, própria e permanente, nos termos estipulados no Artigo 7º, do Regulamento.

f) Nas operações urbanísticas cujos títulos de construção tenham beneficiado da redução de 20% sobre o montante apurado para a correspondente TRIU, a emissão do respetivo título de utilização ficará condicionada à liquidação e cobrança do montante referente à mesma, caso a obra não seja concluída até 31 de dezembro de 2024.

2.3.2.	Comunicações - Atividades Económicas (Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro)	
2.3.2.1.	No ato da submissão do processo de autorização, comunicação com dispensa de requisitos e/ou quando surjam questões a sujeitar à apreciação dos serviços técnicos, que possam conduzir a alterações ao título de utilização da edificação ou da fração	271,93
2.3.2.2.	No ato da submissão da mera comunicação prévia, para efeitos:	
2.3.2.2.1.	De registo de instalação e/ou de modificação (atualização de dados)	68,00
2.3.2.2.2.	De encerramento	Isento
2.3.2.2.3.	Com acesso mediado ao BdE	101,97
2.3.2.3.	Emissão de declaração de apreciação do processo	15,14
2.3.3.	Emissão de autorização de utilização e/ou suas alterações - previstas em legislação específica	
2.3.3.1.	Empreendimentos turísticos (Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de março)	
2.3.3.1.1.	Pela submissão do pedido - no ato de formalização	135,99
2.3.3.1.2.	Auditoria de classificação (Artigo 36º, n.º 1)	165,86
2.3.3.1.3.	Pelo pedido de revisão da classificação (Artigo 38º)	64,41
2.3.3.1.4.	Pedido de dispensa dos requisitos exigidos para atribuição da classificação.	271,93
2.3.3.1.5.	Pela emissão do alvará de utilização para fins turísticos	192,91

		Unid.: €
2.3.3.2.	Alojamento local (Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto)	
2.3.3.2.1.	Vistoria para verificação do cumprimento de requisitos (Artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 128/14) - sujeito ao pagamento da taxa prevista no Capítulo III	165,86
2.3.3.2.2.	Registo da Instalação com acesso mediado ao BdE	68,00
2.3.3.2.3.	Registo de encerramento com ou sem acesso mediado ao BdE	Isento
2.3.3.3.	Licenciamento de instalações, armazenamento e abastecimento de combustíveis	
2.3.3.3.1.	Pela apreciação do pedido	171,21
2.3.3.3.2.	Vistorias relativas ao processo de licenciamento e/ou vistorias para verificação do cumprimento de medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações - por cada uma	375,52
2.3.3.3.3.	Vistorias periódicas	214,76
2.3.3.3.4.	Repetição de vistoria para verificação das condições impostas	278,75
2.3.3.3.5.	Pela emissão do título e/ou respetivos averbamentos - por cada ato	64,15
2.3.3.4.	Licenciamento de estabelecimentos industriais - Tipo 3 (Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, e Portaria 280/2015, de 15 de setembro)	
2.3.3.4.1.	Taxa base - aplicável em todos os procedimentos relativos a atividades industriais Tipo 3	101,27
2.3.3.4.2.	Emissão do título digital / registo on-line no BdE	373,23
2.3.3.4.3.	Emissão do título digital / Atendimento mediado na utilização do BdE	558,75
2.3.3.4.4.	Submissão de alteração, aditamento ou atualização de títulos digitais (1 x Tb)	101,29
2.3.3.4.5.	Vistoria (Atividade Agroalimentar) - (1,5 x Tb)	253,15
2.3.3.4.6.	Vistoria de controlo (Artigo 83º) - (2 x Tb)	202,53
2.3.3.4.7.	Selagem e desselagem de máquinas, aparelhos e demais equipamentos	151,91

Nota: Os fatores de agravamento e redução de TBase são os que constam no Artigo 3º, da Portaria 280/2015, de 15 de setembro.

2.3.3.5.	Licenciamento de instalação e funcionamento de recintos de espetáculos (Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro).	
2.3.3.5.1.	Pela submissão do pedido, incluindo a Vistoria previa obrigatória, para verificação de requisitos (Artigo 11º, Decreto-Lei n.º 309/2002) - no ato de formalização do pedido	294,62
2.3.3.5.2.	Pela emissão do alvará de licença de utilização para recintos de espetáculos e divertimentos públicos e suas alterações/renovações	64,15

Nota: a) Às taxas constantes dos Itens 2.3.2. e 2.3.3. relativas a atividades previstas em legislação específica, acrescem as taxas administrativas previstas para emissão de autorização e alteração de utilização (Item 2.3.1.) quando aplicável.

b) No âmbito da adesão do Município ao cartão jovem municipal, encontra-se prevista neste regulamento a redução de 20% do montante das taxas devidas pela instalação de atividades industriais, de serviços e/ou comerciais, bem como atividades turísticas, desde que se destinem a ser exploradas pelo jovem aderente, nos termos estipulados no artigo 7º, n.º 9, do Regulamento.

2.3.4.	Autorização de instalação das infraestruturas de suporte das estações de radiocomunicações e respetivos acessórios	
2.3.4.1.	Montante fixo	2601,25
2.3.4.2.	Acresce por m2 ou fração, de área ocupada	130,06
2.4.	Secção IV- Certidões, Declarações e Outros Atos de Natureza Administrativa	
2.4.1.	Direito à informação (Artigo 110º, RJUE) - no ato de formalização do pedido (via requerimento e/ou email).	18,05
2.4.2.	Emissão de informação/parecer técnico - no ato de formalização do pedido, por parecer	
2.4.2.1.	Parecer técnico sobre "obras isentas ou de escassa relevância urbanística", bem como a informação prevista no Artigo 102, n.º 6 do RJUE (legalização) - apreciação	114,92
2.4.2.2.	Parecer prévio - Operações Urbanísticas promovidas pela Administração Pública, Artigo 7º, n.º 1, do RJUE - apreciação	271,93
2.4.2.3.	Parecer prévio - Autorização de localização	
2.4.2.3.1.	Pela apreciação do pedido	162,11
2.4.2.3.2.	Pela emissão do parecer	42,40
2.4.2.4.	Parecer prévio - Autorização de Transferência de Farmácia - Lei 26/2011, de 11 de abril	
2.4.2.4.1.	Pela apreciação do pedido	110,00
2.4.2.4.2.	Pela emissão do parecer	42,40
2.4.2.5.	Parecer prévio - no âmbito do pedido de avaliação do grau de conservação do imóvel - pela emissão do parecer	42,40
2.4.2.6.	Parecer prévio - CMDF (Comissão Municipal de Defesa da Floresta, Decreto-Lei 14/2019, de 21 de janeiro) - pela submissão do pedido e emissão do parecer (mesmo que desfavorável)	42,40

Nota: a) A pedido do interessado poderá ser emitida declaração autenticada ou certidão, relativa aos pedidos elencados neste Ponto 2.4.2., acrescendo nesse caso as taxas previstas no Ponto 2.4.5.7.

b) Nos Pontos 2.4.1., 2.4.2.1., 2.4.2.2., 2.4.2.3., 2.4.2.5., 2.4.2.6. será concedido um incentivo de 50% a aplicar sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão

c) As taxas previstas no ponto 2.4.2.3 aplicam-se a todas as Operações Urbanísticas que careçam de declaração de autorização de localização pelo Município (Ex: Instalações de áreas de serviço e/ou depósitos de combustível, Ruído, Licenciamentos específicos, Edifícios com impacto relevantes, Indústria, etc.)

2.4.3.	Emissão de declarações - no ato de formalização do pedido, por cada uma	
2.4.3.1.	Declarações relativas a: Baixadas de Energia Elétrica, Compatibilidade Urbanística (usos mistos e/ou compatíveis)	
2.4.3.1.1.	Pela apreciação do pedido	162,11
2.4.3.1.2.	Pela emissão da declaração autenticada	42,40

Nota: Este Item aplica-se por analogia a autorizações esporádicas para ligações de energia elétrica a roulettes e outros equipamentos cuja atividade seja permitida temporariamente e/ou de forma sazonal

	Unid.: €		Unid.: €	
2.4.3.2.	Declarações relativas a: Alterações cadastrais, Direito de preferência, Localização em ARU e/ou Centro Histórico			
2.4.3.2.1.	Pela apreciação do pedido	74,55		
2.4.3.2.2.	Pela emissão da declaração autenticada	42,40		
2.4.3.3.	Declaração sobre Benefícios fiscais - Nível de conservação /Ação de reabilitação - Parecer Prévio e/ou Final			
2.4.3.3.1.	Pela submissão do pedido	18,05		
2.4.3.3.2.	Pela inspeção técnica no local - acresce o valor da respetiva vistoria, referida no Capítulo III, consoante for o caso		Capítulo III, Secção I	
2.4.3.3.3.	Pela emissão da declaração autenticada	42,40		
2.4.3.4.	Declaração sobre Isenção de Alvará de utilização e respetivo enquadramento legal			
2.4.3.4.1.	Pela apreciação do pedido	114,92		
2.4.3.4.2.	Pela emissão da declaração autenticada	42,40		
2.4.3.5.	Declaração - Registo Ficha Técnica Habitação (FHT) ou sua inexistência - pela emissão da declaração	42,40		
2.4.3.6.	Declaração de verificação/correção de distâncias, áreas e/ou outros índices urbanísticos			
2.4.3.6.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e medições	114,92		
2.4.3.6.2.	Pela emissão da declaração autenticada	42,40		
<i>Nota: Nos Itens 2.4.3.1. a 2.4.3.6., será concedido um incentivo de 50% a aplicar sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão.</i>				
2.4.4.	Pedido de emissão de certidões - no ato de formalização do pedido, por cada uma			
2.4.4.1.	Certidão de dispensa da Licença de Utilização - prédios anteriores a 1951 e/ou 1970			
2.4.4.1.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de requisitos	114,92		
2.4.4.1.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
<i>Nota: A taxa prevista para as certidões de prédios anteriores a 1951, deverá também ser aplicada às situações previstas no Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de abril, quando se localizem fora do perímetro urbano e aos imóveis construídos por organismos do Estado e/ou outros que se enquadrem em situações específicas cujo enquadramento legal, à data da sua construção, dispensava a emissão de licença de utilização e/ou a sujeição a licenciamento.</i>				
2.4.4.2.	Certidão de Viabilidade construtiva - para efeitos do CIMI			
2.4.4.2.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de requisitos	205,81		
2.4.4.2.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
2.4.4.3.	Certidão de reconhecimento de Benefícios Fiscais			
2.4.4.3.1.	Pela entrada do pedido	18,05		
2.4.4.3.2.	Pela inspeção técnica no local - acresce o valor da respetiva vistoria, conforme especificada no Capítulo III, Secção I		Capítulo III, Secção I	
2.4.4.3.3.	Pela emissão da certidão	48,54		
2.4.4.4.	Certidão (Artigo 6º, n.º 4 e 5, do RJUE) - Destaque de parcela, com descrição predial que se situe dentro ou fora de perímetro urbano			
2.4.4.4.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de requisitos	173,45		
2.4.4.4.2.	Emissão da certidão	87,77		
2.4.4.5.	Certidões comprovativas RJUE (Artigo 35º, n.º 6 e Artigo 13º, n.º 12) - Entrega de comunicação prévia e/ou Promoção de consultas	87,77		
2.4.4.6.	Certidão comprovativa (Artigo 66º, n.º 3, do RJUE) - Constituição de Propriedade Horizontal (PH) ou equivalente (unidades independentes)			
2.4.4.6.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de requisitos	114,92		
2.4.4.6.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
2.4.4.7.	Certidão comprovativa (Artigo 49º, n.º 2 e 3, do RJUE) - Obras de Urbanização - Receção Provisória e/ou Conclusão:			
2.4.4.7.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e inspeção para verificação de requisitos	195,82		
2.4.4.7.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
2.4.4.8.	Certidão comprovativa (Artigo 49º, n.º 2, do RJUE) - Infraestruturas - Caução			
2.4.4.8.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de requisitos	92,71		
2.4.4.8.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
2.4.4.9.	Certidões comprovativas de: Alteração de Freguesia, Cedência de terreno/propriedade ao Domínio Público Municipal, Toponímia:			
2.4.4.9.1.	Pela entrada do pedido	18,05		
2.4.4.9.2.	Pela apreciação e verificação de requisitos	56,50		
2.4.4.9.3.	Pela emissão da certidão	8,53		
<i>Nota: a) Quando a certidão de toponímia decorra de alterações toponímicas recentes que não se enquadrem no registo de loteamentos e/ou seja fundamentado pelos serviços competentes que pode ser emitida oficiosamente, não se aplica a taxa prevista no Ponto 2.4.4.9.2. supra.</i>				
<i>b) Sempre que a cedência para domínio público decorra de uma imposição municipal, à certidão a emitir oficiosamente, também não se aplicam as taxas previstas no Ponto 2.4.4.9.2. supra.</i>				
<i>c) À reunião de freguesias e/ou outras situações previstas legalmente, em que se verifique não carecerem de certificação, não é aplicável a taxa prevista no ponto 2.4.4.9.2. supra.</i>				
2.4.4.10.	Certidão comprovativa - de Inexistência de edificação no local/Demolição ou de Edifício em Ruínas:			
2.4.4.10.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação no local	114,92		
2.4.4.10.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
2.4.4.11.	Certidão confirmativas de: Confrontantes, Compropriedade ou aumento n.º de compartes, Cancelamento de Clausula de reversão:			
2.4.4.11.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de requisitos	74,55		
2.4.4.11.2.	Pela emissão da certidão	8,53		
2.4.4.12.	Certidão de verificação/correção de distâncias, áreas e/ou outros índices urbanísticos:			
2.4.4.12.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e verificação de índices e medições	114,92		
2.4.4.12.2.	Pela emissão da certidão	87,77		
2.4.4.13.	Certidão Negativa - Urbanismo:			
2.4.4.13.1.	Pela entrada do pedido - apreciação e buscas	74,55		
2.4.4.13.2.	Ao valor da certificação, acresce o valor das buscas efetuadas	8,53	+ buscas	
<i>Nota: Nos Itens 2.4.4.1. a 2.4.4.13., será concedido um incentivo de 50% sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão.</i>				
2.4.5.	Atos de natureza administrativa - Urbanismo:			
2.4.5.1.	Atos administrativos previstos nos Artigos 15º e 45º do regulamento - aplicam-se a todos os procedimentos dos Capítulos II a V, sempre que o facto tributável não se encontre expressamente considerado na tabela:			
2.4.5.1.1.	Pela apreciação/reapreciação e verificação de requisitos na entrada de qualquer pedido/comunicação/submissão - sempre que não esteja expressamente indicado um valor para o procedimento em causa	74,55		
2.4.5.1.2.	Pelo aperfeiçoamento dos pedidos/comunicações/submissões, devido a instrução insuficiente ou inexplícita - acresce, por cada apresentação de elementos instrutórios previstos legal e/ou regulamentarmente			
2.4.5.1.2.1.	Aperfeiçoamento único - pela entrega de elementos instrutórios corrigidos ou em falta	41,67		
2.4.5.1.2.2.	Aperfeiçoamentos excepcionais, no âmbito do mesmo pedido/comunicação/submissão (todos os aperfeiçoamentos posteriores ao primeiro) - por cada entrega de elementos instrutórios	62,53		
2.4.5.1.3.	Pelas Consultas externas - caso sejam promovidas consultas a entidades externas pelos serviços municipais, em substituição do particular, no âmbito de qualquer pedido/comunicação/submissão - acresce:			
2.4.5.1.3.1.	Consultas no Portal SIRJUE (Artigo 13º, do RJUE) independentemente do número de entidades a consultar - taxa única	41,67		
2.4.5.1.3.2.	Consultas por entidade externa noutros âmbitos - Por cada entidade	28,15		
2.4.5.1.4.	Pela emissão dos títulos ou documentos equivalentes e seus averbamentos - sempre que não esteja expressamente indicado um valor para o procedimento em causa	42,40		
2.4.5.2.	Outros atos de natureza administrativa, não previstos nos pontos anteriores, aplicam-se a todos os procedimentos dos Capítulos II a V, sempre que o facto tributável não se encontre expressamente considerado na tabela			
2.4.5.2.1.	Substituições de titular e/ou de técnicos nos processos (averbamentos previstos no n.º 9, do Artigo 9º, do RJUE) - por cada averbamento	44,43		
2.4.5.2.2.	FTH - Ficha Técnica de Habitação			
2.4.5.2.2.1.	Depósito de exemplar - por cada fogo	31,22		
2.4.5.2.2.2.	Emissão de 2ª via - por cada fogo	36,42		
2.4.5.2.3.	Pela emissão de declaração autenticada respeitante ao pedido	42,40		
2.4.5.2.4.	Pela emissão de certidão, respeitante ao pedido	87,77		
2.4.5.2.5.	Buscas de documentos (inclui os decorrentes de pedidos feitos por email) - Por ato			
2.4.5.2.5.1.	Manuais	8,12		
2.4.5.2.5.2.	Informatizadas	5,46		
<i>Nota: a) Solicitações por email - encontram-se sujeitos a todas as taxas aplicáveis ao assunto ou procedimento em causa, incluindo as taxas previstas nos Pontos 2.4.1. (direito à informação) e 2.4.5.2.5.1 a 2.4.5.2.5.2 (Buscas - efetuadas pelos serviços para verificação da existência ou não de FTH, Telas finais, alvarás de utilização, etc) consoante for o caso;</i>				
<i>b) Sempre que se verifique a necessidade de mais do que um aperfeiçoamento, no âmbito do mesmo pedido/comunicação/submissão, por não falta de apresentação dos elementos instrutórios previstos legal ou regulamentarmente, a taxa prevista no Ponto 2.4.5.1.2.1. sofrerá um agravamento de 50%;</i>				
<i>c) Nos Itens 2.4.5.1.1., 2.4.5.1.4. e todos do 2.4.5.2., será concedido um incentivo de 50% a aplicar sobre os respetivos valores nas zonas ARU, ficando isentas dos mesmos as operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES e as AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão;</i>				
<i>d) As operações urbanísticas abrangidas pelo programa PARES, inseridas em ARUS ou em AUGIS com procedimento de divisão de coisa comum em fase de conclusão, estão abrangidas por isenções e reduções referentes às taxas de submissão, apreciação, promoção de consultas a entidades externas e/ou emissões de títulos, entre outras devidamente identificadas nesta tabela de taxas, com exceção das taxas de aperfeiçoamento, consultas externas e prorrogações de prazo;</i>				
<i>e) As taxas relativas à emissão de títulos, apreciação/reapreciação, comunicação/submissão de processos, aperfeiçoamentos, prorrogações e averbamentos são pagas no ato de formalização do registo de entrada.</i>				
3. CAPÍTULO III - VISTORIAS, INSPEÇÕES TÉCNICAS E OUTRAS DILIGÊNCIAS EXTERNAS				
3.1. Secção I - Vistorias e Inspeções Técnicas				
3.1.1. Vistorias, verificações e inspeções técnicas				
3.1.1.1. Vistorias e/ou Inspeções Técnicas (inclui as deslocações dos técnicos municipais - ver nota a))				
3.1.1.1.1. Para autorizações de utilização, constituição da propriedade horizontal, verificação de anomalias na construção, determinação do coeficiente de conservação do imóvel (vistoria prévia e/ou final da ação de reabilitação - benefícios fiscais)				
3.1.1.1.1.1. Um fogo e respetivas áreas brutas dependentes				125,02
3.1.1.1.1.2. Por cada fogo a mais				11,76
3.1.1.1.1.3. Para qualquer edificação não habitacional - Por m2				0,68
3.1.1.1.2. Para efeitos do Regulamento Geral de Edificações Urbanas - Artigo 12º, do RGEU				66,12
3.1.1.1.3. Para efeitos do Artigo 89º e 90º, do RJUE				125,02
3.1.1.2. Vistorias para verificação de execução de quaisquer obras de infraestruturas urbanísticas:				
3.1.1.2.1. Para receção provisória de obras de urbanização - um hectare ou fração de área de intervenção licenciada ou autorizada pelo alvará de loteamento ou de obras de urbanização				645,27
3.1.1.2.2. Por cada hectare ou fração a mais				129,07
3.1.1.2.3. Para receção definitiva de obras de urbanização ou para verificação do estado das obras de urbanização para efeitos de licenciamento ou comunicação prévia de edificação - 50% das Taxas previstas nos Pontos 3.1.1.2.1. e 3.1.1.2.2				50% - Pontos 3.1.1.2.1 e 3.1.1.2.2

		Unid.: €
3.1.1.3.	Quaisquer vistorias não previstas nos números anteriores, bem como vistorias extraordinárias para verificação de execução de obras impostas	165,86
3.1.1.4.	Inspeções Técnicas - Ascensores, escadas mecânicas e tapetes rolantes (Decreto-Lei n.º 320/02, de 28 de dezembro) - Por procedimento e por cada instalação	
3.1.1.4.1.	Inspeções periódicas (Artigo 7º, n.º 1, alínea a))	157,12
3.1.1.4.2.	Inquéritos a acidentes (Artigo 7º, n.º 1, alínea c))	187,39
3.1.1.4.3.	Inspeções extraordinárias (Artigo 7º, n.º 1, alínea b))	131,62
3.1.1.4.4.	Selagem das instalações (Artigo 11º)	187,39
3.1.1.4.5.	Pedido de emissão de parecer	131,62
3.1.1.4.6.	Pedido excepcional de prorrogação de prazo	131,62
3.1.1.4.7.	Reinspeções (Artigo 7º, n.º 1, alínea a))	157,12
3.1.1.5.	Verificações topográficas de alinhamentos e cota de soleira - confirmação de implantação da obra	154,88

Nota: a) Os custos de deslocações ou certificações de peritos, entidades e/ou empresas externas serão suportados pelo requerente.

b) O pagamento das taxas de vistorias e inspeções técnicas é efetuado, simultaneamente, com a apresentação do pedido a que respeitam.

c) Nos Pontos 3.1.1.1., 3.1.1.2., 3.1.1.3., 3.1.1.5 e nas zonas ARU, será concedido um incentivo de 50% sobre os respetivos valores.

3.2. Secção II - Ocupação do Espaço Público por Motivo de Obras		
3.2.1.	Pedido e/ou comunicação de ocupação do espaço público para execução de obras	
3.2.1.1.	Pela submissão do pedido/comunicação	28,25
3.2.1.2.	Em espaços concessionados a terceiros	Taxa no âmbito contrato concessão
3.2.1.3.	Pela ocupação do espaço público (a), b) e c)) - Por dia/m2:	
3.2.1.3.1.	Ocupação de espaço público com implantação de andaimes, com resguardos e/ou tapumes	0,10
3.2.1.3.2.	Outras ocupações, incluindo a área de proteção a delimitar no espaço público, na projeção da área a utilizar pelos baileos e outros equipamentos similares	0,10
3.2.1.4.	Com implantação de guias, guindastes ou outros equipamentos colocados no espaço público ou que se projetem sobre o espaço público - Por cada equipamento/por mês	156,08
3.2.1.5.	Com depósitos ou contentores de entulhos - Por cada equipamento/por mês	104,05
3.2.1.6.	Abertura e fechamento de valas na via pública ou outros espaços públicos, bem como a sua ocupação para o mesmo fim com qualquer meio fixo que impossibilite ou limite a utilização - por dia ou fração/por metro linear	3,12

Nota: a) As taxas previstas nesta secção 3.2., serão cobradas no momento da entrada do pedido, sendo aferidas posteriormente no âmbito da apreciação técnica e fiscalização.

b) A taxa de ocupação de espaço público constante do item 3.2.1.3. acresce a taxa dos meios ou equipamentos a implementar (Pontos 3.2.1.4. a 3.2.1.6.).

c) A taxa de ocupação do espaço público será liquidada por períodos mínimos de 10 dias.

d) As taxas dos itens 3.2.1.3. a 3.2.1.6. são liquidadas pelos respetivos valores por m2 a toda a superfície ocupada, podendo ser reduzidas a metade quando, no pedido, seja demonstrado que a via pública a ocupar manterá um perfil transversal livre de 7 metros de faixa de rodagem e ficarão garantidas, ainda que por galeria, as mesmas condições de circulação pedonal ou, pelo menos, 1,20m de largura livre sem obstáculos para esse efeito (Ver Regulamento).

e) Nas Área de Reabilitação Urbana (ARU) estão isentos de pagamento das taxas da presente secção nos 2 primeiros meses nos trabalhos isentos de controlo prévio e até ao termo do respetivo alvará nas obras com controlo prévio a decorrer.

f) A taxa de ocupação do espaço público será agravada num coeficiente de 1,5 sempre que for prorrogado o prazo inicialmente autorizado (0,15€/m2/dia)

g) A taxa constante do Ponto 3.2.1.1. será isentada nas zonas ARU.

h) A taxa constante dos Pontos 3.2.1.3.1., 3.2.1.3.2., 3.2.1.4., 3.2.1.5. e 3.2.1.6. será isenta no prazo em vigor no título, nas zonas ARU.

4. CAPÍTULO IV - OCUPAÇÃO DE VIA PÚBLICA E PUBLICIDADE

4.1. Secção I - Ocupação de Espaço Público com Mobiliário Urbano e Publicidade		
4.1.1.	Registo de mera comunicação prévia, submissão de autorização e de licença:	
4.1.1.1.	Mera comunicação prévia (Decreto-Lei 48/2011 - Artigos 10º e 12º)	
4.1.1.1.1.	Registo de mera comunicação prévia, bem como de modificação / atualização de dados - no BdE (AMA)	11,50
4.1.1.1.2.	Registo de mera comunicação prévia, bem como de modificação / atualização de dados - com atendimento mediado	17,27
4.1.1.2.	Autorização e/ou Licença (Decreto-Lei 48/2011 - Artigos 12º, n.º 4 e 5)	
4.1.1.2.1.	Submissão pedido de Autorização - no BdE (AMA)	62,22
4.1.1.2.2.	Submissão pedido de autorização e/ou licença - com atendimento mediado	93,33
4.1.1.3.	Caso o pedido careça de aperfeiçoamento, acresce - Por cada apresentação de elementos	17,27
4.1.1.4.	Pela emissão do título de Licença para OVP e/ou Publicidade	42,40
4.1.1.5.	Comunicação de cessação (Decreto-Lei 48/2011 - Artigos 10º, n.º 2)	Isento
4.1.2.	Ocupação da Via Pública (OVP)	
4.1.2.1.	Ocupação do espaço público com mobiliário urbano - por unidade - m2 ou fração / mês	
4.1.2.1.1.	Toldos - pelo limite exterior da projeção no solo	1,14
4.1.2.1.2.	Alpendres ou palas, fixos ou articulados	0,73
4.1.2.1.3.	Sanefas de toldos ou alpendres	0,36
4.1.2.1.4.	Esplanadas	
4.1.2.1.4.1.	Abertas	3,17
4.1.2.1.4.2.	Sobre estrada	4,11
4.1.2.1.4.3.	Sobre estrada, nas situações previstas no Artigo 29º, do RPOVP	3,64
4.1.2.1.4.4.	Fechadas	5,98
4.1.2.1.5.	Guarda-ventos - ml ou fração / mês	3,02
4.1.2.1.6.	Vitrinas e/ou expositores	5,88
4.1.2.1.7.	Arcas e/ou máquinas de gelados	5,88

		Unid.: €
4.1.2.1.8.	Brinquedo mecânico e/ou equipamentos similares	5,88
4.1.2.1.9.	Floreiras	2,91
4.1.2.1.10.	Contentores para resíduos - cada unidade/mês	
4.1.2.1.10.1.	Capacidade - 30 lts	1,46
4.1.2.1.10.2.	Capacidade - 130 lts	5,93
4.1.2.2.	Ocupação do espaço público com suportes publicitários - por unidade - m2 ou fração/ mês	
4.1.2.2.1.	Fixo ao solo (outdoors, mupis e outros)	1,51
4.1.2.2.2.	Apoiado no solo	1,04
4.1.2.2.3.	Quando afixada em fachada, empena e/ou elemento do edifício (chapas, placas, tabuletas e/ou afins) e sempre que o seu balanço sobre o espaço público seja superior a 0,15m - m3 ou fração/ mês	1,51
4.1.2.2.4.	Em espaço aéreo (bandeirolas, faixas, pendões e/ou semelhantes)	1,56
4.1.2.2.5.	Quiosques multimédia e outros blocos informatizados de informação comercial	5,93

Nota: a) As taxas previstas neste item 4.1.2, são calculadas em m2 ou m3 consoante o tipo do suporte (largura x profundidade (área projetada no solo) x altura do suporte publicitário).

4.1.2.3.	Ocupação da via pública com unidades móveis (Atividades Económicas não sedentárias e/ou fins publicitários) - por unidade - m2 ou fração	
4.1.2.3.1.	Dia ou fração	3,64
4.1.2.3.2.	Semana ou fração, ocupação por período superior a um dia	23,62
4.1.2.3.3.	Mês ou fração, ocupação por período superior a uma semana	85,11
4.1.2.3.4.	Semestral, ocupação pelo período de 6 meses - redução de 10%	510,16
4.1.2.4.	Outras ocupações não especialmente previstas - por unidade - m2 ou fração	
4.1.2.4.1.	Dia ou fração	3,64
4.1.2.4.2.	Semana ou fração, ocupação por período superior a um dia	23,62
4.1.2.4.3.	Mês ou fração, ocupação por período superior a uma semana	85,11
4.1.2.4.4.	Semestral, ocupação pelo período de 6 meses - redução de 10%	510,16
4.1.2.5.	Colocação de assadores, fogareiros ou similares - por unidade - m2 ou fração de área ocupada/ano	881,51
4.1.2.5.1.	Dia ou fração	2,34
4.1.2.5.2.	Semana ou fração, ocupação por período superior a um dia	16,34
4.1.2.5.3.	Mês ou fração, ocupação por período superior a uma semana	70,23

Nota: a) As taxas previstas nesta Secção, serão cobradas no momento da entrada do pedido, de acordo com os elementos fornecidos pelo particular, sendo aferidas posteriormente no âmbito da apreciação técnica e fiscalização.

b) A todas as taxas de OVP, previstas na presente Secção, acresce o valor da publicidade, quando aplicável.

c) A taxa de ocupação do espaço público será liquidada por períodos mínimos de 30 dias (mês), exceto quando for especificamente referida outra unidade de medida.

4.2. Secção II - Outras Ocupações de Espaço de Domínio Público		
4.2.1.	Divertimentos públicos:	
4.2.1.1.	Carrosséis, circos, pistas de automóveis e outras instalações provisórias para divertimento público - Por m2 ou fração:	
4.2.1.1.1.	Por dia	1,14
4.2.1.1.2.	Por semana	4,53
4.2.1.1.3.	Por mês	11,65
4.2.2.	Outras ocupações à superfície - por unidade - m2 ou fração/mês	
4.2.2.1.	Quiosques, cabinas, pavilhões e outras instalações removíveis para exercício de atividades comerciais, turísticas, recreativas ou industriais	11,65
4.2.2.2.	Stands e equipamentos de apoio para promoção e vendas	28,72
4.2.2.3.	Unidades amovíveis de venda de gelados, de bebidas, de jornais e revistas, de tabaco, de roupa, assadores de castanhas e outras de recreio ou de sorteio de brindes	5,93
4.2.3.	Utilização do espaço aéreo sobre a via pública - por unidade - metro linear e/ou m2 / mês:	
4.2.3.1.	Por antenas, fios e cabos elétricos ou ocupação no solo (inclui os postes e marcos de suporte)	0,68
4.2.3.2.	Fitas e panos de publicidade	9,16
4.2.3.3.	Passarelas aéreas, autoescadas/elevadores e semelhantes - Por m2 de projeção sobre o solo / mês	9,16
4.2.3.4.	Antenas parabólicas exteriores aos prédios - Por unidade / ano	10,93
4.2.3.5.	Caixas de climatização, exteriores aos prédios - Por unidade / ano	70,60
4.2.3.6.	Tubagens e condutas de ar, de gases, de fumos	1,87
4.2.4.	Utilização do solo e do subsolo público:	
4.2.4.1.	Construções e instalações temporárias - Por m3 / mês	4,68
4.2.4.2.	Instalações permanentes para exercício de atividades comerciais, turísticas, recreativas ou industriais - Por m3 / ano	107,17
4.2.4.3.	Postos de transformação, cabinas elétricas e semelhantes - Por m3 / ano	10,93
4.2.4.4.	Depósitos de carburantes - Por cada 10 m3 de capacidade / ano	72,78
4.2.4.4.1.	À superfície	127,10
4.2.4.4.2.	No subsolo	72,78
4.2.4.5.	Galerias permanentes construídas para condutas de gás, água, eletricidade e afins - Por cada 100 m e por ano	1,35
4.2.4.6.	Tubagem enterrada para condução de produtos líquidos, gasosos ou liquefeitos ou lançamento de outras condutas - Por cada 100 m e por ano	2,60
4.2.4.7.	Unidades de aspiração de viaturas fora de instalações abastecedoras - Por cada uma / ano	117,58
4.2.4.8.	Depósitos de combustíveis carburantes, água e outros - Por m2/mês	9,16
4.2.4.9.	Tubagem enterrada para captação de recursos hídricos - Por metro linear/ ano	2,60
4.2.5.	Paragens e ocupações ocasionais:	
4.2.5.1.	Espaços de paragem, para venda de pão, produtos agrícolas e/ou hortícolas sobre viaturas licenciadas - Por viatura e por m2/mês	44,74
4.2.5.2.	Ocupações ocasionais para venda de árvores, flores e artigos alusivos a épocas festivas e/ou venda ambulante - por períodos não excedentes a 1 mês / por unidade / m2	53,65

	Unid.: €
4.2.5.3.	Ocupações ocasionais, para promoção publicitária e/ou exposição de veículos, equipamentos e/ou produtos específicos
4.2.5.3.1.	Por períodos não excedentes a 1 mês - por unidade / m2 44,74
4.2.5.3.2.	Por períodos não excedentes a 1 semana - por unidade / m2 11,45
4.2.6.	Taxa de transferência de quiosques 2224,59

Nota: As taxas previstas nesta Secção, serão cobradas no momento da entrada do pedido, de acordo com as informações prestadas pelo particular, sendo aferidas posteriormente no âmbito da apreciação técnica e fiscalização.

4.3. Secção III – Publicidade

	Unid.: €
4.3.1.	Publicidade
4.3.1.1.	Afixação de placas de proibição de afixação de anúncios Isento
4.3.1.2.	Afixação, projeção e/ou inscrição de mensagens publicitárias - por m2 ou fração / mês
4.3.1.2.1.	Mensagem publicitária em mobiliário urbano 2,81
4.3.1.2.2.	Mensagem publicitária em chapas, placas, tabuletas, letras soltas e/ou símbolos 1,56
4.3.1.2.3.	Mensagem publicitária em equipamento afeto a outros usos e com espaço próprio reservado para o efeito (abrigo para utentes de transportes coletivos, sanitários, termómetros, prumos de relógio e afins) 5,98
4.3.1.2.3.1.	Com contrapartida para o município no âmbito de contratos de concessão de interesse público - m2/ano 18,73
4.3.1.2.4.	Mensagem publicitária em anúncios luminosos ou iluminados
4.3.1.2.4.1.	Tipo elétrico e semelhantes, bem como frisos autónomos 2,03
4.3.1.2.4.2.	Tipo eletrónico e/ou computadorizado e semelhantes 5,98
4.3.1.2.5.	Mensagem publicitária em estrutura própria, mupis e suportes publicitários de grande dimensão (outdoors) 3,75
4.3.1.2.5.1.	Com contrapartida para o município no âmbito de contratos de concessão de interesse público - m2/ano 1,87
4.3.1.2.6.	Mensagem publicitária em cartazes, películas aderentes e semelhantes 1,98
4.3.1.2.7.	Mensagem publicitária em bandeirolas, faixas, telas, pendões e/ou semelhantes - por unidade / m2
4.3.1.2.7.1.	Por semana 1,09
4.3.1.2.7.2.	Por mês 4,37
4.3.1.2.8.	Mensagem publicitária em caveletes - por unidade / m2
4.3.1.2.8.1.	Por semana 1,09
4.3.1.2.8.2.	Por mês 4,37
4.3.1.2.9.	Mensagens publicitárias aéreas, balões suspensos e afins - unidade / dia 29,76
4.3.1.2.10.	Afixação ou inscrição mensagem publicitária em sinalização direcional económica - por unidade / ano
4.3.1.2.10.1.	Até 2 placas direcionais 176,36
4.3.1.2.10.2.	Com mais de 2 placas direcionais 264,55
4.3.1.2.11.	Quiosques multimédia (que utilizem texto e ou imagem e ou voz) - por unidade / ano 59,83
4.3.1.3.	Publicidade sobre viaturas - mensagens publicitárias de natureza comercial relativas à atividade económica de terceiros, em veículos aéreos e/ou terrestres, unidades móveis, reboques e similares, incluindo transportes públicos - por cada veículo/m2
4.3.1.3.1.	Transporte coletivo adstrito a carreiras urbanas - por mês 14,72
4.3.1.3.2.	Sobre outras viaturas ou veículos - por mês 5,93
4.3.1.3.3.	Exibida transitoriamente, através de viatura ou qualquer outro meio - por dia 58,79
4.3.1.4.	Mensagens publicitárias sonoras, emissão sonora para a via pública de programas de rádio, televisão e afins (a) - por cada unidade / dia 35,32
4.3.1.5.	Campanha publicitária de rua, distribuição de impressos, folhetos ou de produtos, sem instalação de equipamentos de apoio no espaço público (b) - por distribuidor / dia 70,60

Nota: a) As emissões sonoras devem fazer-se com respeito pelos limites de ruído estabelecidos legalmente, sob pena de incursão em contraordenação punida com coima.

b) Caso a campanha de distribuição de impressos/folhetos ou de produtos implicar a ocupação do espaço público com equipamentos de apoio, acrescem as taxas de OVP.

c) Quando a afixação de anúncios esteja sujeita aos regimes de comunicação prévia, o titular deve assegurar a existência de seguro de responsabilidade civil, sendo o mesmo responsável por todos e quaisquer danos emergentes da instalação e manutenção dos suportes publicitários.

d) As taxas previstas nesta Secção, serão cobradas no momento da entrada do pedido, de acordo com as informações prestadas pelo particular, sendo aferidas posteriormente no âmbito da apreciação técnica e fiscalização.

e) No âmbito da adesão do Município ao cartão jovem municipal, encontra-se prevista neste regulamento a redução de 20% do montante das taxas devidas pela Ocupação de via pública e publicidade, desde que se relacionem com estabelecimentos e/ou atividades a ser exploradas pelo jovem aderente, nos termos estipulados no artigo 7º, n.º 9, do Regulamento.

5. CAPÍTULO V – TRÂNSITO, ESTACIONAMENTO E CIRCULAÇÃO

5.1.	Ocupação de via pública para efeitos de estacionamento em zonas tarifadas:
5.1.1.	Estacionamento tarifado - Conforme as tarifas especificadas no Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal (Aplicável tanto nas áreas concessionadas como de gestão municipal):
5.1.1.1.	Cidade de Setúbal: Conforme as tarifas especificadas no Regulamento Municipal de Estacionamento Público Tarifado e de Duração Limitada no Concelho de Setúbal em vigor (Aplicável tanto nas áreas concessionadas como de gestão municipal)
5.1.1.2.	Figueirinha: Conforme as tarifas especificadas no Regulamento específico de zonas de estacionamento controlado na praia da Figueirinha - Aviso n.º 9404 - A/2018, de 11 de julho, do Diário da República n.º 132 - 2.ª Série)
5.2.	Ocupação de via pública para efeitos de estacionamento - Zonas não tarifadas:
5.2.1.	Autorização anual de cargas e descargas de mercadorias nos locais assinalados (inclui emissão de Cartão Anual):

	Unid.: €
5.2.1.1.	Submissão do pedido de autorização/licença (anual) 28,25
5.2.1.2.	Emissão da Autorização anual de cargas e descargas de mercadorias nos locais assinalados (inclui emissão de Cartão Anual):
5.2.1.2.1.	Em horário condicionado 22,58
5.2.1.2.2.	Sem condicionamento de horário 89,74
5.3.	Ocupação de via pública para efeitos de estacionamento com reserva de uso privativo:
5.3.1.	Para uso pessoal e individualizado (com adicional de reserva com matrícula) 1345,31
5.3.2.	Para uso por empresas e grupos afins (estabelecimentos hoteleiros, bancários e outras explorações privadas) 1494,73
5.3.3.	Para uso de entidades prestadoras de serviços de saúde/veículos de emergência e escolas de condução/veículos de ensino. 747,39
5.3.4.	Para instalação de posto de carregamento de baterias de veículos elétricos - por posto (2 tomadas, 2 lugares de estacionamento) 437,01
5.4.	Condicionamento temporário de circulação na via pública (operações de mudanças, pinturas de edifícios outras) - válido para a data que respeita
5.4.1.	Submissão do pedido de autorização (pode incluir várias operações agendadas) 28,25
5.4.2.	Condicionamento temporário de trânsito (por troço de via e/ou operação) 35,38
5.4.3.	Alteração de data/local do condicionamento temporário de trânsito - por pedido 21,33
5.4.4.	Registo da empresa na base de dados municipal (opcional) - anual 17,27

Nota: a) As taxas constantes no Ponto 5.4. referem-se às operações de mudanças, por solicitação de particulares, realizadas por entidades/empresas licenciadas para o efeito e com duração igual ou inferior a 1 dia.
b) As taxas previstas nesta Secção, serão cobradas no momento da entrada do pedido, de acordo com as informações prestadas pelo particular, sendo aferidas posteriormente no âmbito da apreciação técnica e fiscalização.

5.5.	Remoção e depósito de veículos - Por viatura:
5.5.1.	Reboque para depósito de veículos abandonados na via pública:
5.5.1.1.	Automóveis ligeiros 80,43
5.5.1.2.	Automóveis pesados 311,53
5.5.1.3.	Outros veículos conforme Código da Estrada 80,43
5.5.2.	Guarda em depósito municipal - Por cada dia até ao limite de 60 dias:
5.5.2.1.	Automóveis ligeiros 4,68
5.5.2.2.	Automóveis pesados 9,21
5.5.2.3.	Outros veículos conforme Código da Estrada 4,68

Nota: No caso de remoção e guarda em depósito de veículos a solicitação de autoridade policial, as taxas aplicáveis são as que vigorarem para as autoridades policiais.

5.6.	Licenças de transporte público de aluguer de veículos automóveis ligeiros de passageiros - táxis e afins
5.6.1.	Emissão 606,92
5.6.2.	Renovação ou substituição 60,82
5.6.3.	Averbamento 121,43
5.6.4.	2.ª via 182,19
5.7.	Estacionamento no Parque TIR de viaturas pesadas - de acordo com o Regulamento Municipal de funcionamento do Parque de Estacionamento de Veículos Pesados (Aviso n.º 824/2018, de 15 de janeiro, do Diário da República n.º 10 - 2.ª Série)
5.7.1.	Por cada dia de utilização por viatura 2,71
5.7.2.	Por cada mês de utilização por viatura 53,33
5.8.	Pedido de informação sobre sinalização existente (por troço de via e/ou cruzamento):
5.8.1.	Sem emissão de Certidão 18,05
5.8.2.	Com emissão de Certidão 42,40
5.9.	Atribuição de estacionamento de pessoas com deficiência Gratuito

6. CAPÍTULO VI – AMBIENTE

6.1.	Secção I - Profilaxia Sanitária
6.1.1.	Concursos e exposições de animais - Licenciamento (não inclui animais suscetíveis de abate para consumo) (acumula com a taxa de vistoria hígio-sanitária do recinto) 224,49
6.1.2.	Canil/Gatil Municipal
6.1.2.1.	Captura de animais errantes na via pública:
6.1.2.1.1.	Captura de cães e gatos na via pública 37,04
6.1.2.1.2.	Captura de outros animais errantes com peso inferior a 100 kg 20,81
6.1.2.1.3.	Captura de outros animais errantes com peso superior a 100 kg 104,05
6.1.2.2.	Alojamento e alimentação - Por animal e por dia:
6.1.2.2.1.	Na sequência de captura na via pública 5,41
6.1.2.2.2.	Sequestro sanitário - 15 dias 74,81
6.1.2.3.	Eutanásia de animais - por animal 44,74
6.1.2.4.	Entrega de animais por particulares no Canil/Gatil:
6.1.2.4.1.	Animal (cão ou gato) adulto Gratuito
6.1.2.4.2.	Ninhada (com menos de 4 meses) Gratuito
6.1.2.4.3.	Cadáveres (Cães e gatos)
6.1.2.4.3.1.	Cão de pequeno porte ou gato, até 10 kg 10,41
6.1.2.4.3.2.	Cão de porte médio, de 10 a 30 kg 26,01
6.1.2.4.3.3.	Cão de grande porte, mais de 30 kg 52,03
6.1.2.5.	Recolhas ao domicílio - por animal:
6.1.2.5.1.	Recolha de animais 11,29
6.1.2.5.2.	Recolha de cadáveres 5,62
6.1.2.5.3.	Recolha de animais de grande porte 56,03
6.1.2.6.	Identificação eletrónica por animal:
6.1.2.6.1.	Custo de colocação do identificador eletrónico 13,53
6.1.2.7.	Desparasitação 10,41
6.1.2.8.	Assistência de primeiros socorros 26,01
6.1.2.9.	Esterilização de animais capturados na via pública de forma reincidente
6.1.2.9.1.	Canídeo macho 26,01
6.1.2.9.2.	Canídeo fêmea 41,62

	Unid.: €
6.2. Secção II – Arranque e Plantação de Árvores	
6.2.1. Instrução e decisão do procedimento para arranque - Taxa única	147,23
6.2.2. Plantação em maciço quando de espécies condicionadas (licenciamento) - Por cada hectare	37,46
6.3. Secção III - Hortas Urbanas	
6.3.1. Ocupação de parcela para cultivo - Por mês	7,80
6.4. Secção IV - Plantas Ornamentais	
6.4.1. Aluguer de plantas ornamentais sem transporte (por vaso/dia)	
6.4.1.1. Vaso com diâmetro até 24 cm	5,20
6.4.1.2. Vaso com diâmetro de 25 cm a 30 cm	10,41
6.4.1.3. Vaso com diâmetro superior a 30 cm	15,61

Nota: Pretende-se com esta taxa regular os empréstimos de plantas ornamentais, garantindo uma utilização racional de meios disponíveis.

6.5. Secção V – Resíduos	
6.5.1. Remoção de resíduos de construção e demolição - Por m ³ (designadamente em "Big Bags")	23,04
6.5.2. Remoção de monos e resíduos verdes - Por tonelada	26,01
6.5.3. Recolha e deposição a destino final de resíduos sólidos urbanos - particulares e eventos (por contentor/dia):	
6.5.3.1. Contentores de 120 ou 240 litros	7,75
6.5.3.2. Contentores de 800 ou 1100 litros	23,20
6.5.4. Limpeza urbana: Limpeza de Espaços Particulares e Apoio a Eventos (exclui interiores e sanitários)	
6.5.4.1. Por cantoneiro de limpeza/hora	9,47
6.5.4.2. Por viatura varredora, aspiradora, carrinha, camião/hora (inclui motorista)	54,94
6.5.4.3. Por trator/hora (inclui motorista)	45,37
6.5.4.4. Por roçadora/hora (inclui operador)	14,67
6.5.4.5. Por encarregado de limpeza - por hora	14,15

Nota: O fornecimento de contentores em apoio a eventos pressupõe o pagamento de caução no valor dos contentores, a devolver contra entrega dos contentores em bom estado de conservação e lavados.

7. CAPÍTULO VII – CULTURA, DESPORTO E LAZER

7.1. Secção I – Piscinas	
7.1.1. Escola Municipal de Natação / Piscina Municipal de Azeitão - Por aluno:	
7.1.1.1. Inscrição anual (inclui cartão)	15,61
7.1.1.2. Renovação de inscrição anual	6,24
7.1.1.3. 2.ª via do cartão de aluno	3,64
7.1.1.4. Seguro anual obrigatório	3,64
7.1.1.5. Natação - Por mês:	
7.1.1.5.1. Classe dos 6 aos 54 meses:	
7.1.1.5.1.1. Horário de sábado ou domingo	25,42
7.1.1.5.2. Classe dos 3 aos 13 anos:	
7.1.1.5.2.1. Horários das 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs feiras ou sábados e domingos	25,42
7.1.1.5.2.2. Horário das 3.ªs e 5.ªs feiras	20,73
7.1.1.5.3. Classe dos maiores de 14 anos:	
7.1.1.5.3.1. Horários de 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs feiras ou sábados e domingos 2 x semana + 1 x fim-de-semana	25,42
7.1.1.5.3.2. Horário de 3.ªs e 5.ªs feiras	20,73
7.1.1.6. Hidroginástica - Por mês:	
7.1.1.6.1. Horário de 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs feiras ou sábado e domingo	25,42
7.1.1.6.2. Horário de 3.ªs e 5.ªs feiras	20,73
7.1.1.7. Hidroterapia - Por mês:	
7.1.1.7.1. Horário de 2.ªs, 4.ªs e 6.ªs feiras ou sábado e domingo	29,39
7.1.1.7.2. Horário de 3.ªs e 5.ªs feiras	20,93
7.1.1.8. Aulas de Grupo / Ginásio - Por mês:	
7.1.1.8.1. Horário de 3 x semana	30,17
7.1.1.8.2. Horário 2 x semana	25,42
7.1.1.9. Ensino Especial - Por mês:	
7.1.1.9.1. Horário de 3 x semana	29,39
7.1.1.9.2. Horário de 2 x semana	25,42
7.1.1.9.3. Horário de 1 x semana	20,96
7.1.2. Natação Livre ou Recreativa / Piscina Municipal de Azeitão - Por utente:	
7.1.2.1. Inscrição anual (inclui cartão)	10,41
7.1.2.2. Renovação de inscrição anual	6,24
7.1.2.3. 2.ª via do cartão de utente	3,64
7.1.2.4. Seguro anual obrigatório	3,64
7.1.2.5. Utilização da Piscina para natação recreativa:	
7.1.2.5.1. Crianças até aos 6 anos (desde que acompanhadas por adultos que por elas se responsabilizem):	
7.1.2.5.1.1. Por cada criança a mais	
7.1.2.5.1.1.1. Com cartão de utente	1,25
7.1.2.5.1.1.2. Sem cartão de utente	1,87
7.1.2.5.2. Crianças e jovens dos 7 aos 17 anos:	
7.1.2.5.2.1. Com cartão de utente	1,56
7.1.2.5.2.2. Sem cartão de utente	3,12
7.1.2.5.3. Maiores de 18 anos:	
7.1.2.5.3.1. Com cartão de utente	2,08
7.1.2.5.3.2. Sem cartão de utente	3,43
7.1.2.5.4. Maiores de 65 anos:	
7.1.2.5.4.1. Com cartão de utente	1,56
7.1.2.5.4.2. Sem cartão de utente	3,12
7.1.3. Locação de espaços / Piscina Municipal de Azeitão	
7.1.3.1. Preço por Pista - Piscina / período de utilização de 45 min ou fração:	
7.1.3.1.1. Entidades sem fins lucrativos	26,01
7.1.3.1.2. Entidades com fins lucrativos	44,90
7.1.3.2. Preço por Espaço - Piscina / período de utilização de 45 min ou fração:	
7.1.3.2.1. Entidades sem fins lucrativos	28,09
7.1.3.2.2. Entidades com fins lucrativos	45,78
7.1.3.3. Preço por Espaço - Ginásio / por hora ou fração:	
7.1.3.3.1. Entidades sem fins lucrativos	31,22
7.1.3.3.2. Entidades com fins lucrativos	46,82

	Unid.: €
<i>Nota: Descontos / Piscina Municipal de Azeitão (não acumuláveis)</i>	
1. Familiares - 15% na mensalidade para o segundo agregado familiar	
2. Familiares - 20% na mensalidade para o terceiro ou mais membros de um agregado familiar	
3. Idade igual ou superior a 65 anos - 15% na mensalidade	
4. Cartão Jovem do Município de Setúbal - 20% na mensalidade	
5. Utentes inscritos em 2 modalidades - 15% na mensalidade	
6. Utentes com atestado de incapacidade Multiuso - 50% na mensalidade	
7. Pagamentos Mensais Antecipados	
1. De 3 meses - 5%	
2. De 6 meses - 10%	
3. De 11 meses - 15%	

7.1.4. Utilização da Piscina Municipal das Manteigadas	
7.1.4.1. Crianças até aos 6 anos (desde que acompanhadas por adultos que por elas se responsabilizem):	
7.1.4.1.1. Até duas crianças	Gratuita
7.1.4.1.1.1. Dia inteiro - senha de entrada	
7.1.4.1.1.2. Por cada criança a mais (cobrança por senha)	
7.1.4.1.2.1. Dia inteiro - senha de entrada	1,56
7.1.4.2. Crianças e jovens dos 7 aos 17 anos:	
7.1.4.2.1. Dia inteiro - senha de entrada	2,29
7.1.4.3. Maiores de 18 anos:	
7.1.4.3.1. Dia inteiro - senha de entrada	3,02
7.1.4.4. Maiores de 65 anos:	
7.1.4.4.1. Dia inteiro - senha de entrada	2,29
7.1.5. Locação de espaços de piscina - Piscina Municipal das Manteigadas:	
7.1.5.1. Preço por Espaço / Pista - hora:	
7.1.5.1.1. Entidades sem fins lucrativos	36,42
7.1.5.1.2. Entidades com fins lucrativos	46,82
7.1.6. Utilização de outros equipamentos - Por cada unidade:	
7.1.6.1. Espreguiçadeira - Por dia	1,25
7.1.6.2. Chapéu-de-sol - Por dia	1,25
7.1.6.3. Cadeira - Por dia	0,83
7.1.6.4. Cacifos - Por dia	1,04

Nota: Descontos / Piscina Municipal de Manteigadas (não acumuláveis)

1. Cartão Jovem do Município de Setúbal - 20% na senha de entrada	
2. Instituições do Concelho	
1. Entidades sem fins lucrativos - 40% desconto	
2. Entidades com fins lucrativos - 25% desconto	
3. Instituições Fora do Concelho - 15% desconto	
4. Utentes com Atestado de Incapacidade Multiuso - 50% desconto	
7.2. Secção II - Pavilhões Desportivos	
7.2.1. Pavilhão Escolar Municipal / João dos Santos - Por hora ou fração:	
7.2.1.1. Treinos / Ensaios / Montagens / Desmontagens:	
7.2.1.1.1. Diurno Dias Úteis	
7.2.1.1.1.1. Entidades sem fins lucrativos	16,75
7.2.1.1.1.2. Entidades com fins lucrativos	27,73
7.2.1.1.2. Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.1.1.2.1. Entidades sem fins lucrativos	18,36
7.2.1.1.2.2. Entidades com fins lucrativos	27,99
7.2.1.1.3. Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.2.1.1.3.1. Entidades sem fins lucrativos	19,87
7.2.1.1.3.2. Entidades com fins lucrativos	30,38
7.2.1.2. Espetáculos / Apresentações / Jogos Oficiais:	
7.2.1.2.1. Diurno Dias Úteis	
7.2.1.2.1.1. Entidades sem fins lucrativos	23,05
7.2.1.2.1.2. Entidades com fins lucrativos	35,06
7.2.1.2.2. Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.1.2.2.1. Entidades sem fins lucrativos	25,28
7.2.1.2.2.2. Entidades com fins lucrativos	38,24
7.2.1.2.3. Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.2.1.2.3.1. Entidades sem fins lucrativos	27,42
7.2.1.2.3.2. Entidades com fins lucrativos	41,62
7.2.2. Pavilhão Municipal das Manteigadas - Por hora ou fração:	
7.2.2.1. Treinos / Ensaios / Montagens / Desmontagens:	
7.2.2.1.1. Diurno Dias Úteis	
7.2.2.1.1.1. Entidades sem fins lucrativos	17,79
7.2.2.1.1.2. Entidades com fins lucrativos	28,77
7.2.2.1.2. Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.2.1.2.1. Entidades sem fins lucrativos	19,41
7.2.2.1.2.2. Entidades com fins lucrativos	29,03
7.2.2.1.3. Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.2.2.1.3.1. Entidades sem fins lucrativos	20,91
7.2.2.1.3.2. Entidades com fins lucrativos	31,42
7.2.2.2. Espetáculos / Apresentações / Jogos Oficiais:	
7.2.2.2.1. Diurno Dias Úteis	
7.2.2.2.1.1. Entidades sem fins lucrativos	24,09
7.2.2.2.1.2. Entidades com fins lucrativos	36,11
7.2.2.2.2. Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.2.2.2.1. Entidades sem fins lucrativos	24,24
7.2.2.2.2.2. Entidades com fins lucrativos	36,16
7.2.2.3. Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.2.2.3.1. Entidades sem fins lucrativos	26,38
7.2.2.3.2. Entidades com fins lucrativos	39,54
7.2.3. Pavilhão Municipal de Aranguez - Por hora ou fração:	
7.2.3.1. Treinos / Ensaios / Montagens / Desmontagens:	
7.2.3.1.1. Diurno Dias Úteis	
7.2.3.1.1.1. Entidades sem fins lucrativos	15,56
7.2.3.1.1.2. Entidades com fins lucrativos	24,45
7.2.3.1.2. Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.3.1.2.1. Entidades sem fins lucrativos	17,22
7.2.3.1.2.2. Entidades com fins lucrativos	27,00
7.2.3.1.3. Fins-de-semana e Feriados noturnos:	

	Unid.: €		Unid.: €		
7.2.3.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	18,83	7.4.3.1.	Relvado (preço/hora)	
7.2.3.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	29,55	7.4.3.1.1.	Diurno Dias Úteis	
7.2.3.2.	Espectáculos / Apresentações / Jogos Oficiais:		7.4.3.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	78,40
7.2.3.2.1.	Diurno Dias Úteis:		7.4.3.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	100,82
7.2.3.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	21,90	7.4.3.1.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.3.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	32,62	7.4.3.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	86,26
7.2.3.2.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos:		7.4.3.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	110,87
7.2.3.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	23,83	7.4.3.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.2.3.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	35,43	7.4.3.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	103,58
7.2.3.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:		7.4.3.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	120,96
7.2.3.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	25,75	7.4.3.2.	Relvado (preço/hora) - Jogos Oficiais e Torneios	
7.2.3.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	38,24	7.4.3.2.1.	Diurno Dias Úteis	
7.2.4.	Ginásio do Pavilhão Desportivo de Aranguez - Por hora ou fração:		7.4.3.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	88,44
7.2.4.1.	Treinios / Ensaios / Montagens / Desmontagens:		7.4.3.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	109,25
7.2.4.1.1.	Diurno Dias Úteis		7.4.3.2.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.2.4.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	15,82	7.4.3.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	93,65
7.2.4.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	23,98	7.4.3.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	119,66
7.2.4.1.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos		7.4.3.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.2.4.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	17,38	7.4.3.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	109,25
7.2.4.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	26,27	7.4.3.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	130,06
7.2.4.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:		7.4.3.3.	Espaço Lúdico (preço / hora)	
7.2.4.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	18,89	7.4.3.3.1.	Diurno Dias Úteis	
7.2.4.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	28,56	7.4.3.3.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	41,62
7.3.	Secção III - Pequenos e Grandes Campos de Jogo		7.4.3.3.1.2.	Entidades com fins lucrativos	52,03
7.3.1.	Campo de Jogos do Parque Verde da Bela Vista:		7.4.3.3.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.3.1.1.	Campo de Ténis - Por hora ou fração		7.4.3.3.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	46,82
7.3.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos		7.4.3.3.2.2.	Entidades com fins lucrativos	52,03
7.3.1.1.1.1.	Diurno	3,12	7.4.3.3.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.3.1.1.1.2.	Noturno	4,16	7.4.3.3.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	52,03
7.3.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos		7.4.3.3.3.2.	Entidades com fins lucrativos	57,23
7.3.1.1.2.1.	Diurno	4,68	7.4.3.4.	Pista - Pavimento Sintético (preço/hora)	
7.3.1.1.2.2.	Noturno	6,24	7.4.3.4.1.	Diurno Dias Úteis	
7.3.1.2.	Polidesportivo - Campo de Basquetebol - Por hora ou fração		7.4.3.4.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	67,63
7.3.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos		7.4.3.4.1.2.	Entidades com fins lucrativos	78,04
7.3.1.2.1.1.	Diurno	5,20	7.4.3.4.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.3.1.2.1.2.	Noturno	6,24	7.4.3.4.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	78,04
7.3.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos		7.4.3.4.2.2.	Entidades com fins lucrativos	83,24
7.3.1.2.2.1.	Diurno	7,28	7.4.3.4.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.3.1.2.2.2.	Noturno	8,84	7.4.3.4.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	83,24
7.3.1.2.3.	Polidesportivo - Campo de Futebol - Por hora ou fração		7.4.3.4.3.2.	Entidades com fins lucrativos	88,44
7.3.1.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos		7.4.3.5.	Complexo - totalidade (preço/hora)	
7.3.1.2.3.1.1.	Diurno	10,41	7.4.3.5.1.	Diurno Dias Úteis	
7.3.1.2.3.1.2.	Noturno	15,61	7.4.3.5.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	130,06
7.3.1.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos		7.4.3.5.1.2.	Entidades com fins lucrativos	166,48
7.3.1.2.3.2.1.	Diurno	15,61	7.4.3.5.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos	
7.3.1.2.3.2.2.	Noturno	20,81	7.4.3.5.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	145,67
7.3.1.2.4.	Utilização do balneário - Por utente	1,56	7.4.3.5.2.2.	Entidades com fins lucrativos	187,29
7.3.2.	Grandes Campos de Jogos - Por hora ou fração:		7.4.3.5.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:	
7.3.2.1.	Treinios		7.4.3.5.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	156,08
7.3.2.1.1.	Diurno Dias Úteis		7.4.3.5.3.2.	Entidades com fins lucrativos	208,10
7.3.2.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	62,43	7.5.	Secção V - Escola Municipal de Desporto	
7.3.2.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	88,44	7.5.1.	Núcleo Pentatlo Moderno	
7.3.2.1.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos		7.5.1.1.	Inscrição anual (inclui cartão)	15,61
7.3.2.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	72,84	7.5.1.2.	Mensalidade	26,01
7.3.2.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	98,85	7.5.1.3.	Renovação de inscrição anual	6,24
7.3.2.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:		7.5.1.4.	2.ª via do cartão de utente	3,64
7.3.2.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	85,32	7.5.1.5.	Seguro anual obrigatório	3,64
7.3.2.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	111,33	7.5.2.	Núcleo de Atletismo	
7.3.2.2.	Jogos Oficiais / Torneios:		7.5.2.1.	Inscrição anual (inclui cartão)	5,20
7.3.2.2.1.	Diurno Dias Úteis		7.5.2.2.	Mensalidade	8,32
7.3.2.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	78,04	7.5.2.3.	Renovação de inscrição anual	3,64
7.3.2.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	100,93	7.5.2.4.	Seguro anual obrigatório	3,64
7.3.2.2.2.	Noturno dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos		7.5.3.	Núcleos de Natação Pura	
7.3.2.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	86,36	7.5.3.1.	Inscrição anual (inclui cartão)	15,61
7.3.2.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	111,33	7.5.3.2.	Mensalidade	26,01
7.3.2.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos:		7.5.3.3.	Renovação de inscrição anual	6,24
7.3.2.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	104,05	7.5.3.4.	2.ª via do cartão de utente	3,64
7.3.2.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	121,74	7.5.3.5.	Seguro anual obrigatório	3,64
7.4.	Secção IV - Complexo Municipal de Atletismo de Setúbal		7.5.4.	Núcleo de Natação de Águas Abertas	
7.4.1.	Taxas para entidades - Por sessão (a Entidade opta por pacote mensal de utilização de acordo com a quantidade pretendida):		7.5.4.1.	Inscrição anual (inclui cartão)	8,46
7.4.1.1.	Entidades sem fins lucrativos		7.5.4.2.	Mensalidade	14,38
7.4.1.1.1.	Até 50 sessões	20,65	7.5.4.3.	Renovação de inscrição anual	5,08
7.4.1.1.2.	Até 75 sessões	30,54	7.5.4.4.	2.ª via do cartão de utente	3,64
7.4.1.1.3.	Até 100 sessões	40,79	7.5.4.5.	Seguro anual obrigatório	3,64
7.4.1.1.4.	Até 150 sessões	61,08	7.6.	Secção VI - Parque Urbano de Albarquel	
7.4.1.1.5.	Até 200 sessões	81,32	7.6.1.	Locação de Espaços	
7.4.1.1.6.	Até 300 sessões	121,95	7.6.1.1.	Aluguer de campos de jogos - preço por dia	1691,87
7.4.1.2.	Entidades com fins lucrativos		7.7.	Secção VII - GO ARRÁBIDA - SCAVIER PRARRÁBIDA	
7.4.1.2.1.	Até 50 sessões	32,36	7.7.1.	Locação de Espaços	
7.4.1.2.2.	Até 75 sessões	48,49	7.7.1.1.	Sala de Treino - Por hora ou fração	
7.4.1.2.3.	Até 100 sessões	64,51	7.7.1.1.1.	Utilização Diurna - dias úteis	
7.4.1.2.4.	Até 150 sessões	96,77	7.7.1.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	5,08
7.4.1.2.5.	Até 200 sessões	128,66	7.7.1.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	8,48
7.4.1.2.6.	Até 300 sessões	192,86	7.7.1.1.2.	Utilização Noturna dias úteis e Diurna ao fim-de-semana e feriados	
7.4.2.	Taxas para individuais - Por sessão:		7.7.1.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	9,02
7.4.2.1.	Utilização pontual	1,25	7.7.1.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	10,61
7.4.2.2.	Taxa de inscrição	3,64	7.7.1.1.3.	Utilização fim-de-semana e feriados noturnos	
7.4.2.3.	Seguro anual obrigatório	3,64	7.7.1.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	9,22
7.4.2.4.	Pacote de 10	8,74	7.7.1.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	12,78
7.4.2.5.	Pacote de 15	10,41	7.7.1.2.	Sala de Formação - Por hora ou fração	
7.4.2.6.	Pacote de 25	15,61	7.7.1.2.1.	Utilização Diurna - dias úteis	
7.4.2.7.	Pacote de 30	20,81	7.7.1.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	4,32
7.4.2.8.	Renovação da inscrição	1,56	7.7.1.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	8,46
7.4.3.	Locação de espaços		7.7.1.2.2.	Utilização Noturna dias úteis e Diurna ao fim-de-semana e feriados	
			7.7.1.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	6,39

	Unid.: €		Unid.: €		
7.7.1.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	10,53	7.8.2.5.1.2.	Entidades com fins lucrativos	260,13
7.7.1.2.3.	Utilização fim-de-semana e feriados noturnos		7.8.2.5.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos	
7.7.1.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	8,46	7.8.2.5.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	197,70
7.7.1.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	12,60	7.8.2.5.2.2.	Entidades com fins lucrativos	300,70
7.7.1.3.	Utilização da Parede de Escalada		7.8.2.5.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos	
7.7.1.3.1.	Utilização Individual - Por hora		7.8.2.5.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	211,22
7.7.1.3.1.1.	Crianças e Jovens dos 6 aos 17 anos		7.8.2.5.3.2.	Entidades com fins lucrativos	368,34
7.7.1.3.1.1.1.	Com apoio técnico	4,23	7.8.2.6.	Foyer (por cada meio dia de utilização)	
7.7.1.3.1.2.	Maiores de 18 anos		7.8.2.6.1.	Diurno dias úteis	
7.7.1.3.1.2.1.	Com apoio técnico	5,92	7.8.2.6.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	96,77
7.7.1.3.1.2.2.	Sem apoio técnico	4,23	7.8.2.6.1.2.	Entidades com fins lucrativos	153,99
7.7.1.3.2.	Utilização em Grupo - até 4 horas		7.8.2.6.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos	
7.7.1.3.2.1.	Com apoio técnico		7.8.2.6.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	106,13
7.7.1.3.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	21,15	7.8.2.6.2.2.	Entidades com fins lucrativos	169,60
7.7.1.3.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	42,30	7.8.2.6.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos	
7.7.1.3.2.2.	Sem apoio técnico		7.8.2.6.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	115,50
7.7.1.3.2.2.1.	Sem Equipamentos		7.8.2.6.3.2.	Entidades com fins lucrativos	184,17
7.7.1.3.2.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	12,69	7.8.2.7.	Às taxas previstas em 7.8.2. acresce, por cada hora suplementar	0,31
7.7.1.3.2.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	25,38	7.8.3.	Cinema Charlot - Auditório Municipal	
7.7.1.3.2.2.2.	Com Equipamentos	0,00	7.8.3.1.	Ensaaios/ Montagens/Desmontagens (por cada meio dia de utilização)	
7.7.1.3.2.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	21,15	7.8.3.1.1.	Diurno dias úteis	
7.7.1.3.2.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	38,07	7.8.3.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	49,94
7.7.2.	Aluguer de Bicicleta BTT		7.8.3.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	74,92
7.7.2.1.	Utilização Bicicleta BTT - Unidade hora		7.8.3.1.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos	
7.7.2.1.1.	Utilização Livre		7.8.3.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	55,15
7.7.2.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	3,38	7.8.3.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	82,20
7.7.2.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	5,08	7.8.3.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos	
7.7.2.1.1.3.	Utilização Individual	4,23	7.8.3.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	59,31
7.7.2.1.2.	Utilização com apoio técnico (mínimo 3 unidades até 3 horas)		7.8.3.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	89,48
7.7.2.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	4,23	7.8.3.2.	Espectáculos/Apresentações (por cada meio dia de utilização)	
7.7.2.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	8,46	7.8.3.2.1.	Diurno dias úteis	
7.7.2.1.2.3.	Utilização Individual	6,35	7.8.3.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	69,71
7.7.2.1.3.	Equipamento de Lavagem BTT	0,43	7.8.3.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	106,13
7.8.	Secção VIII - Equipamentos Culturais		7.8.3.2.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos	
7.8.1.	Sala Polivalente da Biblioteca Pública Municipal de Setúbal e Azeitão:		7.8.3.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	77,00
7.8.1.1.	Ensaaios/ Montagens/Desmontagens/Eventos (por cada meio dia de utilização)		7.8.3.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	114,46
7.8.1.1.1.	Diurno dias úteis		7.8.3.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos	
7.8.1.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	16,08	7.8.3.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	83,24
7.8.1.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	31,22	7.8.3.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	124,86
7.8.1.1.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos		7.8.3.3.	Às taxas previstas em 7.8.3. acresce, por cada hora suplementar	0,31
7.8.1.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	17,74	7.8.4.	Auditório José Afonso	
7.8.1.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	33,30	7.8.4.1.	Ensaaios/ Montagens/Desmontagens (por cada meio dia de utilização)	
7.8.1.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos		7.8.4.1.1.	Diurno dias úteis	
7.8.1.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	19,30	7.8.4.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	49,94
7.8.1.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	38,60	7.8.4.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	74,92
7.8.1.2.	Às taxas previstas em 7.8.1. acresce, por cada hora suplementar	0,31	7.8.4.1.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos	
7.8.2.	Fórum Municipal Luísa Todi:		7.8.4.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	55,15
7.8.2.1.	Ensaaios/ Montagens/Desmontagens (por cada meio dia de utilização)		7.8.4.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	82,20
7.8.2.1.1.	- Auditório principal		7.8.4.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos	
7.8.2.1.1.1.	Diurno dias úteis		7.8.4.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	59,31
7.8.2.1.1.2.	Entidades sem fins lucrativos	187,29	7.8.4.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	89,48
7.8.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	320,47	7.8.4.2.	Espectáculos/Apresentações (por cada meio dia de utilização)	
7.8.2.1.2.1.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos		7.8.4.2.1.	Diurno dias úteis	
7.8.2.1.2.2.	Entidades sem fins lucrativos	206,02	7.8.4.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	69,71
7.8.2.1.2.3.	Entidades com fins lucrativos	351,69	7.8.4.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	106,13
7.8.2.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos		7.8.4.2.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos	
7.8.2.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	224,75	7.8.4.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	77,00
7.8.2.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	383,94	7.8.4.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	114,46
7.8.2.2.	Espectáculos/Apresentações (por cada meio dia de utilização)		7.8.4.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos	
7.8.2.2.1.	- Auditório principal		7.8.4.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	83,24
7.8.2.2.1.1.	Diurno dias úteis		7.8.4.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	124,86
7.8.2.2.1.2.	Entidades sem fins lucrativos	380,82	7.8.4.3.	Às taxas previstas em 7.8.4. acresce, por cada hora suplementar	30%
7.8.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	623,26	7.8.5.	Entradas em Museus, Galerias Municipais e Serviços	
7.8.2.2.2.1.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos		7.8.5.1.	Galeria Municipal (Antigo Banco de Portugal), Casa do Corpo Santo, Casa Bocage e Museu do Trabalho	1,56
7.8.2.2.2.2.	Entidades sem fins lucrativos	447,42	7.8.5.2.	Museu de Setúbal/Convento de Jesus	3,12
7.8.2.2.3.	Entidades com fins lucrativos	715,86	7.8.5.3.	Bilhetes-circuito - têm uma validade alargada e permitem a visita de vários espaços museológicos por um preço mais acessível.	
7.8.2.2.3.1.	Fins-de-semana e Feriados noturnos			Os bilhetes-circuitos têm a duração de um mês a partir da data de emissão	8,32
7.8.2.2.3.2.	Entidades sem fins lucrativos	520,25	7.8.5.4.	Ocupação da Igreja de Jesus para casamentos e batizados (valor hora / mínimo 3 horas))	104,05
7.8.2.2.3.3.	Entidades com fins lucrativos	815,75			
7.8.2.3.	Congressos (por cada meio-dia de utilização) - Auditório principal				
7.8.2.3.1.	Diurno dias úteis				
7.8.2.3.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	320,47			
7.8.2.3.1.2.	Entidades com fins lucrativos	511,93			
7.8.2.3.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos				
7.8.2.3.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	351,69			
7.8.2.3.2.2.	Entidades com fins lucrativos	562,91			
7.8.2.3.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos				
7.8.2.3.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	383,94			
7.8.2.3.3.2.	Entidades com fins lucrativos	613,90			
7.8.2.4.	Ensaaios/Montagens/Desmontagens (por cada meio dia de utilização) - Sala Multiusos				
7.8.2.4.1.	Diurno dias úteis				
7.8.2.4.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	115,50			
7.8.2.4.1.2.	Entidades com fins lucrativos	184,17			
7.8.2.4.2.	Noturno dias úteis / fins-de-semana e feriados diurnos				
7.8.2.4.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	126,94			
7.8.2.4.2.2.	Entidades com fins lucrativos	202,90			
7.8.2.4.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos				
7.8.2.4.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	138,39			
7.8.2.4.3.2.	Entidades com fins lucrativos	221,63			
7.8.2.5.	Espectáculos/Apresentações/Seminários (por cada meio dia de utilização) - Sala Multiusos				
7.8.2.5.1.	Diurno dias úteis				
7.8.2.5.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	183,13			

Nota: A entrada nos museus e galerias é gratuita para todos os visitantes no primeiro domingo de cada mês.

Estão Isentos:

- Crianças até aos 12 anos de idade (inclusive) e adultos com idade superior a 64 anos;

- Os participantes em atividades e eventos promovidos pelo museu em causa

- Os visitantes dos museus no Dia Internacional dos Museus e na Noite dos Museus

- Os investigadores, conservadores, restauradores, profissionais de museologia e/ou património em exercício de funções devidamente credenciados;

- Os membros do ICOM, ICOMOS e da APOM;

- Jornalistas em exercício de funções;

- Guias turísticos devidamente credenciados;

- Professores e alunos de qualquer grau de ensino em grupos organizados;

- Grupos credenciados de IPSS ou de Áreas de Ação Social de Autarquias ou outras Instituições de Interesse Público;

- Visitantes com incapacidade igual ou superior a 60% e um acompanhante.

- Visitantes em situação de desemprego residentes na União Europeia (mediante apresentação de documento comprovativo de inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional ou qualquer outro documento emitido pela Segurança Social que comprove a situação)

Descontos:

- 50% de desconto sobre o preço total dos ingressos para famílias com mais de 3 pessoas no seu agregado

7.8.6. Casa da Baía

	Unid.: €		Unid.: €
7.8.6.1.	Sala de reuniões (por hora de utilização)		
7.8.6.1.1.	Diurno dias úteis (até às 17:30)	30,36	
7.8.6.1.2.	Noturno dias úteis (a partir das 17:30) fins de semana e feriados diurnos (até às 17:30)	35,13	
7.8.6.2.	Auditório (por hora de utilização)		
7.8.6.2.1.	Diurno dias úteis (até às 17:30)	30,65	
7.8.6.2.2.	Noturno dias úteis (a partir das 17:30) fins de semana e feriados diurnos (até às 17:30)	35,36	
7.8.6.3.	Restaurante/cozinha (por hora de utilização)		
7.8.6.3.1.	Diurno dias úteis (até às 17:30)	31,91	
7.8.6.3.2.	Noturno dias úteis (a partir das 17:30) fins de semana e feriados diurnos (até às 17:30)	36,68	
7.8.6.4.	Páteo Exterior (por hora de utilização)		
7.8.6.4.1.	Diurno dias úteis (até às 17:30)	78,25	
7.8.6.4.2.	Noturno dias úteis (a partir das 17:30) fins de semana e feriados diurnos (até às 17:30)	86,64	
7.8.6.5.	Páteo Exterior Zona Lateral (por hora de utilização)		
7.8.6.5.1.	Diurno dias úteis (até às 17:30)	46,95	
7.8.6.5.2.	Noturno dias úteis (a partir das 17:30) fins de semana e feriados diurnos (até às 17:30)	51,98	
7.8.6.6.	Aluguer de equipamento		
7.8.6.6.1.	Aluguer Monitor Led / Dia	75,00	
7.8.6.6.2.	Aluguer Data Show / Dia	250,00	
7.8.6.6.3.	Aluguer / Quadro Branco	25,00	
7.8.6.6.4.	Aluguer Computador Portátil	50,00	
7.8.6.6.5.	Aluguer Flipchart / Dia	15,00	
<i>Nota: No âmbito da adesão do Município ao cartão jovem municipal encontram-se previstas as seguintes vantagens em termos de tabela de taxas:</i>			
<i>a) Utilização de infraestruturas e/ou equipamentos da Câmara Municipal:</i>			
<i>1) Atividades organizadas pelo Município, nomeadamente, nas áreas desportiva, recreativa e cultural (desconto de 25% sobre o preço dos ingressos, se percentagem mais baixa não for expressamente fixada para o efeito).</i>			
<i>2) Complexo Municipal de Atletismo (desconto de 50% na inscrição e na utilização).</i>			
<i>3) Entradas nos Museus da responsabilidade da Autarquia (desconto 50% sobre o preço dos ingressos, se percentagem mais baixa não for expressamente fixada para o efeito).</i>			
<i>b) Prestação de serviços:</i>			
<i>1) Aquisição de livros, folhetos, catálogos e outras publicações municipais (desconto de 10% sobre o preço aprovado).</i>			
<i>2) Natação recreativa (aplicação das taxas afixadas para os utilizadores com cartão de utente).</i>			
<i>3) Taxas devidas pela emissão de licenças ou autorização de construção e utilização de edifícios destinados a primeira habitação do próprio jovem (desconto de 20%).</i>			
<i>4) Taxas devidas pela emissão de licenças ou autorizações relativas à instalação de atividades industriais e/ou comerciais, desde que se destinem a ser exploradas pelo próprio jovem (desconto de 20%).</i>			
7.8.7.	Casa da Cultura		
7.8.7.1.	Estúdio de gravação (por hora de utilização)		
7.8.7.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	13,01	
7.8.7.1.2.	Entidades com fins lucrativos	26,01	
7.8.7.2.	Auditório Multiusos (por hora de utilização)		
7.8.7.2.1.	Diurno - dias úteis		
7.8.7.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	7,80	
7.8.7.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	15,61	
7.8.7.2.2.	Noturno - dias úteis (a partir das 20:00 horas) / fins-de-semana e feriados diurnos (até às 20:00 horas)		
7.8.7.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	8,84	
7.8.7.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	16,65	
7.8.7.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos (após as 20:00 horas)		
7.8.7.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	10,41	
7.8.7.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	18,73	
7.8.7.3.	Sala de ensaios (por hora de utilização)		
7.8.7.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	4,68	
7.8.7.3.2.	Entidades com fins lucrativos	9,36	
7.8.7.4.	Galeria de exposições (por cada período de 24 horas de utilização)		
7.8.7.4.1.	Diurno - dias úteis		
7.8.7.4.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	62,43	
7.8.7.4.1.2.	Entidades com fins lucrativos	124,86	
7.8.7.4.2.	Fins-de-semana e Feriados		
7.8.7.4.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	72,84	
7.8.7.4.2.2.	Entidades com fins lucrativos	156,08	
7.8.8.	Casa do Largo		
7.8.8.1.	Auditório Multiusos (por hora de utilização)		
7.8.8.1.1.	Diurno dias úteis (até às 20h00)		
7.8.8.1.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	11,45	
7.8.8.1.1.2.	Entidades com fins lucrativos	21,85	
7.8.8.1.2.	Noturno dias úteis (a partir das 20h00) / fins-de-semana e feriados diurnos (até às 20h00)		
7.8.8.1.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	15,61	
7.8.8.1.2.2.	Entidades com fins lucrativos	26,01	
7.8.8.1.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos (após as 20h00)		
7.8.8.1.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	18,73	
7.8.8.1.3.2.	Entidades com fins lucrativos	30,17	
7.8.8.1.4.	Aluguer para grupos alojados na Pousada da Juventude (preço por dia)	104,05	
7.8.8.2.	Sala de Formação / Reuniões (por hora de utilização)		
7.8.8.2.1.	Diurno dias úteis (até às 20h00)		
7.8.8.2.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	6,24	
7.8.8.2.1.2.	Entidades com fins lucrativos	10,41	
7.8.8.2.2.	Noturno dias úteis (a partir das 20h00) / fins-de-semana e feriados diurnos (até às 20h00)		
7.8.8.2.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	7,28	
7.8.8.2.2.2.	Entidades com fins lucrativos	13,53	
7.8.8.2.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos (após as 20h00)		
7.8.8.2.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	8,32	
7.8.8.2.3.2.	Entidades com fins lucrativos	15,61	
7.8.8.2.4.	Aluguer para grupos alojados na Pousada da Juventude (preço por dia)	52,03	
7.8.9.	Pousada da Juventude		
7.8.9.1.	Quarto múltiplo (por pessoa) - quarto de 12 camas		18,16
7.8.9.2.	Quarto múltiplo (por pessoa) - quarto de 4 ou 6 camas		19,15
7.8.9.3.	Quarto duplo com wc (por quarto)		50,06
7.8.9.4.	Quarto duplo com wc adaptado (por quarto)		50,06
7.8.9.5.	Quarto duplo sem wc (por quarto)		43,19
7.8.9.6.	Quarto Partilhado de 4 camas		76,56
7.8.9.7.	Quarto Partilhado de 6 camas		115,34
7.8.9.8.	Quarto Partilhado de 12 camas		215,96
<i>Nota: Descontos / Pousada da Juventude</i>			
<i>1 - Cartão Jovem EYC - Destinado a jovens dos 12 aos 30 anos, nacionais e estrangeiros - 20% de desconto sobre o PVP do alojamento, no recurso usufruído pelo seu titular, sendo válido para alojamento em cama, em quarto múltiplo, em quarto duplo e quarto privado.</i>			
<i>2 - Cartão Pousadas de Juventude - Destinado a maiores de 12 anos, nacionais e estrangeiros - 10% de desconto sobre o PVP do alojamento, no total da reserva efetuada em nome do seu titular, em qualquer tipologia de alojamento.</i>			
<i>3 - Escola em viagem - Destinado a estabelecimentos de ensino, portugueses e espanhóis, para grupos, com o mínimo de 20 participantes:</i>			
<i>1. 30% de desconto sobre o PVP em cama, em quartos múltiplos e quartos privados de 4 a 12 camas;</i>			
<i>2. 20% de desconto sobre o PVP em quartos duplos, quartos triplos, quartos familiares e apartamentos;</i>			
<i>4 - Movimento Associativo - Destinado ao movimento associativo jovem, inscrito no RNAJ e/ou federado, assim como a outras organizações culturais, ambientais, escutistas, partidárias, estudantis, sindicalistas, não-governamentais e confessionais:</i>			
<i>1. 25% de desconto sobre o PVP em cama, em quartos múltiplos e quartos privados de 4 a 12 camas;</i>			
<i>2. 15% de desconto sobre o PVP em quartos duplos, quartos triplos, quartos familiares e apartamentos;</i>			
<i>5 - Desporto em Movimento - Destinado às Federações Desportivas, Clubes e/ou Associações federais, portuguesas e espanholas:</i>			
<i>1. 25% de desconto sobre o PVP em cama, em quartos múltiplos e quartos privados de 4 a 12 camas;</i>			
<i>2. 15% de desconto sobre o PVP em quartos duplos, quartos triplos, quartos familiares e apartamentos;</i>			
7.8.10.	Casa das 4 Cabeças (mínimo 3 - Máximo 14 noites)		
7.8.10.1.	Época baixa (Jan a Mar - Out a Dez)		
7.8.10.1.1.	Fogo Tipologia To - noites 3		176,69
7.8.10.1.2.	Fogo Tipologia To - noites 4		232,63
7.8.10.1.3.	Fogo Tipologia To - noites 5		288,59
7.8.10.1.4.	Fogo Tipologia To - noites 6		344,54
7.8.10.1.5.	Fogo Tipologia To - noites 7		400,50
7.8.10.1.6.	Fogo Tipologia To - noites 8		456,45
7.8.10.1.7.	Fogo Tipologia To - noites 9		512,39
7.8.10.1.8.	Fogo Tipologia To - noites 10		568,35
7.8.10.1.9.	Fogo Tipologia To - noites 11		624,30
7.8.10.1.10.	Fogo Tipologia To - noites 12		680,25
7.8.10.1.11.	Fogo Tipologia To - noites 13		736,21
7.8.10.1.12.	Fogo Tipologia To - noites 14		792,15
7.8.10.1.13.	Fogo Tipologia T1 - noites 3		206,13
7.8.10.1.14.	Fogo Tipologia T1 - noites 4		271,41
7.8.10.1.15.	Fogo Tipologia T1 - noites 5		336,68
7.8.10.1.16.	Fogo Tipologia T1 - noites 6		401,97
7.8.10.1.17.	Fogo Tipologia T1 - noites 7		467,25
7.8.10.1.18.	Fogo Tipologia T1 - noites 8		532,52
7.8.10.1.19.	Fogo Tipologia T1 - noites 9		597,80
7.8.10.1.20.	Fogo Tipologia T1 - noites 10		663,07
7.8.10.1.21.	Fogo Tipologia T1 - noites 11		728,35
7.8.10.1.22.	Fogo Tipologia T1 - noites 12		793,63
7.8.10.1.23.	Fogo Tipologia T1 - noites 13		858,90
7.8.10.1.24.	Fogo Tipologia T1 - noites 14		924,18
<i>Nota: Os preços constantes no Ponto 7.8.10. correspondem a estadias de janeiro a março e de outubro a dezembro</i>			
<i>Para estadias em Época Média, entre abril e junho, acresce ao valor da taxa 15%</i>			
<i>Para estadias em Época Alta, entre julho e agosto, acresce ao valor da taxa 25%</i>			
7.8.11.	Secção VIII - Estúdio de Gravação do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade" (NBNC)		
7.8.11.1.	Utilização do Estúdio - por hora		
7.8.11.1.1.	Os Moradores dos Bairros Abrangidos pelo Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade" que residam nos bairros abrangidos pelo Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade" (Bela Vista, Alameda das Palmeiras, Forte da Bela Vista, Quinta de Santo António e Manteigadas) e moradores externos que colaborem ativamente com o Programa NBNC		Gratuito
7.8.11.1.2.	Entidades sem fins lucrativos		10,41
7.8.11.1.3.	Entidades com fins lucrativos		20,81
7.9.	Secção IX - Centro Municipal de Águas Abertas		
7.9.1.	Taxas para indivíduos		
7.9.1.1.	Utilização pontual		1,70
7.9.1.2.	Taxa de inscrição (inclui cartão)		3,39
7.9.1.3.	Seguro anual obrigatório		4,23
7.9.1.4.	Pacote de 10 utilizações		11,84
7.9.1.5.	Pacote de 20 utilizações		16,92
7.9.1.6.	Pacote de 30 utilizações		22,00
7.9.1.7.	Renovação da inscrição		2,11
7.9.1.8.	2ª via do cartão		2,97
7.9.2.	Taxa para grupos		
7.9.2.1.	Taxa de inscrição (inclui cartão)		3,38
7.9.2.2.	Seguro anual obrigatório		4,23
7.9.2.3.	Pacote de 10 utilizações		8,01
7.9.2.4.	Pacote de 20 utilizações		13,54
7.9.2.5.	Pacote de 30 utilizações		18,61
7.9.2.6.	Pacote de 50 utilizações		26,22
7.9.2.7.	Renovação da inscrição		2,11
7.9.2.8.	2ª via do cartão		2,97
7.9.3.	Sala de formação - Por hora ou fração		
7.9.3.1.	Diurno - dia úteis		

	Unid.: €		Unid.: €	
7.9.3.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	3,46	7.11.1.4.3. Barco/ atrelado	4,40
7.9.3.1.2.	Entidades com fins lucrativos	6,90	7.11.1.5. Animais.	
7.9.3.2.	Noturno - dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos		7.11.1.5.1. Cão/Gato.	1,60
7.9.3.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	5,63	7.11.1.6. Serviços.	
7.9.3.2.2.	Entidades com fins lucrativos	8,97	7.11.1.6.1. Eletricidade	3,90
7.9.3.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos		7.11.1.6.2. Utilização da Estação de Serviços - utilizador externo ao parque	3,90
7.9.3.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	7,70	7.11.1.6.3. Utilização da Estação de Serviços - utente do parque	Grátis
7.9.3.3.2.	Entidades com fins lucrativos	11,04	7.11.1.7. Aluguer Bungalows (2 adultos + 1 criança até 14 anos)	
7.9.4.	Balneários e Secretaria – Por hora ou fração		7.11.1.7.1. 1 noite	42,00
7.9.4.1.	Utilização dia úteis		7.11.1.7.2. 2 noites.	68,00
7.9.4.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	5,08	7.11.1.7.3. 5 noites.	158,00
7.9.4.1.2.	Entidades com fins lucrativos	7,62	7.11.1.7.4. 7 noites.	225,00
7.9.4.2.	Noturno - dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos		7.11.1.7.5. 14 noites	385,00
7.9.4.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	7,15	7.11.1.7.6. 1 mês	535,00
7.9.4.2.2.	Entidades com fins lucrativos	9,69	7.11.2. Época média (19 março a 15 julho - 27 agosto a 23 setembro - 24 dezembro a 02 janeiro)	
7.9.4.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos		7.11.2.1. Por Pessoa	
7.9.4.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	9,22	7.11.2.1.1. Adulto	5,90
7.9.4.3.2.	Entidades com fins lucrativos	11,76	7.11.2.1.2. Criança (5 a 14 anos)	3,70
7.9.5.	Aluguer da totalidade da Instalação por hora ou fração		7.11.2.2. Visitas.	
7.9.5.1.	Utilização dia úteis		7.11.2.2.1. Adulto	3,30
7.9.5.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	8,46	7.11.2.2.2. Crianças (5 a 14 anos)	1,80
7.9.5.1.2.	Entidades com fins lucrativos	16,92	7.11.2.3. Equipamentos	
7.9.5.2.	Noturno - dias úteis/Fins-de-semana e Feriados diurnos		7.11.2.3.1. Tenda (< 4m2)	6,95
7.9.5.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	10,53	7.11.2.3.2. Avançado / Cozinha / Toldo / Tenda pára-vento < 12m2	6,95
7.9.5.2.2.	Entidades com fins lucrativos	18,99	7.11.2.3.3. Tenda (4-12m2) / Atrelado < 12 m2 / Caravana < 6m ou Autocaravana < 6m	8,30
7.9.5.3.	Fins-de-semana e Feriados noturnos		7.11.2.3.4. Tenda (12 a 20 m2), Caravana < 6m, Autocaravana < 6m	11,80
7.9.5.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	12,60	7.11.2.4. Veículos	
7.9.5.3.2.	Entidades com fins lucrativos	21,06	7.11.2.4.1. Mota ou Reboque - Mota de Água	3,95
7.9.6.	Aluguer de equipamentos desportivos		7.11.2.4.2. Automóvel / Barco	6,60
7.9.6.1.	Utilização boia de sinalização – unidade/hora		7.11.2.4.3. Barco/ atrelado	6,60
7.9.6.1.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	1,27	7.11.2.5. Animais.	
7.9.6.1.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	2,11	7.11.2.5.1. Cão/Gato.	2,80
7.9.6.1.3.	Utilização individual	1,70	7.11.2.6. Serviços	
7.9.6.2.	Utilização Pullbuoy – unidade/hora		7.11.2.6.1. Eletricidade	3,90
7.9.6.2.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	0,84	7.11.2.6.2. Utilização da Estação de Serviços - utilizador externo ao parque	5,80
7.9.6.2.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	1,52	7.11.2.6.3. Utilização da Estação de Serviços - utente do parque	grátis
7.9.6.2.3.	Utilização individual	1,19	7.11.2.7. Aluguer Bungalows	
7.9.6.3.	Utilização palas corretivas – par/hora		7.11.2.7.1. 1 noite	68,00
7.9.6.3.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	0,84	7.11.2.7.2. 2 noites.	108,00
7.9.6.3.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	1,52	7.11.2.7.3. 5 noites.	257,00
7.9.6.3.3.	Utilização individual	1,19	7.11.2.7.4. 7 noites.	364,00
7.9.6.4.	Utilização barbatanas de treino – par/hora		7.11.2.7.5. 14 noites	626,00
7.9.6.4.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	1,27	7.11.3. Época alta (16 de julho a 26 agosto)	
7.9.6.4.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	2,11	7.11.3.1. Por Pessoa	
7.9.6.4.3.	Utilização individual	1,70	7.11.3.1.1. Adulto	7,60
7.9.6.5.	Utilização paraquedas de natação – unidade/hora		7.11.3.1.2. Criança (5 a 14 anos)	4,70
7.9.6.5.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	1,10	7.11.3.2. Visitas.	
7.9.6.5.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	2,03	7.11.3.2.1. Adulto	3,80
7.9.6.5.3.	Utilização individual	1,52	7.11.3.2.2. Crianças (5 a 14 anos)	2,20
7.9.6.6.	Utilização fato de neoprene p/ natação – unidade/hora		7.11.3.3. Equipamentos	
7.9.6.6.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	5,92	7.11.3.3.1. Tenda (< 4m2)	8,90
7.9.6.6.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	12,27	7.11.3.3.2. Avançado / Cozinha / Toldo / Tenda pára-vento < 12m2	8,90
7.9.6.6.3.	Utilização individual	7,62	7.11.3.3.3. Tenda (4-12m2) / Atrelado < 12 m2 / Caravana < 6m ou Autocaravana < 6m	10,40
7.9.6.7.	Utilização kayak para acompanhamento técnico – unidade/hora		7.11.3.3.4. Tenda (12 a 20 m2), Caravana < 6m, Autocaravana < 6m	14,20
7.9.6.7.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	2,79	7.11.3.4. Veículos	
7.9.6.7.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	5,41	7.11.3.4.1. Mota ou Reboque - Mota de Água	4,80
7.9.6.7.3.	Utilização individual	4,06	7.11.3.4.2. Automóvel / Barco	8,50
7.9.6.8.	Utilização embarcação a motor p/ acompanhamento técnico – unidade/hora (c/ condutor do barco)		7.11.3.4.3. Barco/ atrelado	8,50
7.9.6.8.1.	Utilização individual – entidades sem fins lucrativos	42,30	7.11.3.5. Animais.	
7.9.6.8.2.	Utilização individual – entidades com fins lucrativos	93,05	7.11.3.5.1. Cão/Gato.	3,30
7.9.6.8.3.	Utilização individual	76,13	7.11.3.6. Serviços.	
7.9.7.	Merchandising – preço por unidade		7.11.3.6.1. Eletricidade	3,90
7.9.7.1.	Touca Centro Municipal de Natação de Águas Abertas	42,30	7.11.3.6.2. Utilização da Estação de Serviços - utilizador externo ao parque	6,90
7.9.7.2.	Toalha Centro Municipal de Natação de Águas Abertas	93,05	7.11.3.6.3. Utilização da Estação de Serviços - utente do parque	grátis
7.9.7.3.	Saco impermeável Centro Municipal de Natação de Águas Abertas	76,13	7.11.3.7. Aluguer Bungalows	
7.10.	Secção X - Embarcação Maravilha do Sado – por hora ou fração		7.11.3.7.1. 1 noite	107,00
7.10.1.	Dias Úteis - horário diurno		7.11.3.7.2. 2 noites.	182,00
7.10.1.1.	Entidades sem fins lucrativos	56,52	7.11.3.7.3. 5 noites.	364,00
7.10.1.2.	Entidades com fins lucrativos	84,78	7.11.3.7.4. 7 noites.	545,00
7.10.2.	Dias Úteis - horário noturno / Sábado horário diurno		7.11.3.7.5. 14 noites	934,00
7.10.2.1.	Entidades sem fins lucrativos	62,17	7.12.	
7.10.2.2.	Entidades com fins lucrativos	93,26	7.12.1. Mera comunicação de espetáculos de natureza artística	16,00
7.10.3.	Sábado Noturno / Domingo		7.12.2. Mera comunicação de espetáculos de natureza artística com antecedência igual ou superior a 8 dias	12,80
7.10.3.1.	Entidades sem fins lucrativos	67,83		
7.10.3.2.	Entidades com fins lucrativos	101,74		
7.11.	Secção XI - Ecoparque do Outão			
7.11.1.	Época baixa (03 janeiro a 31 janeiro - 01 março a 18 março - 24 setembro a 23 dezembro)			
7.11.1.1.	Por Pessoa			
7.11.1.1.1.	Adulto	3,95		
7.11.1.1.2.	Criança (5 a 14 anos)	2,40		
7.11.1.2.	Visitas			
7.11.1.2.1.	Adulto	2,20		
7.11.1.2.2.	Crianças (5 a 14 anos).	1,20		
7.11.1.3.	Equipamentos - Promoção: (Valor / dia de tenda / Autocaravana / Caravana, inclui 1 pessoa)			
7.11.1.3.1.	Tenda (< 4m2)	4,90		
7.11.1.3.2.	Avançado / Cozinha / Toldo / Tenda pára-vento < 12m2	4,90		
7.11.1.3.3.	Tenda (4-12m2) / Atrelado < 12 m2 / Caravana < 6m ou Autocaravana < 6m	5,80		
7.11.1.3.4.	Tenda (12 a 20 m2), Caravana < 6m, Autocaravana < 6m.	7,90		
7.11.1.4.	Veículos			
7.11.1.4.1.	Mota ou Reboque - Mota de Água	2,75		
7.11.1.4.2.	Automóvel / Barco	4,40		
			8. CAPÍTULO VIII - ATIVIDADES ECONÓMICAS	
			8.1. Secção I - Instalações Abastecedoras de Carburantes Líquidos ou Gaseificados, de Ar e de Água, Reservatórios e Compressores	
			8.1.1. Unidades abastecedoras de viaturas através de mangueira - Por ano:	
			8.1.1.1. De carburantes líquidos, instaladas sobre a via pública - Por cada unidade:	
			8.1.1.1.1. Com abastecimento sobre a via pública	90,89
			8.1.1.1.2. Com abastecimento fora da via pública	43,65
			8.1.1.2. Tomadas de ar e de água - Por cada uma	9,21
			8.1.2. Unidades de aspiração de viaturas - Por cada uma e por ano	29,13
			8.1.3. Outros equipamentos - Por ano:	
			8.1.3.1. Bombas volantes atuando sobre a via pública - Por cada uma	36,42
			8.1.3.2. Compressores - Por cada um:	
			8.1.3.2.1. À superfície	15,04
			8.1.3.2.2. No subsolo	11,34
			8.1.3.3. Depósitos de carburante, de ar e de água - Por cada 10 m3 de capacidade instalada:	

	Unid.: €		Unid.: €
8.1.3.3.1.	À superfície	127,10	
8.1.3.3.2.	No subsolo	72,78	
8.1.4.	Autorização de trespasse da exploração	108,94	
8.1.5.	Taxa pela apreciação de processos	10,93	
<i>Nota: A taxa de apreciação do processo não é devolvida, nem deduzida na aplicação das taxas 8.1.1. a 8.1.4., deste Capítulo.</i>			
8.2.	Secção II – Mercados		
8.2.1.	Mercado Municipal do Livramento		
8.2.1.1.	Ocupação de lojas: Por metro quadrado (m2) e por mês		
8.2.1.1.1.	No piso térreo	6,76	
8.2.1.1.2.	No piso térreo com horário excedente ao do funcionamento do Mercado	8,32	
8.2.1.1.3.	Em pisos superiores	3,38	
8.2.1.2.	Ocupação dos espaços junto à parede das entradas laterais (Rua Ocidental e Oriental) - Por metro quadrado (m2) e por mês:		
8.2.1.2.1.	Com localização no piso térreo	3,38	
8.2.1.3.	Ocupação de Bancas ou Mesas, por metro linear (ml) por eixo e por mês:		
8.2.1.3.1.	Venda de Pescado - Por metro linear por eixo e por mês:	62,43	
8.2.1.3.1.1.	2,4 ml pelo eixo (retas)	149,83	
8.2.1.3.1.2.	3,5 ml pelo eixo (canto)	218,51	
8.2.1.3.2.	Produtos hortofrutícolas, Flores, Artigos de papelaria, Jornais, Revistas e Plásticos - Por metro linear (ml), por eixo e por mês:	15,61	
8.2.1.3.2.1.	3 ml pelo eixo (retas)	46,82	
8.2.1.3.2.2.	3,28 ml pelo eixo (retas)	51,19	
8.2.1.3.2.3.	4 ml pelo eixo (retas)	62,43	
8.2.1.3.2.4.	6 ml pelo eixo (retas)	93,65	
8.2.1.3.2.5.	12 ml pelo eixo (retas)	187,29	
8.2.1.3.2.6.	4,25 ml pelo eixo (canto)	66,33	
8.2.1.3.2.7.	4,53 ml pelo eixo (canto)	70,70	
8.2.1.3.2.8.	4,65 ml pelo eixo (canto)	72,57	
8.2.1.3.2.9.	5,25 ml pelo eixo (canto)	81,94	
8.2.1.3.2.10.	6,25 ml pelo eixo (canto)	97,55	
8.2.1.3.2.11.	6,53 ml pelo eixo (canto)	101,92	
8.2.1.3.2.12.	6,65 ml pelo eixo (canto)	103,79	
8.2.1.3.2.13.	8,25 ml pelo eixo (canto)	128,76	
8.2.1.3.2.14.	9,06 ml pelo eixo (2 cantos)	141,40	
8.2.1.3.3.	Venda de pão, queijos e enchidos - Por banca e por mês:	19,51	
8.2.1.3.3.1.	4 ml pelo eixo (retas)	78,04	
8.2.1.3.3.2.	6 ml pelo eixo (retas)	117,06	
8.2.1.3.3.3.	6,28 ml pelo eixo (retas)	122,52	
8.2.1.3.3.4.	10 ml pelo eixo (retas)	195,09	
8.2.1.4.	Venda de pão, pastelaria e enchidos com equipamentos alimentados com energia elétrica sem contador - Por metro linear e por mês	22,89	
8.2.1.4.1.	4 ml pelo eixo (retas)	91,56	
8.2.1.4.2.	6 ml pelo eixo (retas)	137,35	
8.2.1.4.3.	4,53ml pelo eixo (retas)	103,70	
8.2.1.5.	Ocupação diária por Produtores Hortícolas e Frutícolas \ Artesãos \ Exploradores - blocos de 5 senhas diárias:		
8.2.1.5.1.	Bancas fixas	13,79	
8.2.1.5.2.	Bancas amovíveis e/ou prolongamento do espaço de venda	13,79	
8.2.2.	Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição		
8.2.2.1.	Ocupação mensal de lojas com abertura para o interior e exterior - Por m2 e por mês:		
8.2.2.1.1.	Com funcionamento diário e semanal correspondente ao horário do mercado	3,59	
8.2.2.1.2.	Com funcionamento excedente ao horário do mercado	4,47	
8.2.2.2.	Ocupação mensal de Lojas com abertura para o interior - Por m2 e por mês	4,47	
8.2.2.3.	Ocupação mensal de Bancas ou Mesas - Por mês:		
8.2.2.3.1.	Ocupação mensal de bancas de venda de pescado	29,39	
8.2.2.3.2.	Produtos Hortofrutícolas:		
8.2.2.3.2.1.	De 1.ª classe (n.ºs 1, 7, 14, 15, 29, 30, 35 e 36) (Cerca de 3,40 m)	24,61	
8.2.2.3.2.2.	De 2.ª classe (n.ºs 2 a 6, 8 a 13, 16 a 19, 25 a 28, 31 a 34, 37 e 38) (Cerca de 2,30 m)	15,87	
8.2.2.4.	Ocupação diária - Produtores Hortícolas e Frutícolas	2,34	
8.2.2.5.	Ocupação diária - Vendedores Ambulantes - Pátio interior (entre 5 a 6 m2)	2,34	
8.2.2.6.	Ocupação diária - Vendedores Ambulantes - Bancas interiores (antigas bancas de peixe (entre 5 a 6 m2))	2,34	
8.2.2.7.	Utilização diária da Câmara Frigorífica para o Peixe Fresco (por caixa)	0,83	
8.2.2.8.	Utilização diária da Câmara Frigorífica para os Produtos Hortofrutícolas (por caixa)	0,83	
8.2.2.9.	Venda de Gelo em escamas ou granulado – vendedores de peixe nos Mercados Municipais - por 2 kilos	0,21	
8.2.2.10.	Venda de Gelo em escamas ou granulado – venda ao público - por 2 kilos	0,31	
8.2.3.	Mercado Municipal 2 de Abril		
8.2.3.1.	Ocupação mensal de Lojas com abertura para o exterior - Por m2 e por mês:		
8.2.3.1.1.	Com funcionamento diário e semanal correspondente ao horário do mercado	3,59	
8.2.3.1.2.	Com funcionamento excedente ao horário do mercado	4,47	
8.2.3.2.	Ocupação mensal de Lojas com abertura para o interior - por m2 e por mês	3,59	
8.2.3.3.	Ocupação mensal de bancas de venda de pescado	39,33	
8.2.3.4.	Ocupação diária - Produtores Hortícolas e Frutícolas	2,34	
8.2.3.5.	Utilização diária da Câmara Frigorífica para o Peixe Fresco (por caixa)	0,83	
8.2.3.6.	Utilização diária da Câmara Frigorífica para os Produtos Hortofrutícolas (por caixa)	0,83	
8.2.3.7.	Venda de Gelo em escamas ou granulado – venda aos operadores do mercado - por 2 kilos	0,21	
8.2.3.8.	Venda de Gelo em escamas ou granulado – venda ao público - por 2 kilos	0,31	
8.2.3.9.	Estacionamento para concessionários - por lugar	52,03	
8.2.4.	Mercado Abastecedor		
8.2.4.1.	Direito de acesso (cobrança única):		
8.2.4.1.1.	Grossistas	281,25	
8.2.4.1.2.	Produtores diretos	Gratuitos	
8.2.4.2.	Ocupação - Por m2 e por mês	7,28	
8.2.4.3.	Ocupação do espaço de restauração e bebidas - por m2 e por mês	11,45	
8.2.4.4.	Entrada e permanência de veículos de compradores:		
8.2.4.4.1.	De rodado simples	0,99	
8.2.4.4.2.	De rodado duplo	1,82	
8.2.5.	Esplanadas de lojas e outros espaços de venda dos mercados:		
8.2.5.1.	Esplanada - Ocupação no exterior por metro quadrado (m2) e por mês:		
8.2.5.1.1.	Esplanada no exterior no piso térreo	1,25	
8.2.5.1.2.	Esplanada no exterior no piso térreo com horário excedente ao do funcionamento do Mercado	1,56	
8.2.5.1.3.	Esplanada no exterior em pisos superiores	0,62	
8.2.5.1.4.	Esplanada no exterior em pisos superiores com horário excedente ao do funcionamento do Mercado	0,78	
8.2.5.2.	Esplanada - Ocupação no interior por metro quadrado (m2) e por mês:	0,00	
8.2.5.2.1.	Esplanada no interior no piso térreo	2,08	
8.2.5.2.2.	Esplanada no interior no piso térreo com horário excedente ao do funcionamento do Mercado	2,60	
8.2.5.2.3.	Esplanada no interior em pisos superiores	1,04	
8.2.5.2.4.	Esplanada no interior em pisos superiores com horário excedente ao do funcionamento do Mercado	1,30	
8.2.6.	Autorização para cedência direta de lojas, mesas e bancas:		
8.2.6.1.	Transmissão da banca, loja ou mesa no mercado do livramento	24	mensalidades tx. Ocupação
8.2.6.2.	Transmissão de espaços de venda de peixe no Mercado do Livramento	10	mensalidades tx. Ocupação
8.2.6.3.	Transmissão da banca, loja ou mesa nos mercados 2 de Abril e Nossa Senhora da Conceição	10	mensalidades tx. Ocupação
8.2.6.4.	Constituição ou alteração de Sociedade da banca, loja ou mesa em qualquer mercado municipal, quando existam partes ou alterações ao capital que acrescentem terceiros, para além do(s) explorador(es) ou detentor(es) da Sociedade exploradora	24	mensalidades tx. Ocupação
8.2.6.5.	Mudança de local de exploração da banca, loja ou mesa	6	mensalidades tx. Ocupação novo espaço
8.3.	Secção III - Mostra de Antiguidades e Velharias e Mercado Biológico de Setúbal		
8.3.1.	Mostra de antiguidades e velharias		
8.3.1.1.	Apreciação do pedido de exercício de atividade	10,93	
8.3.1.2.	Emissão do cartão	16,86	
8.3.1.3.	Renovação anual	15,61	
8.3.1.4.	Renovação anual com emissão de novo cartão	17,27	
8.3.1.5.	Emissão de 2.ª via do cartão	8,32	
8.3.1.6.	Pela ocupação de cada espaço até 2 metros de fundo e por 1 metro de frente, por dia	1,87	
8.3.1.7.	Instalação por alteração ao lugar da venda ou reordenamento da Feira	10,41	
8.3.2.	Mercado Biológico de Setúbal		
8.3.2.1.	Pela ocupação de cada espaço de 3 metros de fundo por 3 metros de frente, blocos de 5 senhas diárias	13,79	
8.4.	Secção IV - NNIES - Ninho de Novas Iniciativas Empresariais de Setúbal (No 1.º Piso do Mercado Municipal do Livramento)		
8.4.1.	Incubação física no NNIES		
8.4.1.1.	Salas de incubação com cerca de 25 m2 e por mês:		
8.4.1.1.1.	1.º Ano	156,08	
8.4.1.1.2.	Anos seguintes	208,10	
8.4.2.	Salas de incubação física com cerca de 25 m2/mês em regime de partilha (coworking):		
8.4.2.1.	Serviço de coworking por mês	67,63	
8.4.2.2.	Serviço de coworking por semana	20,81	
8.4.2.3.	Serviço de coworking por dia	7,28	
8.4.2.4.	Serviço de coworking por meio-dia	5,20	
8.4.3.	Incubação virtual no NNIES		
8.4.3.1.	Serviços de incubação virtual por mês	52,025	
8.4.4.	Utilização dos equipamentos comuns do NNIES		
8.4.4.1.	Auditório		
8.4.4.1.1.	Dia	124,86	
8.4.4.1.2.	Hora	17,69	
8.4.4.2.	Sala de Formação		
8.4.4.2.1.	Dia	83,24	
8.4.4.2.2.	Hora	12,49	
8.4.4.3.	Sala de Reuniões		
8.4.4.3.1.	Dia	62,43	
8.4.4.3.2.	Hora	10,40	
<i>Nota: a) As taxas do Ponto 8.4.4., são acrescidas em 50% sempre que a utilização se verifique fora do horário de funcionamento do NNIES.</i>			
<i>b) As iniciativas incubadas ficam isentas das taxas previstas no Ponto 8.4.4., sempre que os equipamentos do NNIES estejam disponíveis e sejam utilizados no horário de funcionamento.</i>			
<i>c) Mediante a disponibilidade dos equipamentos fora do horário de funcionamento do NNIES, podem as Iniciativas Incubadas utilizar os mesmos, com a sujeição às taxas previstas no Ponto 8.4.4., sem o acréscimo referido na alínea a).</i>			

9. CAPÍTULO IX – CEMITÉRIOS

	Unid.: €
9.1.	Inumação e exumação (por ossada, incluindo limpeza e transladação dentro do mesmo cemitério) em sepultura temporária - Por cada ato de inumação
9.1.1.	Em sepultura temporária:
9.1.1.1.	Talhões comuns 114,46
9.1.1.2.	Talhões privativos - por ato Gratuita
9.1.2.	Levantamento oficioso de ossada e depósito no ossário comum Gratuita
9.2.	Inumação em sepultura perpétua - Por cada ato de inumação
9.2.1.	Em sepultura perpétua:
9.2.1.1.	Inumação temporária no 1º piso 56,03
9.2.1.2.	Inumação temporária no 2º piso 111,96
9.2.1.3.	Em sepultura perpétua municipal (nicho de consumpção aeróbia, 1.º piso da sepultura anaeróbia e jazigo municipal) 56,03
9.2.1.4.	Em jazigo particular 139,95
9.2.1.5.	Inumação de indigentes Gratuita
<i>Nota: São considerados privativos os talhões cedidos à Santa Casa da Misericórdia de Setúbal e à Liga dos Combatentes, bem como o destinado à inumação de bombeiros de corporações da área do município.</i>	
9.3.	Exumação (Por Ossada, Incluindo Limpeza e Trasladação dentro do mesmo Cemitério) Em Sepultura Perpétua - Por cada ato de exumação
9.3.1.	Em sepultura perpétua e sepultura perpétua municipal (nicho de consumpção aeróbia, anaeróbia e jazigo municipal), no 1º piso 67,22
9.3.2.	Em sepultura perpétua e sepultura perpétua municipal (sepulturas anaeróbias do Cemitério da Nª Sr.ª da Piedade), no 2º piso 134,38
9.3.3.	Em talhões privativos Gratuita
9.3.4.	Levantamento oficioso de ossada e depósito no ossário comum Gratuita
<i>Nota: A exumação de talhão privativo não dispensa o pedido nem os registos correspondentes.</i>	
9.4.	Ocupação de Ossários Municipais - Por cada urna com ossadas ou urna cinerária (até um limite de 3 urnas conforme a capacidade de cada ossário):
9.4.1.	Primeira urna por ossário:
9.4.1.1.	Por ano 20,81
9.4.1.2.	Perpétua (taxa paga no início da ocupação) 832,40
9.4.2.	Segunda urna por ossário:
9.4.2.1.	Por ano 10,41
9.4.2.2.	Perpétua (taxa paga no início da ocupação) 416,20
9.4.3.	Terceira urna por ossário:
9.4.3.1.	Por ano 5,20
9.4.3.2.	Perpétua (taxa paga no início da ocupação) 208,10
9.5.	Ocupação de sepulturas perpétuas municipais (nicho de consumpção aeróbia e jazigo municipal)
9.5.1.	Perpétua (taxa paga no início da ocupação) 1560,75
9.6.	Concessão de terrenos - Taxa paga na data da assinatura do contrato de concessão:
9.6.1.	Para sepultura perpétua:
9.6.1.1.	Com ossário incorporado 2242,07
9.6.1.2.	Sem ossário 1494,73
9.6.2.	Para jazigos particulares:
9.6.2.1.	Pelos primeiros 3m2 2242,07
9.6.2.2.	Por cada m2 ou fração a mais 1113,34
9.6.3.	Para conversão de ossários perpétuos:
9.6.3.1.	Em sepulturas perpétuas com ossário 373,80
9.6.3.2.	Em jazigo 747,39
9.6.4.	Na sequência de transmissão por ato entre vivos das concessões:
9.6.4.1.	De jazigos particulares:
9.6.4.1.1.	Pelos primeiros 3m2 2242,07
9.6.4.1.2.	Por cada m2 ou fração a mais 1113,34
9.6.4.2.	De sepulturas perpétuas:
9.6.4.2.1.	Com ossário incorporado 2242,07
9.6.4.2.2.	Sem ossário 1494,73
9.6.4.3.	De ossários particulares 747,34
9.7.	Concessão de sepulturas perpétuas municipais no Cemitério da Nossa Senhora da Piedade (Consumpção Anaeróbia) 5202,50
9.8.	Utilização das Instalações Municipais
9.8.1.	Depósito transitório de urnas por motivos de obras - por urna/semana 15,04
9.8.2.	Utilização da capela, por cada período de 24 horas, ou fração, excetuando-se a 1ª hora 37,46
9.9.	Trasladações
9.9.1.	No próprio cemitério:
9.9.1.1.	De ossadas ou cinzas - por cada uma 18,83
9.9.1.2.	De cadáveres inumados - por cada caixão 37,46
9.9.2.	Para outro cemitério 55,15
9.10.	Construção e conservação de sepulturas e ossários e colocação de sinais funerários
9.10.1.	Licença de construtor funerário – Triannual 468,23
9.10.2.	Construção e conservação de bordadura em cantaria ou colocação de lápide ou alegrete pelo período de inumação em sepulturas temporárias 52,03
9.10.3.	Substituição de bordadura ou parte dela, colocação de lápide suplementar, com ou sem epitáfio, e pintura inicial ou gravação de epitáfio 37,46
9.10.4.	Embelezamento de locais de consumpção aeróbia:
9.10.4.1.	Colocação do embelezamento/elemento colocado 37,46
9.10.4.2.	Substituição/reparação de elemento embelezador/elemento colocado 37,46
9.10.5.	Embelezamento de sepulturas perpétuas:
9.10.5.1.	Colocação do embelezamento/elemento colocado 52,02
9.10.5.2.	Substituição/reparação de elemento embelezador/elemento colocado 52,02
9.10.6.	Embelezamento de locais de ossários:
9.10.6.1.	Colocação do embelezamento/elemento colocado 31,21
9.10.6.2.	Substituição/reparação de elemento embelezador/elemento colocado 31,21

	Unid.: €
<i>Nota: - As bordaduras são compostas por alçado, lápide e epitáfio e a sua construção obedece a modelo aprovado.</i>	
<i>- Os elementos embelezadores de sepulturas aeróbias apenas poderão ser fornecidos individualmente em caso de comprovada substituição.</i>	
9.11.	Serviços Diversos
9.11.1.	Soldagem de caixão fora do Cemitério:
9.11.1.1.	Em dias úteis nas horas de serviço 46,46
9.11.1.2.	Sábados, domingos, feriados e dias úteis fora das horas de serviço 59,46
9.11.2.	Aplicação de materiais aceleradores de decomposição de cadáveres 104,05
9.11.3.	Arrumação de cinzas e/ou outros restos mortais, provenientes de translações em construções fúnebres, no Cemitério da Nossa Sr.ª da Piedade 10,41
9.11.4.	Acesso de viaturas de visitantes ao Cemitério da Paz
9.11.4.1.	Emissão, com validade anual, do cartão de acesso a viaturas automóveis de transporte a pessoas portadoras de deficiência ou com incapacidade comprovada. 26,01
9.11.4.2.	Por cada entrada em viatura - por pessoa (apenas é permitida a entrada do titular do cartão e de um acompanhante por viatura) 3,12

Nota: - A taxa poderá ser reduzida para metade em caso de comprovada insuficiência económica a requerimento do interessado.

- Ficam isentos do pagamento das taxas os cidadãos com mais de setenta anos e os portadores de deficiência com veículo adaptado.

9.11.5.	Acesso de viaturas que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras no Cemitério da Paz
9.11.5.1.	Emissão, com validade anual, do cartão de acesso a viaturas automóveis que transportem máquinas ou materiais destinados à execução de obras no Cemitério 26,01
9.11.6.	Entrada de betoneira (inclui acesso a ponto de energia e água) - por unidade e por quinzena 37,46

Nota: - A exumação em talhões privativos não dispensa o pedido nem os registos correspondentes.

- As bordaduras são compostas por alçado, lápide e epitáfio e a sua construção obedece a modelo previamente aprovado.

- Os elementos embelezadores de sepulturas aeróbias obedecem a modelos previamente aprovados.

10. CAPÍTULO X – PROTEÇÃO CIVIL/ BOMBEIROS

10.1.	Instalação, ligação e utilização de centrais de alarme ou de deteção de incêndios:
10.1.1.	Autorização para instalação e ou ligação:
10.1.1.1.	Telefone direto de alarme 169,60
10.1.1.2.	Ligação à central de receção da CBSS 254,92
10.1.2.	Utilização de sistemas autorizados - Por cada um e por mês 50,98
10.1.3.	Deslocação do piquete no caso de falso alarme - Por cada uma 192,49
10.2.	Utilização de veículos e outro equipamento motorizado - Por unidade e por hora ou fração:
10.2.1	Veículos (veículos indicados e outros que venham a ser adquiridos e enquadráveis nas tipologias abaixo referidas)
10.2.1.1	Veículos de Combate a Incêndio Ligeiros - VLICI-03 117,58
10.2.1.2.	Veículos de Combate a Incêndio Urbanos - VUCI-01, VUCI-03 117,58
10.2.1.3.	Veículos de Combate a Incêndio Florestal e Rural - VFICI-01, VFICI-08, VRICI-01 117,58
10.2.1.4.	Veículos Especial de Combate a Incêndio - VECI-01, VECI-02 176,89
10.2.1.5.	Veículo Tanque - VTU-01 117,58
10.2.1.6.	Veículo de Socorro e Assistência Especial - VSAE-01 176,89
10.2.1.7.	Veículo Autoescada - VE-32 176,89
10.2.1.8.	Veículo Plataforma - VP-45 353,77
10.2.1.9.	Veículo de apoio logístico especial - VALE-01 117,58
10.2.1.10.	Veículo de Comando Táticos - VCOT-03, VCOT-04 26,01
10.2.1.11.	Veículo com equipamento técnico de apoio - VETA-01, VETA-02 27,05
10.2.1.12.	Veículo para operações específicas - VOPE-01, VOPE-03, VOPE-04, VOPE-06 26,01
10.2.1.13.	Ambulância de socorro - ABSC-03 67,63
10.2.1.14.	Veículo de Proteção Multirrisco Especial – VPME 95,73
10.2.1.15.	Motas 50 cc - Mota-01, Mota-02 19,77
10.2.1.16.	Embarcações - Sapador, Bocage, Luísa Todi 275,73

Nota: A estes valores acresce todos os custos com pessoal constantes do Ponto 10.4. Pessoal, o referido no Ponto 10.15. Disponibilidade de Serviço e os custos de outros materiais específicos identificados na presente tabela.

Os custos dos materiais deteriorados em operação, extra socorro serão integralmente suportados pelo valor de aquisição em novo pela entidade que solicita o trabalho.

O abastecimento dos veículos é da responsabilidade dos requerentes, devendo os veículos serem devolvidos devidamente abastecidos.

10.2.2.	Contentores
10.2.2.1.	Contentor marítimo 870,12
10.2.2.2.	Contentor de matérias perigosas 870,12
10.2.2.3.	Contentor de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas 870,12
10.2.3.	Outros equipamentos motorizados:
10.2.3.1.	Motobombas. 124,86
10.2.3.2.	Eletrobombas 49,94
10.2.3.3.	Motosserras 14,57
10.2.3.4.	Motodiscos 14,57
10.2.3.5.	Gerador elétrico rebocável 246,60
10.2.3.6.	Gerador elétrico portátil 49,94
10.2.4.	Outros equipamentos
10.2.4.1.	Mangueira de 25 mm 1,04
10.2.4.2.	Mangueira de 45 mm 1,56
10.2.4.3.	Mangueira de 70 mm 2,08
10.2.4.4.	Mangueira de 110 mm 4,16
10.2.4.5.	Fato de proteção química tipo 1-A 62,43
10.2.4.6.	Fato de mergulho completo 62,43

		Unid.: €
10.2.4.7.	ARICA - Aparelho Respiratório Isolante de circuito aberto (inclui garrafas e máscaras)	20,81
10.2.4.8.	Regulador e cilindro de ar comprimido para mergulho	20,81

Nota: A estes valores acresce todos os custos com pessoal constantes do Ponto 10.4. Pessoal, o referido no Ponto 10.14. - Disponibilidade de Serviço e os custos de outros materiais específicos identificados na presente tabela.

Os custos dos materiais deteriorados em operação extra socorro, serão integralmente suportados pelo valor de aquisição novo pela entidade que solicita o trabalho

Os valores acima não incluem os custos com o combustível necessário ao funcionamento dos equipamentos, devendo os mesmos serem devolvidos devidamente abastecido.

10.3.	Ações de formação e treino - Por hora de formação	
10.3.1.	Hora de formação teórica	48,90
10.3.2.	Hora de formação prática	83,24
10.3.3.	Cedência da sala de formação (por hora ou fração)	104,05
10.3.4.	Uso de extintor de pó químico (por unidade)	5,20
10.3.5.	Uso de extintor de CO ₂ (por unidade)	5,20
10.3.6.	Uso de Extintor de água (por unidade)	5,20
10.3.7.	Combustível sólido para práticas (por ação de formação)	2,08
10.3.8.	Combustível líquido para práticas (por ação de formação)	3,12
10.3.9.	Combustível gasoso para práticas (por ação de formação)	3,12

Nota: Os custos de formação não incluem os custos com a produção de cópias de documentação de apoio à formação, nem os custos com os combustíveis e agentes extintores utilizados nas sessões práticas de formação. Os valores referentes à formação prática não incluem os custos com os agentes extintores utilizados na formação ou outros materiais e equipamentos, consoante a natureza da formação. Serão acrescidos os materiais, equipamentos, veículos, etc., necessários à formação de acordo com o valor tabelado nas presentes taxas.

10.4.	Pessoal	
10.4.1.	Período Diurno (08:00 - 20:00)	
10.4.1.1.	Comandante / Coordenador do SMPCB	36,42
10.4.1.2.	Adjunto Técnico / Técnicos do SMPCB	32,26
10.4.1.3.	Chefe Principal	22,89
10.4.1.4.	Chefe 1 ^a	21,85
10.4.1.5.	Chefe 2 ^a	21,85
10.4.1.6.	Subchefe Principal	21,85
10.4.1.7.	Subchefe 1 ^a	19,77
10.4.1.8.	Subchefe 2 ^a	19,77
10.4.1.9.	Sapador / Outro pessoal do SMPCB	16,65
10.4.2.	Período Noturno (20:00 - 08:00)	
10.4.2.1.	Comandante / Coordenador do SMPCB	44,74
10.4.2.2.	Adjunto Técnico / Técnicos do SMPCB	39,54
10.4.2.3.	Chefe Principal	29,13
10.4.2.4.	Chefe 1 ^a	28,09
10.4.2.5.	Chefe 2 ^a	27,05
10.4.2.6.	Subchefe Principal	26,01
10.4.2.7.	Subchefe 1 ^a	24,97
10.4.2.8.	Subchefe 2 ^a	23,93
10.4.2.9.	Sapador / Outro pessoal do SMPCB	20,81
10.4.3.	Técnico Superior	29,13
10.5.	Serviço de mergulhador (inclui equipamento, exceto embarcação)	
	- Por mergulhador e por hora ou fração	
10.5.1.	Serviço de Mergulho	95,73

Nota: Às taxas relativas à assistência de pessoal e de mergulhador acrescem as despesas com transportes e utilização de equipamentos.

10.6.	Abertura de portas - Por Ação:	
10.6.1.	Sem utilização de autoescada	63,47
10.6.2.	Com utilização de autoescada	209,14
10.7.	Levantamento de cadáveres - Por Ação:	
10.7.1.	Sem recurso a fatos de proteção total	155,03
10.7.2.	Com recurso a fato de proteção total	209,14
10.8.	Recolha de animais - Por ação, mortos ou vivos:	
10.8.1.	Animais de pequeno porte - até 50 kg - sem recursos a fatos de proteção total	46,82
10.8.2.	Animais de pequeno porte - até 50 kg - com recursos a fatos de proteção total	109,25
10.8.3.	Animais de grande porte - superior a 50 kg - sem recursos a fatos de proteção total	155,03
10.8.4.	Animais de grande porte - superior a 50 kg - com recursos a fatos de proteção total	279,89
10.9.	Limpeza de pavimentos - Por hora ou fração	191,45

Nota: A estes valores acresce todos os custos com pessoal constantes do Ponto 10.4. Pessoal, o referido no Ponto 10.15. Disponibilidade de Serviço e os custos de outros materiais específicos identificados na presente tabela. Acresce ainda o valor, quando justificável, da entrega dos resíduos a aterro.

10.10.	Assistência a fogo-de-artifício, fogueiras e queimadas	
10.10.1.	Período Diurno	191,45
10.10.2.	Período Noturno	211,22
10.11.	Piquete de Assistência a Espetáculos	
10.11.1.	Fogo entre as 08:00 e as 20:00	757,48
10.11.2.	Fogo entre as 20:00 e as 08:00	838,64
10.11.3.	Ambulância entre as 08:00 e as 20:00	237,23
10.11.4.	Ambulância entre as 20:00 e as 08:00	269,49

Nota: O cálculo das taxas dos piquetes tem como referência um período mínimo de quatro horas. Por cada hora para além das quatro, será cobrado 25% do valor correspondente ao período (diurno/noturno) da prevenção. A contagem do tempo far-se-á uma hora do início previsto para o evento e o final será uma hora após o mesmo ter terminado.

10.12.	Exercícios e Simulacros	
--------	-------------------------	--

		Unid.: €
10.12.1.	Com observadores/avaliadores do Dispositivo Municipal de Socorro	156,08
10.12.2.	Com observadores/avaliadores do Dispositivo Municipal de Socorro e com meios operacionais	858,41
10.13.	Emissão de parecer para queimadas e fogo-de-artifício - Visita ao local e emissão de parecer	57,23
10.14.	Relatórios de sinistros - Por cada relatório	42,66
10.15.	Disponibilidade de Serviço	31,22

Nota: Esta taxa é aplicável a todos os serviços realizados pela CBSS e SMPCB, incluindo pedidos de realização de serviços que após a saída do quartel da CBSS ou instalações do SMPCB sejam anulados via telefone ou após chegada ao local.

10.16.	Limpeza de algeroz - Por ação	
10.16.1.	Sem utilização de autoescada	63,47
10.16.2.	Com utilização de autoescada	209,14
10.17.	Corte de árvores - Por hora	
10.17.1.	Sem utilização de autoescada	104,05
10.17.2.	Com utilização de autoescada	280,94
10.18.	Ativação da Comissão Municipal de Proteção Civil	603,49
10.19.	Ativação da Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndio	603,49
10.20.	Serviços de Segurança contra incêndios	
10.20.1.	UT I - Habitação	
10.20.1.1.	Parecer sobre projeto de SCIE / Fichas de SCIE.	110,03
10.20.1.2.	Vistorias sobre as condições de SCIE	220,05
10.20.1.3.	Inspeções regulares sobre as condições de SCIE.	165,05
10.20.1.4.	Parecer medidas de autoproteção	110,03
10.20.2.	UT II e UT XII - Estacionamento, industriais, oficinas e armazéns.	
10.20.2.1.	Parecer sobre projeto de SCIE / Fichas de SCIE.	110,03
10.20.2.2.	Vistorias sobre as condições de SCIE	220,05
10.20.2.3.	Inspeções regulares sobre as condições de SCIE.	165,05
10.20.2.4.	Parecer medidas de autoproteção	110,03
10.20.3.	UT III a XI - ERP - Estabelecimentos recebendo público	
10.20.3.1.	Parecer sobre projeto de SCIE / Fichas de SCIE.	110,03
10.20.3.2.	Vistorias sobre as condições de SCIE	220,05
10.20.3.3.	Inspeções regulares sobre as condições de SCIE.	165,05
10.20.3.4.	Parecer medidas de autoproteção	110,03

Nota: As taxas previstas nos Pontos 10.18. e 10.19. refletem os custos associados aos meios logísticos, humanos e materiais necessário à ativação das comissões municipais, incluindo comunicações, espaços para a realização das reuniões, recursos humanos afetos às comissões (preparação, participação, elaboração de atas), matérias e consumíveis, etc.

II. CAPÍTULO XI – DIVERSOS

11.1.	Secção I - Licenciamentos Diversos (Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro e Decreto-Lei n.º 309/2002 e 310/2002, de 16 de dezembro)	
11.1.1.	Atividade de Guarda Noturno	
11.1.1.1.	Emissão de licença anual	139,95
11.1.1.2.	Renovação anual de licença	111,96
11.1.1.3.	Averbamentos	22,47
11.1.2.	Atividade de acampamentos ocasionais	
11.1.2.1.	Apreciação e Consulta a Entidades Externas	10,93
11.1.2.2.	Por dia	16,86
11.1.3.	Máquinas de diversão - Registo de Máquinas de Diversão - Decreto-Lei n.º 310/2002, de 10 de dezembro - Alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 204/12, de 29 de agosto	
11.1.3.1.	Comunicação de registo de exploração - por cada máquina/ano	109,25
11.1.3.2.	Comunicação de substituição do tema de jogo - Por cada comunicação (Artigo 22º, n.º 7, do Decreto-Lei n.º 204/12, de 29 de agosto)	41,62
11.1.3.3.	Comunicação de averbamento por transferência de propriedade - Por cada máquina	83,24
11.1.3.4.	Comunicação de mudança de local de exploração da máquina - Por cada máquina	11,45
11.1.3.5.	Segunda via das comunicações dos Pontos 11.1.1. a 11.1.3.	31,22
11.1.4.	Realização de espetáculos de natureza desportiva e de divertimentos públicos - Artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 10 de dezembro, alterado e republicado no Decreto-Lei n.º 204/12, de 29 de agosto	
11.1.4.1.	Licenciamento de provas desportivas por dia	41,62
11.1.4.2.	Licenciamento de arraiais, romarias, bailes e outros divertimentos públicos por dia	20,81
11.1.5.	Licenciamento do exercício da atividade de fogueiras e queimadas	
11.1.5.1.	Fogueiras realizadas nos Santos Populares e Natal - Por dia	11,45
11.1.5.2.	Outras fogueiras e queimadas - Por dia	11,29

Nota: A taxa de licenciamento não inclui o pagamento de taxas pela ocupação da via pública, quando devidas, na medida em que existam áreas delimitadas ou ocupadas em regime de exclusividade.

11.1.6.	Instalação e funcionamento de recintos itinerantes e improvisados - comunicação prévia licenciamento zero (Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril)	
11.1.6.1.	Recintos itinerantes - Licença de instalação e de funcionamento:	
11.1.6.1.1.	Por cada período até 30 dias	52,02
11.1.6.2.	Recintos improvisados - Licença de instalação e de funcionamento: (Por cada dia)	
11.1.6.2.1.	Palanques, estrados, palcos ou bancadas provisórias	20,81
11.1.6.2.2.	Barracões, Tendas, Estádios e Pavilhões Desportivos, Garagens, Armazéns e Estabelecimentos de Restauração e Bebidas	31,21
11.1.6.2.3.	Noutros locais	26,01
11.1.6.3.	Vistorias para licenciamento de recintos (Comissão de Vistorias)	31,21

Nota: A taxa pela emissão da licença não inclui o pagamento de taxas pela ocupação da via quando devidas. A realização de espetáculos e de divertimentos públicos com carácter de continuidade em recintos improvisados está sujeita ao regime de licença de utilização previsto nos Artigos 9.º a 15.º, do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro.

	Unid.: €		Unid.: €		
11.1.7.	Licenciamento de acampamentos ocasionais - Por cada dia	16,86	11.4.1.2.19.	Tabaco * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	10,41
11.1.8.	Licenciamento do exercício da atividade de arrumador de automóveis		11.4.1.2.20.	Gravação de Camisolas - Medida do equipamento - 8x3 (preço por dia)	31,22
11.1.8.1.	Emissão da licença anual	56,03	11.4.1.2.21.	Comercialização de CD's - Medida do equipamento - 6x3 (preço por dia)	31,22
11.1.8.2.	Renovação anual da licença	28,04	11.4.1.2.22.	Tiro ao Alvo/ Pavilhões Desportivos/ Simuladores e Tõmbolas - Preço por m2	18,73
11.1.8.3.	Averbamento	5,62	11.4.1.2.23.	Balões - Medida do equipamento - 2x2 (preço por dia)	10,41
11.1.9.	Licença Especial de Ruído		11.4.1.2.24.	Matraquilhos / Jogos Elétricos - Medida do equipamento - 16x5 (preço por dia)	22,89
11.1.9.1.	Atividades ruidosas temporárias (Mercados, espetáculos e competições desportivas):		11.4.1.2.25.	Área Institucional em stand (preço por dia)	
11.1.9.1.1.	Entardecer (dias úteis) período das 20h - 23h	52,13	11.4.1.2.25.1.	Medida do equipamento - 3x3	29,13
11.1.9.1.2.	Noturno (dias úteis) período das 23h - 7h	139,01	11.4.1.2.25.2.	Medida do equipamento - 6x3	39,54
11.1.9.1.3.	Diurno (dias úteis) período das 7h-8h	17,38	11.4.1.2.25.3.	Medida do equipamento - 9x3	49,94
11.1.9.1.4.	Sábados, domingos e feriados - 24 horas	191,14	11.4.1.2.25.4.	Medida do equipamento - 12x3	66,59
11.1.9.2.	Atividades ruidosas temporárias (Obras diversas):		11.4.1.2.26.	Área Institucional em open space (preço por dia)	3,64
11.1.9.2.1.	Entardecer (dias úteis) período das 20h - 23h	52,13	11.4.1.2.26.1.	Medida do equipamento - 3x3	20,81
11.1.9.2.2.	Noturno (dias úteis) período das 23h - 7h	139,01	11.4.1.2.26.2.	Medida do equipamento - 6x3	26,01
11.1.9.2.3.	Diurno (dias úteis) período das 7h-8h	17,38	11.4.1.2.26.3.	Medida do equipamento - 9x3	31,22
11.1.9.2.4.	Sábados, domingos e feriados - 24 horas	417,03	11.4.1.2.26.4.	Medida do equipamento - 12x3	41,62
11.1.10.	Taxa de apreciação	10,93	11.4.1.2.27.	Instituições s/ Fins Lucrativos - Movimento Associativo - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	3,64
<i>Nota: a) Sempre que o pedido seja apresentado fora do prazo estipulado no regulamento, 15 dias, será cobrada uma taxa de urgência no valor de 50% das taxas aplicáveis, com um valor mínimo de 25,00€</i>					
<i>b) A taxa de apreciação do processo não é devolvida, nem deduzida na aplicação das taxas previstas nos Pontos 11.1.1. a 11.1.9. deste Capítulo</i>					
<i>c) A taxa relativa ao Ponto 11.1.10. deste Capítulo será de 50% do montante previsto na tabela para as coletividades legalmente constituídas e que obedeçam às normas legais previstas em sede de atribuição de subsídios na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</i>					
11.2	Secção II – Ruído		11.4.1.2.28.	Comercialização de cobres, louça, cutelaria, etc. *- Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	17,69
11.2.1.	Medições sonoras (Na sequência de reclamação por incomodidade sonora)		11.4.1.2.29.	Comercialização de cobres, louça, cutelaria, etc. - Preço por m2	12,49
11.2.1.1.	Incomodidade sonora provocada por ruído ambiente:		11.4.1.2.30	Pista Automóvel Adulto - Medida do equipamento - máximo 55x15 (preço por dia)	915,64
11.2.1.1.1.	Incomodidade sonora verificada em dias úteis:		11.4.1.2.31.	Divertimento Adulto de plataforma circular composto por braços verticais, utilizando pistons, ar comprimido e pneumáticos - Medida do equipamento - máximo 10 m raio (preço por dia)	442,21
11.2.1.1.1.1.	Por cada dia de medição diária efetuada e emissão de Relatório de Ruído Ambiente correspondente	228,91	11.4.1.2.32.	Divertimento adulto com laterais - Medida do equipamento - máximo 35x16 (preço por dia)	343,37
11.2.1.1.2.	Incomodidade sonora verificada aos sábados, domingos e feriados:		11.4.1.2.33.	Carrocel familiar de plataforma circular - Medida do equipamento - máximo 10 m raio (preço por dia)	176,89
11.2.1.1.2.1.	Por cada dia de medição diária efetuada e emissão de Relatório de Ruído Ambiente correspondente	312,15	11.4.1.2.34	Divertimento familiar lateral com trilhos - Medida do equipamento - máximo 30x15 (preço por dia)	254,92
11.2.1.2.	Incomodidade sonora provocada pela acústica de edifícios:		11.4.1.2.35.	Novidade Adulto(a) (preço por dia)	161,28
11.2.1.2.1.	Incomodidade sonora verificada em dias úteis:		11.4.1.2.36.	Pista Infantil de Carril - Medida do equipamento - máximo 20x15 (preço por dia)	208,10
11.2.1.2.1.1.	Por cada dia de medição diária efetuada e emissão de Relatório de Acústica de Edifícios correspondente	520,25	11.4.1.2.37.	Pista Infantil de Choque - Medida do equipamento - máximo 20x15 (preço por dia)	182,09
11.2.1.2.2.	Incomodidade sonora verificada aos sábados, domingos e feriados:		11.4.1.2.38.	Divertimento Infantil de plataforma circular composto por braços verticais, utilizando pistons, ar comprimido e pneumáticos - Medida do equipamento - máximo 5m raio (preço por dia)	109,25
11.2.1.2.2.1.	Por cada dia de medição diária efetuada e emissão de Relatório de Acústica de Edifícios correspondente	624,30	11.4.1.2.39.	Divertimento infantil com plataforma circular - máximo 4m de raio (preço por dia)	88,44
<i>Nota: A taxa de apreciação do processo não é devolvida, nem deduzida na aplicação das taxas previstas nos Pontos 11.1.1. a 11.1.9., deste Capítulo.</i>					
<i>A taxa relativa ao Ponto 11.2.1., deste Capítulo, será de 50% do montante previsto na tabela para as coletividades legalmente constituídas e que obedeçam às normas legais previstas em sede de atribuição de subsídios na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</i>					
11.3.	Secção III – Armazenagem e Depósito		11.4.1.2.40.	Divertimento infantil com laterais - Medida do equipamento - máximo 15x10 (preço por dia)	91,56
11.3.1.	Armazenagem e guarda:		11.4.1.2.41.	Insufláveis, camas elásticas e trampolins - Preço por m2	9,36
11.3.1.1.	Recheio de habitações - Por m3 ocupado e por dia	3,85	11.4.1.2.42.	Pavilhões Temáticos - Medida do equipamento - máximo 20x10 (preço por dia)	114,46
11.3.1.2.	Materiais tóxicos que oferecem risco de incêndio ou explosão - Por quilo ou litro e por dia	3,85	11.4.1.2.43.	Novidade Infantil (preço por dia)	83,24
11.3.1.3.	Outros artigos - Por m3 e por dia	2,45	11.4.1.2.44.	Automóveis, motas, caravanas, barcos ou outros equipamentos - Preço por m2 (preço por dia)	2,08
11.3.2.	Remoção e depósito de materiais e equipamentos (fiscalização municipal)		11.4.1.2.45.	Empresas - Medida do equipamento - 1x1 (preço por dia)	34,13
11.3.2.1.	Remoção e materiais apreendidos pela fiscalização - Por m3 ocupado e por dia	4,01	11.4.1.2.46.	Distribuição de Publicidade / publicações no recinto - Preço por dia	213,30
11.3.2.2.	Guarda em depósito municipal - Por cada dia até ao limite de 90 dias	2,60	11.4.1.2.47.	Comercialização exclusiva de produtos alimentares regionais embalados * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	12,49
<i>Nota: As taxas constantes do Ponto 11.3.2., acrescem os custos relativos ao pessoal da fiscalização afeto a tais atos.</i>					
11.4.	Secção IV – Feira de Sant'iago		11.4.1.2.48.	Comercialização exclusiva de produtos alimentares regionais para degustação * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	18,73
11.4.1.	Feira de Sant'iago		11.4.1.2.49.	Comercialização exclusiva de bebidas regionais licorosas * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	22,89
11.4.1.1.	Taxa de inscrição	52,025	11.4.1.2.50.	Comercialização exclusiva de vinhos regionais * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	52,18
11.4.1.2.	Taxa dos Equipamentos		11.4.1.2.51.	Comercialização exclusiva de objetos artesanais * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	10,14
11.4.1.2.1.	Bares (preço por dia)	135,27	11.4.1.2.52.	Comercialização exclusiva de objetos artesanais com demonstração no local * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	8,32
11.4.1.2.2.	Pão com Chouriço (preço por dia)	67,63	11.4.1.2.53.	Comercialização exclusiva de Antiguidades e Colecionismo * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	11,97
11.4.1.2.3.	Doces (preço por dia)	31,22	11.4.1.3.	Ocupação de equipamento no Parque de Feirantes (preço por dia) - Preço por m2	2,08
11.4.1.2.4.	Cachorros / Hambúrgueres / Similares (preço por dia)	88,44	11.4.1.4.	Fornecimento de Eletricidade	
11.4.1.2.5.	Restaurantes (preço por dia)	348,57	11.4.1.4.1.	220 V - Monofásica 3,45 KVA 30 Amperes	72,83
11.4.1.2.6.	Doces Regionais * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	39,54	11.4.1.4.2.	220 V - Monofásica 6,9 KVA 45 Amperes	114,45
11.4.1.2.7.	Doces Regionais (preço por dia)	41,62	11.4.1.4.3.	380 V - Trifásica 10,35 KVA 3 x 15 Amperes	150,87
11.4.1.2.8.	Guloseimas (preço por dia)	36,42	11.4.1.4.4.	380 V - Trifásica 13,8 KVA 3 x 30 Amperes	192,49
11.4.1.2.9.	Pipocas / Algodão Doce (preço por dia)	18,73	11.4.1.4.5.	380 V - Trifásica 17,25 KVA 3 x 45 Amperes	260,12
11.4.1.2.10.	Gelados (preço por dia)	18,73	11.4.1.4.6.	380 V - Trifásica 20,7 KVA 3 x 60 Amperes	301,74
11.4.1.2.11.	Farturas, Crepes, Waffles (preço por dia)	116,54	11.4.1.4.7.	380 V - Trifásica 80 KVA 3 x 125 Amperes	489,03
11.4.1.2.12.	Crepes, Waffles, Bolachas e Argolas Americanas (preço por dia)	46,82	11.4.1.4.8.	380 V - Trifásica 95,2 KVA 3 x 140 Amperes	551,46
11.4.1.2.13.	Tasquinhas * (preço por dia)		11.4.1.5.	Publicidade	
11.4.1.2.13.1.	Medida do equipamento - 3x3	86,36	11.4.1.5.1.	Pórticos/Estruturas de Entrada	
11.4.1.2.13.2.	Medida do equipamento - 6x3	119,66	11.4.1.5.1.1.	Entrada 2 (junto à Escola Secundária D. Manuel Martins) - lona perfurada; medidas aprox. 6 mt (altura) x 2 mt (largura) x 1,5 mt (profundidade)	3121,50
11.4.1.2.14.	Tasquinhas - Preço m2 (por dia)	72,84	11.4.1.5.1.2.	Entrada 3 (junto aos Divertimentos) - lona perfurada; medidas aprox. 6 mt (altura) x 2 mt (largura) x 1,5 mt (profundidade)	2601,25
11.4.1.2.15.	Bebidas Mistas * (preço por dia)		11.4.1.5.1.3.	Entrada 4 (junto ao Parque de Estacionamento) - lona perfurada; medidas aprox. 6 mt (altura) x 2 mt (largura) x 1,5 mt (profundidade)	2081,00
11.4.1.2.15.1.	Medida do equipamento - 3x3	37,46	11.4.1.5.1.4.	Entrada Pavilhão Institucional (2) - lona perfurada; medidas aprox. 4 mt (altura) x 2 mt (largura)	1040,50
11.4.1.2.15.2.	Medida do equipamento - 4x2,5 (Praça Setúbal)	37,46	11.4.1.5.2.	Palco Setúbal	
11.4.1.2.16.	Bebidas Mistas (preço por dia)		11.4.1.5.2.1.	Écrans audiovisuais (6 spots diários)	364,175
11.4.1.2.16.1.	Medida do equipamento - 3x3	31,22			
11.4.1.2.16.2.	Medida do equipamento - > 3x3	52,03			
11.4.1.2.17.	Bebidas Tradicionais (moscatel/ginjinha) * - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	37,46			
11.4.1.2.18	Bebidas Tradicionais (moscatel/ginjinha) - Medida do equipamento - 3x3 (preço por dia)	31,22			

	Unid.: €		Unid.: €	
11.4.1.5.2.2.	Duas Estruturas laterais PA - lona ortofónica; medidas aprox. 7,95 mt (altura) x 2,45 mt (largura)	4162,00	12.2.2.1.	Licenças e autorizações para atos e exercício de atividades em espaços balneares, outros integrantes do DPM e no plano de água
11.4.1.5.2.3.	Duas Estruturas laterais Écrans - lona ortofónica; medidas aprox. 7,45 mt (altura) x 2,45 mt (largura)	3121,50	12.2.2.1.1.	Emissão de licença para atividades de caráter remunerado em praias
11.4.1.5.2.4.	Frente de palco - lona PVC; medidas aprox. 1,60 mt (altura) x 18 mt (largura)	1040,50	12.2.2.1.2.	Emissão de licença para atividade de caráter não remunerado em praias
11.4.1.5.2.5.	Vedações Área Técnica (4 peças) - lona perfurada; medidas aprox. 1,50 mt (altura) x 2,70 mt (largura)	624,30	12.2.2.1.3.	Emissão de licença / Autorização especial para venda ambulante no areal (por mês)
11.4.1.5.2.6.	Pack Palco Setúbal	8324,00	12.2.2.1.4.	Emissão de licença para realização de eventos circunstanciais de animação de praia (até ao limite de 1 hora e com um máximo de 10 elementos da organização)
11.4.1.5.3.	Palco Mourisca		12.2.2.1.5.	Licença para colocação de equipamentos ou plataformas amovíveis no plano de água (águas interiores não marítimas):
11.4.1.5.3.1.	Estrutura truss superior - lona PVC; medidas aprox. 0,50 mt (altura) x 9 mt (largura)	312,15	12.2.2.1.5.1.	Despacho/Parecer de definição de condições de segurança:
11.4.1.5.3.2.	Frente de palco - lona PVC; medidas aprox. 1,40 mt (altura) x 9 mt (largura)	624,30	12.2.2.1.5.1.1.	Pequenas dimensões - Estruturas até 50 m2
11.4.1.5.3.3.	Baias delimitadoras da regie (4 peças) - lona perfurada; medidas aprox. 1,50 mt (altura) x 2,70 mt (largura)	208,10	12.2.2.1.5.1.2.	Grandes dimensões - Estruturas com mais de 50 m2
11.4.1.5.3.4.	Vedações Área Técnica (10 peças) - lona perfurada; medidas aprox. 1,50 mt (altura) x 2,70 mt (largura)	624,30	12.2.2.1.5.1.3.	Licença para colocação de equipamentos ou plataformas amovíveis no areal
11.4.1.5.3.5.	Pack Palco Mourisca	1560,75	12.2.2.1.6.	Despacho/Parecer de definição de condições de segurança:
11.4.1.5.4.	Palco Bares		12.2.2.1.6.1.	Pequenas dimensões - Estruturas até 50 m2
11.4.1.5.4.1.	Frente de palco - lona PVC; medidas aprox. 1,20 mt (altura) x 8 mt (largura)	312,15	12.2.2.1.6.2.	Grandes dimensões - Estruturas com mais de 50 m2
11.4.1.5.4.2.	Lateral de palco - lona PVC; medidas aprox. 1,20 mt (altura) x 4 mt (largura)	156,075	12.2.2.2.	Licenças e taxas de ocupação do DPM para instalação e exploração renumerado de apoios balneares, apoios recreativos e respeitantes ao exercício de outras atividades com ou sem caráter renumerado:
11.4.1.5.5.	Pendão (no recinto) - medidas aprox. 4,00 mt (altura) x 0,80 mt (largura)	104,05	12.2.2.2.1.	Ocupação Dominal
11.4.1.5.6.	Recinto da Feira (vedações, gradeamentos, baias delimitadoras, laterais de stands) - Preço por m2	41,62	12.2.2.2.1.1.	Emissão de licença
11.4.1.5.7.	Roda Gigante - lona perfurada; medidas aprox. 10,00 mt (altura) x 11,80 mt (largura na base) e 1,23 mt (largura topo)	5202,5	12.2.2.2.1.2.	Ocupação do domínio público marítimo para instalação de apoio balnear (por m2 por mês durante a época balnear)
11.4.1.6.	Caução	260,12	12.2.2.2.1.3.	Ocupação do domínio público marítimo para instalação de apoio balnear (por m2 por mês fora da época balnear)
11.4.1.7.	Entrada (b)	Entre 1,04 e 20,81	12.2.2.2.1.4.	Ocupação do domínio público marítimo para instalação de estruturas e equipamentos correspondentes a apoio recreativo (por m2 por mês)
			12.2.2.2.1.5.	Ocupação do domínio público marítimo para montagem de estruturas para depósito e guarda de materiais, ainda que correspondentes a apoio balnear (por m2 por mês)
			12.2.2.2.1.6.	Ocupação do domínio público marítimo para montagem de estruturas para comercialização de bens e serviços, ainda que correspondente a equipamento de depósito e guarda de materiais de apoio balnear (por m2 por mês)
			12.2.2.2.1.7.	Ocupação do domínio público marítimo para montagem de estruturas para guarda de embarcações e/ou utensílios de pesca (por m2 por ano)
			12.2.2.2.1.8.	Ocupação do domínio público marítimo para exercício de atividades de caráter renumerado em praias (por m2 por unidade de referência de 5 dias)
			12.2.2.2.1.9.	Ocupação do domínio público marítimo para exercício de atividades de caráter não renumerado em praias (por m2 por unidade de referência de 5 dias)
			12.2.2.2.1.10.	Ocupação do domínio público marítimo para implantação de campos de jogos (por m2 por unidade de referência de 5 dias)
			12.2.2.2.2.	Vistoria de verificação dominial:
			12.2.2.2.2.1.	Até 500 m2
			12.2.2.2.2.2.	Entre 500 e 1500 m2
			12.2.2.2.2.3.	Entre 1500 e 5000 m2
			12.2.2.2.2.4.	Entre 5000 e 10000 m2
			12.2.2.2.2.5.	Acima de 10000 m2
			12.2.2.3.	Licença para a prática de atividades desportivas e recreativas e definição de condições de segurança:
			12.2.2.3.1.	Emissão de licença
			12.2.2.3.2.	Despacho de definição de condições de segurança e ocupação dominial 8 unidade de referência de 5 dias) para:
			12.2.2.3.2.1.	Eventos de pequena dimensão (até 100 pessoas)
			12.2.2.3.2.2.	Eventos de média dimensão (entre 101 até 500 pessoas):
			12.2.2.3.2.2.1.	Sem utilização exclusiva do DPM
			12.2.2.3.2.2.2.	Com utilização exclusiva do DPM
			12.2.2.3.2.3.	Eventos de grande dimensão (mais de 500 pessoas)
			12.2.2.4.	Realização de cerimónias no areal e definição de condições de segurança:
			12.2.2.4.1.	Emissão de Licença
			12.2.2.4.2.	Despacho de definição de condições de segurança e ocupação dominial para:
			12.2.2.4.2.1.	Cerimónias de pequena dimensão (até 50 pessoas):
			12.2.2.4.2.1.1.	Sem utilização exclusiva do areal
			12.2.2.4.2.1.2.	Com utilização exclusiva do areal
			12.2.2.4.2.2.	Cerimónias de grande dimensão (superior a 50 pessoas):
			12.2.2.4.2.2.1.	Sem utilização exclusiva do areal
			12.2.2.4.2.2.2.	Com utilização exclusiva do areal

Nota: (*) - Por cada dia adicional acresce 15% do valor base.

Observações: Às Taxas e demais Receitas será acrescido, quando devido, o IVA à taxa legal em vigor à data da cobrança com exceção dos valores inseridos na Secção XI - Ecomarque do Outão.

